

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO – PR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO**

REGINALDO DE LIMA E SILVA

PÃO OU AÇO *OU* AÇO E PÃO?

Industrialização e Segurança Alimentar no Brasil: O dilema de Josué de Castro

FRANCISCO BELTRÃO

2023

REGINALDO DE LIMA E SILVA

PÃO OU AÇO OU AÇO E PÃO?

Industrialização e Segurança Alimentar no Brasil: O dilema de Josué de Castro

Trabalho de dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Geografia, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - campus de Francisco Beltrão/PR, para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Produção do Espaço e Meio Ambiente.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Econômico e Dinâmicas Territoriais.

Orientador: Prof. Dr. Fernando dos Santos Sampaio.

FRANCISCO BELTRÃO

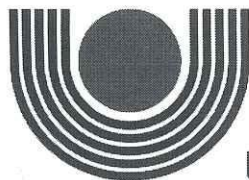
2023

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

De Lima e Silva, Reginaldo
PÃO OU AÇO OU AÇO E PÃO? Industrialização e Segurança Alimentar no Brasil: O Dilema de Josué de Castro / Reginaldo De Lima e Silva; orientador Fernando Dos Santos Sampaio. -- Francisco Beltrão, 2024.
116 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Francisco Beltrão) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2024.

1. Geografia. 2. Geografia Humana. 3. Geografia Econômica. 4. Geografia Industrial. I. Dos Santos Sampaio, Fernando, orient. II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Francisco Beltrão

Rua Maringá, 1200 – Bairro Vila Nova

Fone (0**46) 3520-4845 – CEP.: 85605-010 – Francisco Beltrão – PR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO/DOCTORADO



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

TERMO DE APROVAÇÃO

REGINALDO DE LIMA E SILVA

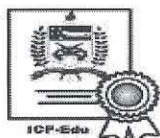
TÍTULO DO TRABALHO: PÃO OU AÇO OU AÇO E PÃO? INDUSTRIALIZAÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL: O DILEMA DE JOSUÉ DE CASTRO

DISSERTAÇÃO apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, Mestrado e Doutorado, Área de Concentração: Produção do Espaço e Meio Ambiente, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão, julgada adequada e aprovada, em sua versão final, pela Comissão Examinadora, que concede o Título de Mestre em Geografia ao autor.

COMISSÃO EXAMINADORA

Fernando dos Santos Sampaio – Orientador

Eduardo Von Dentz – UNIOESTE/FB



Documento assinado digitalmente

Carlos José Espindola

Data: 31/10/2023 07:21:42-0300

CPF: ***.256.409-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Carlos José Espindola - UFSC



Documento assinado digitalmente

ANAPATRICIA DE OLIVEIRA MORALES VILHA

Data: 30/10/2023 13:08:28-0100

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Anapatriacia de Oliveira Morales Vilha - UFABC

Francisco Beltrão, 30 de outubro de 2023

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só se tornou possível de ser realizado graças ao suporte de algumas importantes pessoas na minha vida. Não seria justo deixar de menciona-las aqui.

Ao meu orientador, Fernando dos Santos Sampaio, eu quero expressar a minha profunda gratidão. Fernando é um ser humano ímpar, e a sua sensibilidade vai para muito além das suas obrigações como educador e pesquisador. Obrigado por tamanha paciência com a minha pessoa, pelo respeito e pelo companheirismo que vai para além da vida acadêmica.

Agradeço também aos camaradas, Armenes Ramos, Rodrigo Gonzales e Thais Menezes que sempre estiveram comigo no apoio e na amizade, incentivando o projeto inicial para esta dissertação desde os seus momentos iniciais. Também preciso agradecer a companheira Silvia Gerino Leite que me apoiou e incentivou a elaboração deste trabalho em todos os momentos.

É preciso render homenagens também especiais á Professora Ana Patrícia Morales Vilha, por contribuir com sua imensa sabedoria e experiência em pesquisas e seu didatismo impecável e também pela honra e alegria que me propiciou ao aceitar o meu convite para ler e analisar esta obra e participar da banca de avaliação. O Mesmo posso dizer do Professor Carlos José Espindola que esteve presente com suas observações, críticas e sugestões sempre pertinentes desde o princípio, avaliando o projeto, o texto de qualificação e na banca final. Certamente este trabalho não teria êxito sem o Professor Carlos e a Professora Anapátricia. Muito obrigado!

Aos Professores, Ramon Garcia Fernandez, Danilo Ramalho e Guilherme Magacho, cujas excelntes aulas foram fundamentais para a minha formação. Assim como o Professor Eduardo Von Dentz cuja sabedoria foi-me emprestada nas suas críticas e sugestões importantíssimas durante a avaliação deste trabalho.

Por fim, preciso render homenagens a minha família que me proporcion suporte pessoal fundamental. A minha querida Irmã, também educadora, Rosemere de Lima e Silva Paz, ao meu cunhado e amigo Marcos Paz, á minha querida sobrinha Júlia, ao meu Pai, Antônio Barbosa da Silva que me dá suporte desde que nasci até hoje, obrigado a todos vocês.

Á Minha Querida, Eterna e Saudosa Mãe, Maria Helena de Lima e Silva quero aqui registrar a minha homenagem especial. Ela nos deixou desta vida em 2020 e não pode ver este projeto se concretizar. No entanto, sem ela nada disso teria acontecido. Muito obrigado, Mãe!

RESUMO

Este trabalho trouxe para a discussão acadêmica a problemática da fome na visão de Josué de Castro. No entanto, é um trabalho crítico que procura evidenciar as diferenças históricas e geoeconômicas do problema. O tempo e a obra “Geografia da Fome”, escrita em 1946 assumem o protagonismo do trabalho, visto que os diagnósticos econômicos trazidos por Castro são aqui questionados, uma vez que o período histórico em que Castro elabora o seu trabalho não pode ser igualado aos dias atuais, pois, a base científica mais avançada para a época está aquém do que a humanidade conseguiu alcançar no século XXI. Desse modo, é mister salientar que a problemática da fome dos tempos de Josué de Castro assumia características diferentes das atuais. A capacidade do Brasil de produzir alimentos era, à época, insuficiente para garantir abastecimento alimentar de modo a suprir as necessidades dos brasileiros. Hoje, o Brasil, vive uma realidade diferente. A produção de alimentos bate recordes e portanto a fome deve ter causas diferentes. A metodologia marxista é utilizada neste trabalho, procurando elencar contradições e a realidade de cada período histórico, principalmente durante o período de maior desenvolvimento industrial, entre os anos de 1930 e 1980. Desse modo, através da demonstração de um Brasil que se encaminhava para o pleno desenvolvimento industrial, procuramos dialogar com Josué de Castro, trazendo para esse diálogo, pensamentos diversos, com um destaque para Ignácio Rangel que, com sua forma original e seu perfil transformador e claramente no campo do marxismo é capaz de trazer à tona um diagnóstico econômico que poderá contribuir com a crítica a Josué de Castro. Por fim, trazemos quais as relações entre fome e industrialização, demonstrando que o dilema da fome apresentado por Castro (aço ou pão) poderá ser respondido nos dias atuais, num momento histórico em que o Brasil experimentou o seu desenvolvimento industrial.

Palavras-Chave: Josué de Castro; indústria; fome; abastecimento alimentar; desenvolvimento.

ABSTRACT

This work aims to bring the issue of hunger in the view of Josué de Castro to the academic discussion. However, it is a critical work that seeks to highlight the historical and geoeconomic differences of the problem. Time and the work “Geography of Hunger” written in 1946 take center stage in the work, since the economic diagnoses brought by Castro are questioned here, since the historical period in which Castro elaborates his work cannot be equated to the days. Therefore, the most advanced scientific base for the time falls short of what humanity has managed to achieve in the 21st century. Therefore, it is important to highlight that the issue of hunger in the times of Josué de Castro took on different characteristics than today. Brazil's capacity to produce food was, at that time, insufficient to guarantee food supply to meet the needs of Brazilians. Today, Brazil lives a different reality. Food production is breaking records and therefore hunger must have different causes. The Marxist methodology is used in this work, seeking to highlight contradictions and the reality of each historical period, mainly during the period of greatest industrial development, which was the period between the years 1930 and 1980. In this way, through the demonstration of a Brazil that was heading for full industrial development, we seek to dialogue with Josué de Castro, bringing different thoughts to this dialogue, with emphasis on Ignácio Rangel who, with his original form and his transformative profile and clearly in the field of Marxism, is capable of bringing to light an economic diagnosis that could contribute to the criticism of Josué de Castro. Finally, we intend to bring out the relationships between hunger and industrialization, demonstrating that the hunger dilemma presented by Castro (steel or bread) can be answered today, at a historical moment in which Brazil experienced its industrial development.

Keywords: Josué de Castro; industry; hunger; food supply; development.

LISTA DE MAPAS

| | |
|---|----|
| Mapa 1 – Brasil de Josué de Castro da década de 1930 | 18 |
| Mapa 2 – A fome no Brasil, de Josué de Castro nos anos de 1930 | 19 |
| Mapa 3 – Coeficiente de Produtividade por Região da Geografia da Fome de 1920 | 54 |
| Mapa 4 – Coeficiente de Produtividade por Região da Geografia da Fome de 1940 | 55 |
| Mapa 5 – Carências alimentares da Região Amazônica | 71 |
| Mapa 6 – Carências alimentares do Nordeste Açucareiro | 74 |
| Mapa 7 – Região de Subnutrição Sertão do Nordeste | 76 |
| Mapa 8 – Região de Subnutrição Centro-Oeste | 81 |
| Mapa 9 – Região de Subnutrição – Extremo Sul | 82 |
| Mapa 10 – Regiões Brasileiras e seus problemas de insegurança alimentar no início da década de 1920 do século XXI | 86 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 – Crescimento da População brasileira entre os anos de 1940 e 1980 | 46 |
| Gráfico 2 – Tabela e gráfico da renda per capita no Brasil | 46 |
| Gráfico 3 – Mortes por desnutrição no Brasil | 89 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|---------|---|
| ASCOFAM | Associação Mundial de Luta Contra a Fome |
| ANVISA | Agência Nacional de Vigilância Sanitária |
| BIRD | Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento |
| BNDE | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico |
| BNDES | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social |
| CEPAL | Comissão Econômica Para América Latina e o Caribe |
| CLT | Consolidação das Leis do Trabalho |
| CV | Cavalo Vapor |
| CSN | Companhia Siderúrgica Nacional |
| DL | Decreto Lei |
| ES | Espírito Santo |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FAO | <i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i> (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) |
| FIDA | Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| IAPI | Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas |
| IFOCS | Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca |
| INPS | Instituto Nacional de Previdência Social |
| INSS | Instituto Nacional de Seguridade Social |
| LOSAN | Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional |
| KC | Capital Constante |
| KV | Capital Variável |
| MEB | Movimento de Educação de Base |
| MPD | <i>Maddison Project Database</i> |
| OMS | Organização Mundial de Saúde |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PAA | Programa de Aquisição de Alimentos |
| PAT | Programa de Alimentação do Trabalhador |
| PCCH | Partido Comunista Chinês |
| PIB | Produto Interno Bruto |

| | |
|--------|---|
| POP | Procedimentos Operacionais Padronizados |
| PMA | Programa Mundial de Alimentos |
| PNAE | Programa Nacional de Alimentação Escolar |
| PSR | Programa de Sustentação Rural |
| RDC | Resolução de Diretoria Colegiada |
| RJ | Rio de Janeiro |
| SAPS | Superintendência de Atenção primária a saúde |
| SAT | Serviço de Alimentação do Trabalhador |
| SCA | Serviço Central de Alimentação |
| SESP | Serviço Especial de Saúde Publica |
| SM | Salário-Mínimo |
| SP | São Paulo |
| SUDENE | Superintendência de desenvolvimento do nordeste |
| SUMOC | Superintendência da Moeda e do Crédito |
| URSS | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 | JOSUÉ DE CASTRO – SEU TEMPO E SUA OBRA | 17 |
| 2.1 | UMA BREVE BIOGRAFIA DE JOSUÉ DE CASTRO | 19 |
| 2.2 | GEOGRAFIA DA FOME: UMA OBRA QUE MARCOU UMA ÉPOCA E QUEBROU PARADIGMAS | 21 |
| 2.3 | O CONTEXTO GEOECONÔMICO EM QUE ESCREVEU SUA OBRA | 24 |
| 2.3.1 | <i>O Brasil pré-1930 e as bases para os períodos desenvolvimentistas.</i> | 27 |
| 2.3.2 | <i>A Geografia Econômica da Fome</i> | 32 |
| 2.4 | O EMBATE ÉTICO CONTEMPORÂNEO DE JOSUÉ DE CASTRO E A LIBERTAÇÃO DA LIBERDADE MODERNA | 34 |
| 2.4.1 | <i>A visão “ético-econômica” de Josué de Castro</i> | 35 |
| 2.4.2 | <i>A Vontade Ética e a Realidade Concreta do Século XX</i> | 37 |
| 2.5 | LÊNIN E CASTRO | 39 |
| 2.6 | AÇO E PÃO COM RAZÃO | 41 |
| 3 | CAPITULO II: O BRASIL DO AÇO E DO PÃO - UM PAÍS INDUSTRIALIZADO | 44 |
| 3.1 | ALGUMAS CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO E A REALIDADE DO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 1930 E 1980 | 47 |
| 3.1.1 | <i>A industrialização do pós-1930</i> | 48 |
| 3.2 | IGNÁCIO RANGEL E O OUTRO LADO DA INDUSTRIALIZAÇÃO | 50 |
| 3.2.1 | <i>Da produção natural à dissolução do complexo rural</i> | 51 |
| 3.2.2 | <i>Produtividade e Divisão Social do Trabalho</i> | 53 |
| 3.2.3 | <i>A produtividade do trabalho “invisível” e a abertura do Complexo Rural</i> | 55 |
| 3.2.4 | <i>Rangel e a estrutura econômica brasileira</i> | 59 |
| 3.3 | O DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL | 61 |
| 3.3.1 | <i>Alguns olhares relevantes na dinâmica desenvolvimentista brasileira</i> | 62 |
| 3.4 | O BRASIL MODERNO | 65 |
| 4 | CAPÍTULO III: A RELAÇÃO ENTRE A INDÚSTRIA E A FOME - JOSUÉ DE CASTRO AINDA É ATUAL? | 66 |
| 4.1 | O MAPA DA FOME DE JOSUÉ DE CASTRO | 68 |
| 4.1.1 | <i>A Região Amazônica</i> | 69 |
| 4.1.2 | <i>Nordeste Açucareiro</i> | 72 |

| | | |
|-------|--|-----|
| 4.1.3 | <i>O sertão nordestino e o seu principal problema: a seca</i> | 75 |
| 4.1.4 | <i>As conclusões de Josué de Castro acerca da desnutrição e das endemias rurais no Nordeste</i> | 79 |
| 4.1.5 | <i>Regiões de subnutrição Centro-Oeste e Extremo Sul</i> | 80 |
| 4.2 | A REALIDADE QUE SE IMPÕE NEM SEMPRE É BEM PERCEBIDA A OLHO NU | 83 |
| 4.3 | FOME, CRESCIMENTO E O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL | 86 |
| 4.4 | A INDUSTRIALIZAÇÃO RESOLVEU O PROBLEMA DA FOME? | 89 |
| 4.4.1 | <i>Quais as inovações institucionais que possibilitaram um salto de qualidade na vida da população brasileira?</i> | 93 |
| 4.4.2 | <i>Algumas inovações institucionais que promoveram a segurança alimentar no Brasil.</i> | 96 |
| 4.4.3 | <i>As inovações institucionais de cunho internacional ajudaram o combate á fome no Brasil?</i> | 97 |
| 4.4.4 | <i>Aonde chegou o Brasil: as soluções apontadas por Castro foram implantadas, resolvemos o problema da fome?</i> | 98 |
| | CONCLUSÃO | 102 |
| | REFERÊNCIAS | 1 |

1 INTRODUÇÃO

A dinâmica em que ocorre o desenvolvimento econômico brasileiro¹ não acontece de forma homogênea ao longo do seu território (Santos, 2004). Entretanto, o Brasil mantém-se imenso sem sucumbir à fragmentação territorial. Porém, o processo histórico que formatou este país aconteceu em meio a dinâmicas de luta de classes, contradições e contrastes que esboçaram uma nação de diferenças culturais e desigualdades regionais (Becker, 1998).

E assim, sobressai no Brasil um mosaico de paisagens naturais, de características climáticas e relevos tão diversos, com fauna e flora que embelezam e enriquecem a superfície destas terras, ao mesmo tempo que alimentam o imaginário da cobiça dos homens, e guarda no subsolo riquezas ainda mais ávidas do desejo humano (Porto-Golçalves, 2006). É nestas terras que se encontram povos de culturas contrastantes que se espalham pelo território de acordo com as circunstâncias históricas e as possibilidades concretas de reproduzir a vida, conforme as possibilidades da realidade em cada período do desenvolvimento das forças produtivas e materiais de produção existentes (Marx, 2006). Mas as possibilidades intrínsecas ao território brasileiro foram aproveitadas desde a primeira fase da formação da economia nacional², de modo a priorizar a vida das classes dominantes (Prado Jr, 2011).

Desse modo, a imagem dessa “aparência projetada” do Brasil, está firmemente enraizada no senso comum. O senso comum também flerta em muitos espaços do pensamento científico³ próximo a estudiosos que veem o mundo como um espaço para a apropriação de riquezas por uma minoria “inescrupulosa”, “avarenta” e de “valores morais duvidosos”. Assim, e somente por isso, os donos do poder moldariam o território e desprezariam a vida de povos indígenas e dos povos advindos do continente africano, que às classes dominantes servem a exploração (Fernandes, 2020; Ribeiro, 1995; Freire, 2003; Holanda, 1995).

Para além da interpretação moral dos problemas brasileiros, propõe-se aqui abstrair esses elementos de juízo de valor e fixar o olhar na materialidade concreta, concretamente estabelecida em terras brasileiras. Este nosso olhar aproxima-se mais do período referente aos

¹ Para Bresser Pereira: “O desenvolvimento econômico é o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade” (Bresser Pereira, 2003).

² Consideramos a primeira fase da formação da economia nacional, o período que se inicia na segunda metade do século XVI até a segunda metade do século XVIII (1550-1780). Leia em: SODRÉ, N. W. **Introdução a revolução brasileira**. 4. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978. 204 p.

³ Para além de Josué de Castro em sua obra “Geografia de Fome de 1946” (Castro, 1984), Caio Prado Júnior em sua obra “Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia” (Prado Jr, 2011) e Milton Santos em sua obra “Brasil, Território e Sociedade no início do Século XXI” (Santos, 2000) abordam essa “aparência projetada” do Brasil presente no senso comum.

anos de 1930 até os anos de 1980. Isso porque este foi o período da história brasileira de maior crescimento no que concerne ao desenvolvimento industrial (Furtado, 1965; Bresser Pereira, 2003). É uma época que retira o Brasil de uma predominância feudal e o acomoda em uma predominância capitalista, além de completar sua “matriz interindustrial” (Castro, 2012, p. 15-34).

Porém, a fome sempre acompanhou o processo histórico brasileiro (Castro, 1984), mesmo com os avanços importantes que acompanharam a formação da economia nacional⁴. O Brasil, segundo Josué de Castro, chegou aos anos de 1930 com o problema da fome generalizada de norte a sul do país, não havendo uma região brasileira onde o problema não existisse. Assim, em algumas regiões, a existência deste mal poderia ser qualificada como de extrema gravidade, com consequências destruidoras à vida dos brasileiros⁵.

A escassez de alimentos, as doenças provocadas por desnutrição crônica e subnutrição epidêmica e endêmica eram consideradas tabus⁶ (Castro, 1984). Esta era uma realidade a qual as minorias privilegiadas, que viviam no Brasil, simplesmente ignoravam ou encaravam com muita naturalidade. Os “privilegiados” se apoiavam na inevitabilidade da fome destinada aos povos considerados “inferiores” e, por isso, vista como natural. Esse foi um tipo de pensamento alicerçado no positivismo, no determinismo e no darwinismo (Castro, 1984; Freire, 2003; Furtado, 1965; Holanda, 1995).

Josué de Castro, entretanto, aparece na cena brasileira e mundial escancarando as entranhas deste grave e perene problema brasileiro. Não o demonstrou apenas em detalhes, mas apontou onde, como e por que a fome ocorre, bem como também expôs suas consequências para o desenvolvimento humano às causas das doenças advindas da fome e o seu corolário para a economia. Ele também apresentou propostas à resolução deste mal que, até então, era completamente negligenciado pelas instituições de Estado existentes (Castro, 1984; Fernandes, 2020).

Castro, então, através da sua obra, inspirou inovações institucionais no Brasil e no mundo, com vistas a atender à necessidade de desenvolver políticas públicas de Estado que visassem minimizar o problema. Um bom exemplo foi a institucionalização do salário-

⁴ Ignácio Rangel, em sua obra sobre a “Dualidade básica” (Rangel, 2012), ajuda a compreender a complexidade da economia brasileira em estágios diferentes do seu desenvolvimento, sobretudo em relação às características da economia agroexportadora e da economia industrial.

⁵ Milton Santos (2000) destacou que a fome e a miséria no Brasil continuaram, mesmo depois da modernização e da industrialização do país. Celso Furtado, Octávio Ianni (1997) Francisco de Oliveira (1972) também abordaram a questão no sentido da persistência da fome e da miséria do Brasil.

⁶ Posteriormente, outros autores também se referiram à fome no Brasil como uma questão tabu, tais como: Darcy Ribeiro (1995), Ermínia Maricato (2001), Armatya Sen (1999).

mínimo nacional no ano de 1946, no Brasil, tal e qual foram as políticas públicas compensatórias e emancipatórias que podemos destacar aqui como um exemplo de sucesso, a alimentação escolar⁷. Josué de Castro também serviu como inspiração aos programas de combate à fome da ONU e a criação da FAO. Seus estudos foram essenciais à percepção capitalista global, do Pós-Segunda Guerra Mundial, da necessidade de se combater a fome no mundo (Oliveira, 2003).

Suas obras, traduzidas para 25 idiomas, tiveram repercussão internacional, principalmente com a notoriedade da “Geografia da Fome” (1946) e da “Geopolítica da Fome” (1951). Isso porque, no contexto da Segunda Guerra e do conflito do imperialismo estadunidense com a URSS, a chamada Guerra Fria, as tragédias que abateram populações inteiras tomaram dimensões ainda maiores. No entanto, foi o “Inquérito alimentar: As condições de vida da classe operária do Recife: um estudo econômico da sua alimentação” (1932), o pioneiro trabalho de Castro e o primeiro a chamar a atenção para o problema, motivando o autor a desenvolver o seu trabalho de uma vida no sentido de mapear, denunciar e trazer respostas e soluções concretas para o problema da fome no Brasil e no mundo. (Schwarcz, 1998).

A “Geografia da Fome” (1946) (Castro, 1984) serviu de referência para este trabalho. O questionamento feito por Castro, já no subtítulo “Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço” problematizou o dilema brasileiro do aço ou do pão. Essa foi uma maneira encontrada por Josué de Castro para expressar, atentar e criticar o processo de industrialização acelerado que estavam em curso no país e no seu bojo as formas de incremento da riqueza nacional. Para Castro, esse processo poderia ir à contramão da resolução do problema da fome, uma vez que, para ele, a ganância das classes dominantes seria maior que o desejo de resolver a fome da população (Prado Jr, 2011; Fernandes, 2020).

E é a partir dessas provocações feitas por Josué de Castro, no livro de 1946, que ousamos trazer aqui uma contribuição ao debate sobre a importância da industrialização no período em que o autor viveu e produziu a sua obra⁸. Para isso, faz-se necessário, além de

⁷ A obra “Geografia da Fome” (1946) de Josué de Castro, influenciou a criação do programa de merenda escolar no Brasil, assim como o SAT e a criação da declaração universal dos direitos do homem pela ONU, em 1948, além de programas de combate à fome na Nigéria, na Índia e em outros países.

⁸ Josué de Castro foi influenciado profundamente pelo pensamento econômico de Gunnar Myrdal. A obra de Josué de Castro também esteve sob forte influência do estruturalismo cepalino. As necessidades humanas para ambos são determinantes ao desenvolvimento econômico e nas ações político-econômicas que devem ser tomadas para enfrentar restrições, de modo que quase não se considera, nesses casos, o resultado das relações sociais de produção em função do desenvolvimento das forças produtivas materiais como determinante para se agir, quando acontecem estrangulamentos e crises capitalistas, como é próprio do pensamento marxista. Veja: *An American Dilemma: The Negro Problem and Modern Democracy* (Myrdal, 1995).

mostrar de forma panorâmica o tempo e o contexto da Geografia da fome (1946) e o contexto histórico em que Josué de Castro escreveu, também mostrar o panorama do Brasil nesse tempo, suas regiões de fome endêmica, seus problemas oriundos da pobreza comparados com o panorama mundial⁹, suas áreas de fome e suas crises nutricionais para fazermos uma comparação teórica entre a raiz do pensamento de Josué de Castro e a interpretação marxista referenciada por Ignácio Rangel.

Além disso, devemos apresentar a evolução do parque industrial brasileiro e sua modernização, com a industrialização do período de 1930 a 1980, a modernização da agricultura e o progresso na capacidade de abastecimento alimentar do Brasil, trazendo para o debate de ideias, além de Ignácio Rangel, Celso Furtado e Caio Prado Júnior, os quais tiveram grande relevância na interpretação do Brasil nesta época¹⁰. As políticas da FAO no combate à fome e o papel da ONU que buscava o desenvolvimento dos países também apresentam relevância neste estudo. E, para além das políticas de combate à fome do Pós-Segunda Guerra, é importante observar o aumento da renda da população brasileira como consequência da modernização do parque industrial e a diminuição da fome como problema (Amin, 2007).

No entanto, o mundo, pós 1980, passa a ser visto pela ótica “neoliberal”, o mundo do individualismo extremado e da atomização dos sujeitos históricos, onde os Estados nacionais capitalistas subordinam-se cada vez mais aos mercados, sobretudo ao mercado financeiro¹¹. E o Brasil entra, no século XXI, na disputa econômico-política com o dilema: industrializar ou desindustrializar? Dessa forma, o mundo continua seguindo sua dinâmica histórica no século XX, repleto de contrastes e contradições, e os desafios para vencer a fome continuam.

A realidade do século XXI é a de estímulo dos EUA na destruição de nações. Como foi o caso do Iraque, do Afeganistão, do Iêmen e do Paquistão, além de Somália e Líbia que perderam 4,5 milhões de vidas por consequência das guerras que ocorreram desde 11 de setembro de 2001. De modo que 3,6 a 3,7 milhões de mortes indiretas ocorreram por

⁹ A fome no mundo teve grande repercussão, principalmente durante os períodos de guerras, sobretudo com a grande crise de 1929 e com a Segunda Guerra Mundial. Muitas obras foram produzidas retratando a fome, inclusive na literatura. Com o surgimento da ONU em 1948, a fome passou a fazer parte das preocupações dos países capitalistas.

¹⁰ Os estudos publicados por Ignácio Rangel (2012), bem como por Caio Prado (Prado Jr, 1994) e Celso Furtado (1966) nos trazem boas referências no que diz respeito à modernização da agricultura e do progresso da capacidade de abastecimento alimentar no Brasil. Destaca-se, para isso, a importância da agricultura e suas transformações que ocorreram ao longo do tempo.

¹¹ Elias Jabbour traz a polêmica a situação chinesa que fugiria desta realidade ao trazer o mercado a subordinação política do PCCH. Ou seja, o Estado Nacional Chinês de características socialistas próprias conseguiria manter o controle e o domínio do mercado, utilizando-o ao seu favor. Esta seria a “exceção a regra” mundial, pois a partir de 1980 os mercados financeiros é quem subordinam, cada vez mais, os Estados Nacionais Capitalistas (Jabbour, 2021; Jabbour; Gabriele, 2021).

problemas de saúde e problemas econômicos causados por conta disso. Dentre tais problemas, destacam-se: doenças diversas, subnutrição e infraestrutura. Ainda hoje, nesses países existem 7,6 milhões de crianças com menos de 5 anos de idade, que sofrem de desnutrição aguda (estão literalmente definhando a pele e ossos). No Afeganistão e no Iêmen, por exemplo, isso significa que 50% das crianças estão em tal situação, e na Somália, significa 60%. Destaca-se também o fato de 38 milhões de pessoas (pelas estimativas mais conservadoras) serem deslocadas dos seus locais de vida por consequência destas guerras¹².

E é nesta trajetória e na atual conjuntura que o Brasil apresenta avanços e também retrocessos, o que nos remete a perguntar se Josué de Castro e sua Geografia da Fome têm interpretação válida para os dias de hoje e se as características da fome dos tempos atuais são semelhantes ou diferentes dos tempos em que Castro viveu.

O Brasil, atualmente, segundo Tereza Campelo e Ana Paula Bortoletto na apresentação do Livro: “Da fome à fome: Diálogos com Josué de Castro” estão na seguinte situação descrita pelas pesquisadoras:

É paradoxal que, hoje, três recordes diferentes sejam recorrentes nas manchetes brasileiras: fome, desmatamento e produção de grãos. O país foi marcado por um aumento assustador da fome — 58,7% das pessoas enfrentam algum grau de insegurança alimentar¹ —, enquanto a expectativa é de que a safra de grãos alcance 259 milhões de toneladas em 2022. Tal crescimento da produção de commodities como soja e milho é acompanhado pelo avanço expressivo do desmatamento na Amazônia — o primeiro trimestre de 2022 apresentou os maiores níveis dos últimos seis anos. Essa combinação de fatores produz novas geografias que merecem ser analisadas detidamente: geografia da desigualdade, da pobreza, da produção de alimentos, da crise socioambiental e alimentar, entre tantas outras (Campelo; Bortoletto, 2022, p. 8).

Em consequência disso, somos também levados a perguntar se as políticas atuais, que visam resolver a fome no país, devem ser semelhantes ou diferentes do que foi proposto por Josué de Castro¹³.

¹² Veja o relatório *Brown University's Cost of Wars Project* em: <https://geopoliticeconomy.com/>.

¹³ O pensamento de Josué de Castro, apesar de sua evidente preocupação com as mazelas sociais, em especial da fome, era muito influenciada por visões neoclássicas, institucionalistas e estruturalistas e conectado com o novo pensamento *mainstream* que predominou em consequência da crise de 1929 e da 1ª e 2ª Guerras Mundiais. Nesse sentido, compara-se a questão da industrialização brasileira com a análise marxista que fazia Ignácio Rangel, e se tais ideias são válidas para os dias atuais no que concerne aos problemas de fome e abastecimento alimentar.

2 JOSUÉ DE CASTRO – SEU TEMPO E SUA OBRA

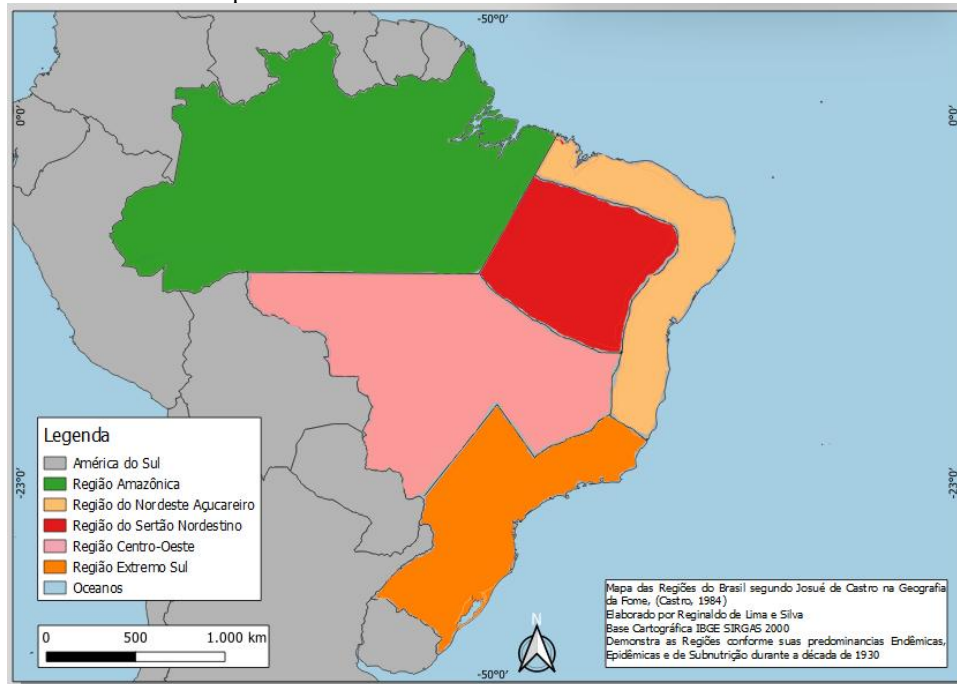
Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.
Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.
O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.
O bicho, meu Deus, era um homem.

Manuel Bandeira (1986, p. 283-4)

As análises acerca do mapeamento da problemática da fome no Brasil aqui neste capítulo, diz respeito à obra “Geografia da Fome: O dilema brasileiro: pão ou aço” (1946) (Castro, 1984).

Josué de Castro mapeou a fome no Brasil na década de 1930, e conseguiu, a partir de seu trabalho, estratificar os problemas de fome por regiões, dividindo o país em cinco regiões que demonstram muito bem onde o Brasil era mais afetado pela fome endêmica, pelas epidemias de fome e pela subnutrição. O mapeamento destacou a região amazônica e o Nordeste Açucareiro como regiões de fome endêmica; o Sertão Nordestino como áreas de epidemia de fome; e o Centro-Oeste juntamente ao Extremo Sul como áreas de subnutrição, como está demonstrado no mapa 1:

Mapa 1 – Brasil de Josué de Castro da década de 1930



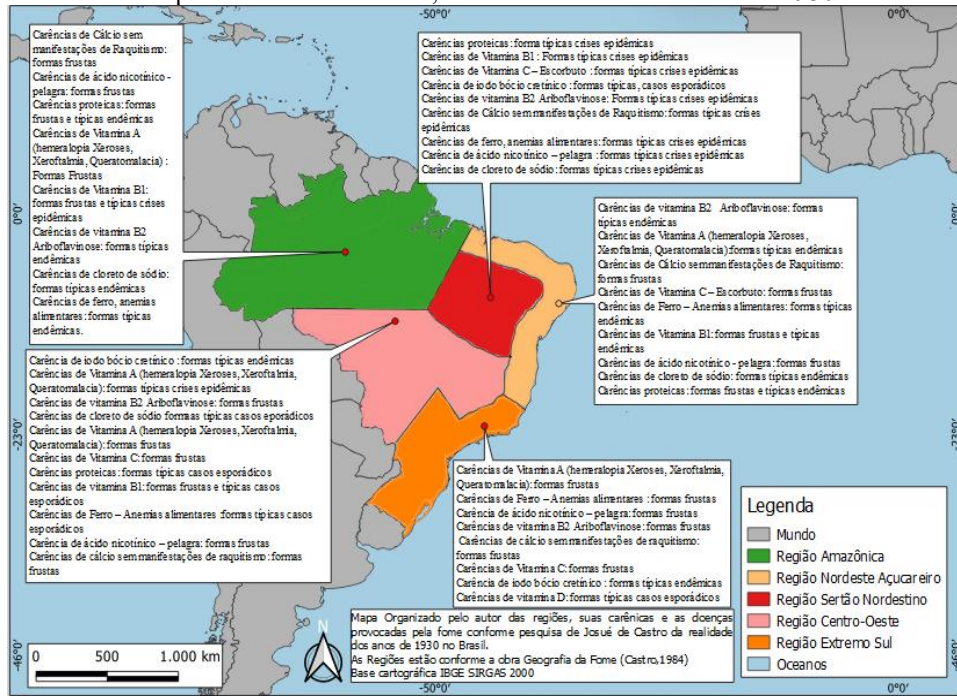
Fonte: Elaborado pelo autor com base em Castro (1984).

Como citado anteriormente, o destaque de Josué de Castro em seus estudos concentraram-se principalmente no Norte e Nordeste, essencialmente no Nordeste (no mapa não ficam visíveis as diferenças do estudo). No entanto, Castro foi muito mais detalhista quando se referiu ao Nordeste, mais do que em outras regiões, justamente por conta deste problema estar muito mais acentuado e grave nesta região.

A pobreza era a realidade da maioria da população em todo o território, e no seu bojo trazia sérios problemas para a saúde do brasileiro, que refletiu na vida das gerações que as sucederam. Mortalidade infantil elevada, expectativa de vida muito baixa, baixo crescimento, dificuldade de aprendizagem, problemas de visão, raquitismo, dentre tantos problemas enfrentados pela população, tiveram como origem uma alimentação pobre em nutrientes e na falta de um balanceamento alimentar que pudesse minimamente proporcionar um desenvolvimento harmonioso da pessoa humana.

O mapeamento foi muito bem feito por Josué de Castro, conforme é possível visualizar no mapa 2, que apresenta as cinco regiões brasileiras e demonstra as particularidades dos problemas provenientes da fome para cada região. É fácil observar neste mapa que não se tratava de um problema localizado, mas sim, de algo que estava generalizado por todo o território brasileiro, ainda que com as características particulares da divisão regional do Brasil de então.

Mapa 2 – A fome no Brasil, de Josué de Castro nos anos de 1930



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Castro (1984)

2.1 UMA BREVE BIOGRAFIA DE JOSUÉ DE CASTRO¹⁴

Josué Apolônio de Castro foi um médico, pesquisador e militante político de grande destaque no seu tempo e que até hoje é uma referência importante para todos aqueles que se debruçam sobre a problemática da fome. Pernambucano, nascido em Recife no dia 05 de setembro de 1908, filho de uma professora de classe média do sertão pernambucano, a Sra. Josefa Carneiro de Castro, e de um proprietário de terras, o Sr. Manoel Apolônio de Castro. Começou seus estudos com sua mãe em casa e logo depois frequentou o colégio Carneiro Leão e o Ginásio Pernambucano. Mudou-se para o Rio de Janeiro e cursou a Faculdade Nacional de Medicina do Brasil.

Quando voltou para o Recife em 1929, como médico formado, passou a se dedicar aos problemas de saúde da população, enquanto Recife estava sob intensas agitações políticas na campanha da Aliança Nacional Libertadora e a Revolução de 1930¹⁵. No Recife, Castro descobriu que a fome era uma tragédia social ao pesquisar os bairros operários da periferia da capital pernambucana, e passou a ir à contramão daqueles que afirmavam que a fome era um problema étnico e decorrente de condições físicas e climáticas. A classe operária na capital

¹⁴ Fonte: Centro Josué de Castro. Disponível em: <http://www.josuedecastro.org.br>.

¹⁵ Veja mais sobre a Revolução de 1930 em Fausto (1997).

pernambucana sofria com a falta de acesso à moradia, alimentação e serviços essenciais de saúde, educação e saneamento.

Em 1932, Josué de Castro produziu o inquérito acerca da problemática da fome na capital pernambucana intitulado “As condições de vida da classe operária no Recife.” Recife era uma cidade com 700 mil habitantes, onde 230 mil viviam nos mocambos localizados nos manguezais e nos arredores da cidade, que expressavam a precariedade da vida da classe operária com o processo de urbanização desordenada e desorganizada que colocava uma parcela significativa da população marginalizada. As secas periódicas no sertão e os baixos salários nas usinas de cana-de-açúcar eram as principais causas do estado de miserabilidade do povo. O inquérito alimentar realizado em 1932 verificou que a dieta era composta por quase exclusivamente feijão com farinha, jabá, café e açúcar.

Josué de Castro tornou-se grande referência nacional e internacional nos estudos sobre a fome no Brasil. Seu consagrado livro “Geografia da Fome”, escrito em 1946, tornou-se um clássico da literatura sobre o assunto, consagrando-o como um grande intelectual do seu tempo. No entanto, Josué de Castro possui uma vasta obra literária para além da sua “Geografia da fome”. Suas obras também consagraram este grande brasileiro como grande nutrólogo, médico, geógrafo e cientista social. Castro produziu mais de trinta obras em sua trajetória. Foram elas:

- a) Poema – poema de Josué de Castro;
- b) O Ciclo do Caranguejo;
- c) Poema: raça preta;
- d) O problema de fisiologia da alimentação no Brasil (1932);
- e) O problema de alimentação no Brasil (1933);
- f) Condições de vida das classes operários do Recife (1935);
- g) Alimentação e raça (1935);
- h) Documentário do Nordeste (1935);
- i) A festa das letras – Cecília Meireles e Josué de Castro (1937);
- j) A alimentação brasileira à luz da geografia humana (1937);
- k) Therapeutica dietética do diabete: *In: Diabete* (1937);
- l) Fisiologia dos tabus (1939);
- m) Geografia humana (1939);
- n) *Alimentazione e aclimatazioneumananeitropici* (1939)
- o) Geografia da fome (1946);

- p) *La alimentación em lostropicos* (1946);
- q) Fatores de localização da cidade do Recife (1947);
- r) *Lê problème de l' alimentation em AmeriqueduSud* (1950);
- s) Geopolítica da fome (1951);
- t) A cidade do Recife: ensaio de geografia humana (1954);
- u) Três personagens (1955);
- v) O livro negro da fome (1957);
- w) Ensaio de geografia humana (1957);
- x) Ensaio de biologia social (1957);
- y) Sete palmas de terra e um caixão (1965);
- z) O ciclo de caranguejo (1965);
- aa) *Ensayos sobre el sub-desarrollo* (1965);
- ab) *A donde va la América Latina?* (1966);
- ac) Homens e caranguejos (1967);
- ad) A explosão demográfica e a fome no mundo (1968);
- ae) *Latinamerican radicalism* (1969);
- af) *El hambre: problema universal* (1971);
- ag) A estratégia do desenvolvimento (1971).

Josué de Castro também obteve destaque internacional como professor e em suas atuações políticas. Seu trabalho dedicado ao combate à fome o levou, em 1947, a exercer participação como membro do Comitê Consultivo Permanente de Nutrição da Organização das Nações Unidas Para Alimentação e Agricultura (em inglês: FAO). Entre 1952 e 1956 foi presidente do Conselho Executivo da FAO. Foi também o fundador da Associação Mundial de Luta Contra a Fome (ASCOFAM), em 1957.

Em 1962 exerceu o cargo de Embaixador do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU).

2.2 GEOGRAFIA DA FOME: UMA OBRA QUE MARCOU UMA ÉPOCA E QUEBROU PARADIGMAS

O livro “Geografia da fome”, de Josué de Castro, é uma obra clássica da literatura brasileira, e de uma clareza ímpar, única, uma referência para a literatura e para as ciências de modo geral.

É clássica por ser uma obra que não se limita ao seu tempo e consegue ser atual, ainda que mereça, como toda obra, novas interpretações ao longo da dinâmica da história. Possui uma clareza ímpar por conseguir fazer um estudo e um mapeamento muito detalhado e preciso das carências alimentares das regiões mais carentes e das consequências da subalimentação na saúde do povo brasileiro causadas pela fome.

A obra é muito bem-sucedida na tarefa de desmistificá-la, deixando pouca margem para contestação às ideias reinantes ao longo da história do Brasil, qual seja da fome, da pobreza e das penúrias sofridas por metade da população brasileira amplamente ignorada, ou igualmente condicionadas a fatalidades irremediáveis, próprias do meio natural.

O maior destaque desta obra está em conseguir conduzir, com maestria, o despertar da consciência dos sujeitos para o problema da fome. Deixa muito claro que o problema, no Brasil, não desapareceu ao longo do seu desenvolvimento histórico. Ao contrário, ampliou-se à medida que continuava ignorado. De mais a mais, este livro é capaz de provocar qualquer um que preserve alguma sensibilidade e empatia humana. Quem entrar em contato com a sua leitura, dificilmente sairá o mesmo ao fim dela.

É um livro que foi e ainda é capaz de expressar uma dimensão concreta da realidade, ainda ignorada por muitos, dos rincões do Brasil. Muitas das passagens deste livro conseguem despertar reflexões acerca da vida real do povo brasileiro.

Quando Josué de Castro produziu “Geografia da Fome”, a desigualdade entre os homens no Brasil, do ano de 1932, continuava vulgarizada como condição natural aos seres humanos e, no corolário, condição inevitável.

A obra de Castro se insurge contra este bafejo e é muito bem-sucedida neste intento. Seu livro atravessa caminhos que rompem as fronteiras do nosso imenso país, alcança o mundo e sobrevive ao tempo. A atualidade da problemática da fome no mundo torna esta obra fundamental para todos que se interessam pelas ciências humanas de modo geral.

Depois do contato com a “Geografia da fome”, passa a ser intolerável entendermo-nos como seres humanos modernos sem identificarmos e sem compreendermos nossas necessidades de alimentação [Os homens quando sofrem os males da fome intensa ou absoluta, perdem, quase por completo, suas capacidades de utilização da razão e por consequência, podemos inferir que, muitas das suas potencialidades de evolução cultural, ficam, deste modo, comprometidas, assim como também podem ser inibidos seus valores morais. De modo que, garantir o alimento ao homem é pressuposto para que os sujeitos possam enxergar a si mesmos e enxergar os outros, se identificando mutuamente, na condição

de ser humano. Ver: (Castro, 1984)]. O livro desponta a obviedade da qual nem todos querem enxergar, esta condição *sine qua non* à existência humana.

Entretanto, na época em que foi escrita, já existiam recursos, bem como conhecimentos científicos e técnicos suficientes, dispostos a serviço da humanidade, capazes de resolver este terrível problema que assola a humanidade por milênios. Porém, a humanidade dos tempos modernos, como bem descreveu Karl Marx vivendo na Europa há menos de um século do nascimento desta obra, vivia naquele tempo e continuou vivendo: a “pré-história da humanidade” (Marx, 2004; Marx, 2003, p. 6). É a realidade material e concreta do Brasil no século XX, descrita por Josué de Castro, sob a dominância capitalista.

As questões levantadas em “Geografia da Fome” conduzem-nos a estudar a questão alimentar do povo brasileiro no período. Partindo do pressuposto de que os alimentos estão, nesta realidade, dispostos na forma de mercadorias, os quais são predominantemente adquiridos por aqueles que podem comprá-los e quase nunca por quem deles necessita sem ter o que oferecer em troca. O ato de comer depende do mercado.

Os alimentos, na forma mercadoria, são essenciais à vida humana, mas não estão ao alcance de todos os seres humanos, já que nem todos tem acesso ao mercado, que, aliás, abarca a vida humana por inteiro. A mercadoria determina a existência humana (Marx, 2003). Vejamos o que dizia o saudoso jovem aventureiro Jack London, em sua breve passagem pela vida nos EUA, entre o final do século XIX e o início do século XX. Ele descreve bem o que isso significa:

A vida era uma questão de abrigo e de comida. Para conseguir abrigo e comida os homens vendem coisas. O comerciante vende seus sapatos, o político vende seu humanismo e o representante do povo, com exceções, é claro, vende sua credibilidade, enquanto quase todos vendem sua honra. As mulheres também, nas ruas ou na sagrada relação do casamento, estão prontas a vender seus corpos. Todas as coisas são mercadorias, todas as pessoas são compradas e vendidas. A primeira coisa que o trabalhador tem para vender é a força física. A honra do operariado não tem preço no mercado. O operariado tem músculos e somente músculos para vender (London, 2009, p. 25).

No Brasil, nos EUA, ou em qualquer outra parte do planeta, as dificuldades da maioria dos povos para sobreviver são equivalentes ao que foi aqui descrito pelo jovem aventureiro londrino. Josué de Castro conecta, à sua maneira, esta realidade às características da formação econômico-social brasileira e este é um grande mérito que “Geografia da Fome” traz em seu bojo: demonstra com clareza as dificuldades para adquirir alimentos que, por consequência, se

traduziram em condições de subalimentação da população brasileira.

Ademais, Castro traz detalhes e *prima* pelo que é relevante ao entendimento das diferentes carências alimentares em cada uma das regiões brasileiras. Separa geograficamente estas regiões por suas características alimentares determinantes à vida dos sujeitos que nelas vivem. Consegue transmitir em suas páginas uma indignação da qual irradia ao leitor e é capaz de demonstrar o quão rebaixado estava relegada a condição humana no interior do Brasil até a primeira metade do século XX.

Ao especificar quais as necessidades alimentares de cada uma das regiões mapeadas, Castro procura sempre e ao mesmo tempo, demarcar sua visão de mundo. Ele também traz uma análise econômica e política coerente com esta sua visão. Desse modo, sua obra sobrevive ao tempo. É um trabalho com potencialidades futuras, inclusive de elevar a consciência da vanguarda das classes exploradas, podendo servir de referência histórica para as estratégias políticas atuais, que buscam movimentar a classe trabalhadora com o objetivo da emancipação (Iasi, 2006).

Todas as potencialidades elencadas aqui cabem em contribuições às estratégias políticas concretas para as lutas de classes dos dias atuais. Entretanto, dentre tantas potencialidades, é importante destacar a dimensão da política de uma maneira abstrata. Tal dimensão permeia todos os caminhos das ciências e por isso é fundamental para a compreensão mais efetiva da geografia econômica aqui estudada, haja vista só fazer sentido tais estudos se lembrarmos de que a política é parte do processo de formação da ciência.

Ao proporcionar observações pelos mais diversos ramos da ciência, o leitor que tenha interesse no desenvolvimento da medicina, da nutrição, que se interesse por história, sociologia, ciências políticas, antropologia ou biologia, por exemplo, poderá ter a certeza de que o livro trará boas pistas do que ocorre no Brasil. Portanto, é um livro capaz de expandir a visão de qualquer especialista em diversos ramos da ciência. Aqui o enfoque, óbvio, são as questões geográficas e econômicas, as quais Castro analisa em sua obra.

2.3 O CONTEXTO GEOECONÔMICO EM QUE ESCREVEU SUA OBRA

No período que vai de 1850 a 1930, o Brasil passava por uma transição econômica que mudaria o centro dinâmico da sua economia. Essas mudanças transitavam por ciclos ascenso e descenso.

Com a crise das economias capitalistas em 1929¹⁶ e as mudanças políticas institucionais a partir de 1930, as quais levaram o Brasil a traçar novos rumos econômicos e sociais, o país apontava para uma estruturação econômica nacional de caráter nacionalista. Essa nova estrutura visava desenvolver o Brasil aos moldes do capitalismo industrial dos países centrais. O Brasil era um país que já possuía, antes de 1930, uma base industrial concentrada em São Paulo e que também sofreu as consequências da crise de 1929, mas que logo entrou em um período de reestruturação, modernizando-se e aumentando de volume.

E foi nesta perspectiva de um Brasil reestruturado que Alberto Torres, em 1915, alertou quanto às crises que haviam de ser enfrentadas, sob pena de se comprometer o destino do Brasil. Dentre as principais estariam: a crise da natureza e a crise do trabalho. Já naquela época, Torres destacou também que um país novo como o Brasil chegara a uma encruzilhada histórica, tinha “estragado suas terras e anemiado o vigor comprovado das suas raças”. E assim, Torres viu a necessidade de reestabelecer às “forças da vida, nas terras e na gente do Brasil”. E esse foi o espírito consertador e o dilema da dinâmica histórica do Brasil do século XX. As forças, que são transformadoras e conservadoras, ao mesmo tempo, evoluíram para a construção de um país que pulsava entre a necessidade de se fazer nação e de preservar privilégios. Existia já naquela época uma nação ativa e uma nação passiva em desenvolvimento (Santos, 1999).

O território brasileiro estava em processo de formação social. A necessidade de desenvolvimento nacional fazia-se cada vez mais necessária e as mudanças estruturais da sua economia pareciam ocorrer através de condicionantes materiais que a realidade capitalista mundial impunha. Alberto Torres em seu livro “As Fontes da Vida no Brasil 1915”¹⁷ expressou a percepção de um país atrasado, que na visão do autor, era predatório e carecia de um compromisso nacional:

Os brasileiros são, todos, estrangeiros na sua terra, que não aprenderam a explorar sem destruir, e que tem devastado, com descuido, de que as afirmações dos meus trabalhos dão ainda um pálido reflexo. Os que habitam as cidades fazem-se, por sua vez, ainda mais estrangeiros, exibindo uma fictícia civilização de luxos mentais e de luxos materiais, inteiramente alheios a vida nacional; e os que nos dirigem e nos governam, estranhos à realidade da nossa existência, agitam e mantêm essa efervescência de interesses e paixões que formam toda a superfície da vida pública, com o

¹⁶ Nunca é demais lembrar que a URSS passou ileso pela crise que assolou o mundo, devido ao caráter da planificação central e por não sofrer restrições relacionadas ao comércio exterior, uma vez que não se relacionava comercialmente com países capitalistas devido ao boicote dos países imperialistas do Ocidente.

¹⁷ Ver o livro digitalizado em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/server/api/core/bitstreams/90316102-4d1c-4323-9562-34a3a7667ba3/content>.

fervilhar de atos e, principalmente ebulição intelectual, que lhes é própria – opostos, e até hostis, aos sentimentos, aos interesses e aos direitos, da Nação, e de que a atitude crítica e condenatória, comum a que todos os nossos intelectuais, é o expressivo e deplorável modelo (Torres, 1915).

Entretanto, malgrado a constatação negativa expressa aqui por Torres, na formação econômico-social brasileira o desenvolvimento do território brasileiro percorre caminhos contraditórios. E foram estes caminhos que demonstram, ao mesmo tempo, o avanço relativamente acelerado da produtividade e do acesso aos bens de consumo, às parcelas cada vez mais significativas da população. Ao mesmo tempo, trouxe consigo um aumento cada vez maior das desigualdades, característico no processo de acumulação capitalista.

O Brasil, a partir de 1850, passa por transformações em sua economia, determinadas pela conjuntura capitalista mundial (Cano, 1998; Sodré, 1978). Tais transformações desenvolveram o modo de produção capitalista e já eram predominantes nos países centrais, mas em países como o Brasil, o capitalismo ainda era um projeto ou uma possibilidade inevitável que abarcaria por completo todo o seu território (Sodré, 1978). Ainda que o modo de produção capitalista não apareça homogeneamente em todo o seu território¹⁸, no Brasil, a diversidade ambiental, cultural, econômica e política encastela características regionais reais e imaginárias (Albuquerque Júnior, 2011). O Brasil ainda não se integrara nacionalmente¹⁹.

Essas diferenças propiciaram modos particulares de desenvolvimento onde as chamadas vantagens comparativas de David Ricardo tiveram terreno fértil para que fossem amplamente utilizadas²⁰. No entanto, o percurso de desenvolvimento territorial destas regiões, não as coloca em pé de igualdade quando a predominância capitalista é efetivamente iniciada no Brasil. As diversidades regionais, longe de configurarem-se por si só como possibilidades de potencialização para cada região, acabam por se situarem em contextos desiguais, com desigualdades que se cristalizam e até se aprofundam com o processo de industrialização do Brasil pós-1930 (Boito Junior, 2007).

¹⁸ Nos anos de 1960, houve intensos debates sobre a formação capitalista no Brasil. José Sidnei Gonçalves trouxe importantes contribuições aos intensos debates dos anos 1960, relativo à questão agrária e a formação do capitalismo brasileiro. Trazia à tona a necessidade de modernizar a agricultura como forma de sair do “atraso”. Já estava bem difundida a análise dual da formação social brasileira, a tradicional e a moderna. Superar esta dualidade passava por encarar estas contradições procurando desenvolver o capitalismo moderno em todo espaço geográfico brasileiro englobando toda a diversidade social do Território (Gonçalves, 1993).

¹⁹ Até a Revolução de 1932, havia barreiras à circulação de mercadorias entre os Estados da União. Somente após esta revolução que tais barreiras foram quebradas e a necessidade de integração foi acompanhada de mudanças estruturais no território brasileiro que aceleraram o seu processo de integração (Santos; Silveira, 2008).

²⁰ Veja explicação desta teoria. Apresentada pelo Professor Paulo Gala em: <https://www.paulogala.com.br/a-ideia-de-vantagens-comparativas-de-david-ricardo/>

2.3.1 O Brasil pré-1930 e as bases para os períodos desenvolvimentistas

Toma-se por base, para os parágrafos que seguem neste tópico, os estudos realizados por Wilson Cano na sua obra “Desequilíbrios Regionais e Concentração industrial no Brasil 1930 -1995” (Cano, 1998), que demonstram como as diferenças regionais influenciaram e firmaram as bases para o período desenvolvimentista pós-1930. Este é o período pré-desenvolvimentista, que vai de 1850 até 1929 e lança pistas importantes acerca dos desafios colocados ao Estado Brasileiro para estruturar um território integrado e para iniciar o seu desenvolvimento industrial e, portanto, com bases capitalistas.

Esses desafios, em alguns casos, se converteram em oportunidades que foram aproveitadas ou não, mas que em outros momentos estiveram no rol da falta de alternativas. Foram determinações históricas e materiais que posicionaram o Brasil no mundo capitalista. E no bojo do que o cenário nacional e internacional possibilitava para o avanço das suas forças produtivas materiais, estas determinações históricas foram capazes de impulsionar as suas modernizações e as condições de vida das populações brasileiras.

Para efeito de análise, observamos aqui as Regiões Norte, Região Nordeste, Extremo Sul, Sul cafeeiro e São Paulo. Não consideraremos as Regiões do Centro-Oeste e do Espírito Santo, pois elas pouco produziram riquezas, e sua participação no desenvolvimento do Brasil e os pouquíssimos estudos a respeito destas regiões neste período, foram irrelevantes. Ambas as regiões detinham 2,1% e 1,2% da população nacional, respectivamente, e algo em torno de 0,9% e 0,1% de participação na produção industrial brasileira em 1907 (Cano, 1998).

A Região Norte possuía apenas 3% da população brasileira em 1900, e 1/3 da população de São Paulo entre os anos de 1870 e 1920, com uma economia predominante no setor da borracha, correspondendo a 4,3% da participação econômica nacional, sendo que em 1907 representava 40% das exportações nacionais. A Região Norte, nas palavras de Wilson Cano, integrou assim o homem à economia:

A forma de interação do homem, para a extração do látex, o fato de não se fazer aberturas de terra, e a grande necessidade de mão-de-obra por parte da atividade principal impediram que ali se desenvolvesse uma agricultura comercial produtora de alimentos. A despeito de ocupar mão-de-obra livre, não criou o assalariamento, transformando sua mão-de-obra, através do avivamento, em produtores diretos (Cano, 1998, p. 50).

No Nordeste, a crise que começa no século XVII, atravessa o século XVIII na crise do açúcar. Com uma economia dependente da mão de obra escrava, passa ao capitalismo com

uma extrema concentração da propriedade e da renda. Foi uma transição mais formal do que efetiva e consolidou-se um mercado de trabalho altamente precarizado com forte dependência da cultura do algodão, pejorativamente chamada de “cultura dos pobres”, altamente ineficiente e internacionalmente marginal, com preços baixos em relação à sua produtividade.

A pecuária proporcionou, no período de crise do açúcar, um contingente demográfico que, junto à agricultura de subsistência, garantiu oferta de grande contingente de mão de obra nacional. O açúcar voltou a ter mercado com a expansão cafeeira do Sul (SP-MG-ES-RJ), mas a preços muito baixos, e o algodão voltou a ter importância com a expansão da indústria têxtil do sul do país que se deu a partir de 1880 (RJ, principalmente SP).

Após 1929, o Nordeste sofreu mais um golpe com a construção do Agro em São Paulo, que se tornou também a maior produtora de algodão e açúcar. Wilson Cano defende que havia no Nordeste grandes indústrias têxteis, como resultado da grande concentração fundiária e do capital comercial:

Diante desse quadro não é difícil perceber as vicissitudes por que passaria sua indústria, ela cresceria, em estreitos limites, próximo a expansão do seu mercado urbano, do crescimento vegetativo da população e de algumas brechas que surgiram no mercado nacional; sobreviveria, talvez em parte, devido ao grande tamanho de suas fábricas – principalmente as têxteis -, tamanho esse decorrente, a meu juízo, da forte concentração fundiária e do capital comercial (Cano, 1998, p. 52).

O Extremo Sul do Brasil possuía uma indústria fortemente vinculada à base agrícola. O Paraná tinha na erva mate 49% da sua produção industrial. Em Santa Catarina, o Mate representava 27%, a banha, a manteiga e a farinha juntas representavam 26%. No Rio Grande do Sul, o Charque correspondia a 37% e a banha juntamente ao beneficiamento de couro, 18% da produção industrial. De acordo com o Censo de 1919, o Mate correspondia a 40% no Paraná e 20% em Santa Catarina, sendo a banha, a manteiga e a farinha juntas, 15%. No Rio Grande do Sul, o Charque correspondia a 20%, a banha 10%, os vinhos, o arroz, o couro e a farinha, juntos, 10%.

A estrutura fundiária nos três estados prevalecia da economia camponesa (Cano, 1998, p. 53), salvo a pecuária que era tipificada pela pequena e média propriedade. Sendo que as indústrias baseadas na pequena e na média propriedade estavam situadas, em muitos casos, na zona rural! A região se integrou com Rio de Janeiro e o Nordeste, já São Paulo era autossuficiente, pois tinha uma agricultura diversificada.

Somente após a crise de 1929 o Sul se integrou ao país, mas sofreu concorrência com

as grandes indústrias modernas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Dos 19% da participação nacional do Sul, foi para 13% em 1939. Não há muito o que ser dito sobre o estado do Paraná para antes de 1930, pois a colonização precária e o Noroeste paranaense só despontam a partir de 1930. O Centro-Oeste também tinha pouca expressão econômica, assim como o Espírito Santo, com poucos estudos sobre estas regiões.

O café era a principal atividade econômica em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo desde 1850, iniciando no Rio de Janeiro e depois aparecendo no Vale do Paraíba em São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. O fim do tráfico negreiro afetou o desempenho do café a partir de 1856 com a alta no preço dos escravos.

A base de mão de obra escrava gerou uma “erosão” na economia do Rio de Janeiro, e a precariedade nos transportes, que era feito por animais e escravos, contribuiu muito com as dificuldades econômicas deste Estado, provocou aumento dos custos e conseqüentemente aumento nos preços do café, e a escassez de terras cultiváveis para agricultura de subsistência (não comercial) contribuiu ainda mais para o gargalo econômico do Rio de Janeiro. As tentativas de aumentar a produtividade cafeeira esbarravam nas dificuldades em se obter alimentos, que precisavam ser adquiridos noutras regiões. Tal fato provocou um estrangulamento financeiro que comprometia o domínio das suas relações comerciais.

A Guanabara, por outro lado, foi o Distrito Federal do Brasil e era a capital mercantil, concentrando boa parte do excedente da cafeicultura fluminense. Mas, mesmo com o advento do transporte ferroviário, que surgia a partir de 1860 e que teria o potencial de se converter um fator importante para a redução dos custos do café, não foi suficiente para que o Rio de Janeiro escapasse da crise.

É importante destacar também que, as relações de produção baseadas na escravidão, traziam uma precariedade para o trabalho. O estrangulamento financeiro e econômico, e a submissão a Guanabara fez com que fosse inevitável a “derrocada”. O capital comercial se instalou na Guanabara e vieram as indústrias de grande porte. Em 1900, Guanabara e Rio de Janeiro detinham 10% da população do Brasil e, em 1907, participavam com 38% da participação industrial, chegando, em 1939, com 22%.

Já Minas Gerais também se submeteu ao capital mercantil sediado na Guanabara, repassando boa parte do excedente. Assim como o Rio de Janeiro, o trabalho era de base escrava, não passando para o assalariamento com a abolição. Em vez do trabalho assalariado, predominou a parceria. Os bancos mineiros surgem da expansão imobiliária decorrente da criação da cidade de Belo Horizonte no início do século XIX. Minas Gerais também

exportava gado vivo e laticínios para outros estados.

Os bancos mineiros foram uma tentativa de evitar a sangria de capitais. Minas Gerais era pouco integrado territorialmente, constituído por pequenas cidades espaçadas, com predomínio de pequenas propriedades. A agricultura comercial do café era feita dentro destas características. Mas Minas Gerais sofreu com a crise do café no final do século XIX e somente depois dos anos de 1920 conseguiu integrar-se a outras regiões através do comércio de gêneros alimentícios e gado.

Não demorou muito e as indústrias dos setores de metalurgia foram beneficiadas pela abundância de minerais e pela abertura dos mercados da Guanabara, do Rio de Janeiro e de São Paulo, cada vez mais industrializados com indústrias de transformação. E Minas Gerais aproveitou-se bem disso, com excelente desempenho econômico, sendo o maior estado brasileiro em extensão territorial. Tinha 20,6% da população nacional em 1900 e, em 1907, detinha 4,4% da produção industrial brasileira, chegando a 5,6% em 1919 e 6,5% em 1939.

No período exposto, somente Minas Gerais e São Paulo aumentaram suas participações industriais no Brasil. De acordo com Cano, talvez a sobrevivência da pequena e da média indústria mineira, tenha acontecido justamente por ocasião da deficiência nos transportes que prejudicava a integração entre as pequenas e médias cidades e, com isso, o isolamento com os estados vizinhos. Este isolamento teria criado barreiras econômicas geográficas que frenaram a concorrência dos produtos importados dos outros estados brasileiros, sobretudo São Paulo.

A expansão do café fez São Paulo ter condições promissoras de desenvolvimento. As redes ferroviárias proporcionaram vantagens no escoamento das mercadorias e na integração do Estado, reduzindo custos importantes nos transportes. O preço elevado da mão de obra escrava foi a desvantagem que os empresários e o Estado conseguiram transformar em vantagem. A solução encontrada foi o estímulo aos imigrantes europeus que já não iam mais com tanta intensidade aos EUA e à Argentina.

Estes países ainda recebiam muitos imigrantes, o fluxo estava em queda. O estímulo à imigração para São Paulo proporcionou uma quantidade de mão de obra assalariada que foi capaz de não somente resolver os problemas dos custos da mão de obra, mas também criou um mercado consumidor de trabalhadores para o café e para os segmentos urbanos da economia. Isso libertou o capital das amarras do trabalho escravo, permitindo a flexibilização dos custos de mão de obra através da flexibilização dos salários, aliviando assim a economia paulista nos períodos de crise.

Com a crise do café em 1897, que perdurou até 1908, parte das terras cafeeiras foram fracionadas, e a produção agrícola passou a ser mais diversificada, tornando São Paulo menos dependente de importações. Essa diversificação desempenhou um papel fundamental no surgimento dos bancos, das estradas de ferro e do comércio, contribuindo para o desenvolvimento da indústria paulista no período de 1896 a 1913, como fruto das altas taxas de lucro advindas do café.

A taxa de inversão da produção superou todo o restante do país, sendo que em 1900, São Paulo tinha 13% da população nacional, e em 1907 detinha a 16% da produção nacional, indo para 31% em 1919, e 45% em 1939. A Primeira Guerra Mundial entre os anos de 1914 e 1918 foi um fator que retraiu as importações e as exportações no país.

Entretanto, como São Paulo tinha o melhor desempenho econômico no Brasil, com uma agricultura e uma indústria mais diversificada, beneficiou-se fornecendo aos outros estados, produtos que sofriam as dificuldades de importação pelo comércio exterior. E quando vieram os anos de 1920 e o comércio exterior voltou, São Paulo aproveitou dos altos lucros obtidos no período de guerra para incrementar ainda mais seu parque industrial, tomando uma distância econômica ainda maior das demais regiões.

O Brasil recebeu uma importante incursão de investimentos estrangeiros diretos, devido à acumulação capitalista ter acelerado o seu movimento monopolista a nível mundial, ampliando suas bases de acumulação. Segmentos industriais como metalurgia, química e transportes, ramos da indústria que exigem maior complexidade tecnológica, passaram a receber esses investimentos estrangeiros diretos em maior monta. São Paulo foi o principal destino do capital externo, o que possibilitou a criação de uma espécie de cinturão industrial que logo após a crise de 1929, abarcou ainda mais boa parte do mercado nacional. Ao mesmo tempo, um setor industrial nacional menor também se expandiu durante o período da Primeira Guerra Mundial e nos anos 1920.

A crise de 1929 causou mudanças substanciais na economia do Brasil, e a economia agroexportadora, que era o eixo dinâmico, deslocou-se para a indústria enquanto o abastecimento de matérias-primas e alimentos sofreu uma forte reversão. São Paulo agora passava a importar matérias-primas e alimentos de outros estados e estes compravam produtos manufaturados de São Paulo.

A economia brasileira passou a se integrar cada vez mais, e o Estado de São Paulo se tornou o centro do poder econômico brasileiro. Desse modo, os demais estados periféricos, que passam a depender e a complementar a economia paulista.

2.3.2 A Geografia Econômica da Fome

Na “Geografia da Fome” está contida a “Geografia Econômica da Fome” e nela podemos destacar a visão positivista sobre a causa das desigualdades, predominante à época de Josué de Castro. Predomina um pensamento hegemônico “segundo, da ideia de que a própria organização das sociedades comporta desigualdades entre os homens e que estas, por sua vez, são inevitáveis” (Castro, 1984, p. 11).

Esta importante obra de Josué de Castro desafia a visão hegemônica, polemizando da seguinte afirmação feita por Castro com consequência do seu trabalho científico: “Os males provenientes da falta de alimentos continuam sendo um problema, mas já não são um mistério” (Castro, 1984, p. 12) . E assim, Castro trabalha cientificamente, mostrando em detalhes as causas, consequências e soluções que estão ao alcance dos sujeitos históricos contemporâneos do seu tempo, ficando evidente que a permanência da fome como um flagelo, reincidentemente, taxada insolúvel, não se justifica. E para muito além de uma falsa ideia da fome como um problema que se limita à falta de alimentos, pura e simplesmente, Castro obtém muito sucesso ao demonstrar que a fome não deve ser caracterizada exclusivamente pela falta, mas também por ser “mal constituída” (Castro, 1984, p. 12).

Foi como médico que Josué de Castro conseguiu aliar estes conhecimentos aos problemas orgânicos procedentes das carências alimentares que privam os sujeitos das necessidades de nutrientes indispensáveis aos diferentes grupos de crianças, jovens e adultos espalhados pelo Brasil. Castro incorporou a estas descobertas uma crítica ácida à forma como vinha se dando o desenvolvimento econômico do território brasileiro, seguindo padrões de economia explorada pela colônia portuguesa, de “costas para o povo”, mantendo privilégios para poucos (àqueles a quem foi permitido desfrutar do Brasil). Isto foi ato contínuo, mesmo após a independência do país.

Contudo, Castro também percebeu que os males da fome não eram exclusividade da realidade brasileira e pontuou muito bem a conexão do Brasil com o mundo. Nos seus estudos registrados em “Geografia da Fome”, Josué de Castro mostra que em 1932 a população mundial foi estimada em aproximadamente dois bilhões de pessoas, das quais metade sofria com algum grau de subnutrição. Não estando restrita unicamente aos países mais atrasados, a desnutrição atingia grupos inteiros nos países mais adiantados. E com um crescimento da população mundial anual entre 50 e 60 milhões de pessoas, Josué de Castro alertou para a

necessidade do aumento da produção de alimentos e um plano adequado de alimentação: “Trata-se, por conseguinte, de alimentar bem essas populações” (Castro, 1984, p. 14) . Oportunamente, destacou que não se tratava simplesmente de desenvolver melhores técnicas agrônômicas e aplicá-las no sentido de aumentar a produção. “É um problema econômico. Efetivamente, trata-se de integrar a agricultura no conjunto da economia” (Castro, 1984, p. 15).

No entanto, a “Geografia da Fome” desenvolve-se atenta às necessidades concretas dos povos de se alimentarem no mundo todo, como uma problemática mundial da qual o Brasil é parte integrante. Para Castro, a fome no Brasil não ocorre por características naturais intrínsecas das terras brasileiras; ele procura destruir completamente qualquer argumento nesse sentido, demonstrando que pode ser inteiramente superada. Josué de Castro mantinha um olhar crítico no mundo, trazendo à tona os problemas que entendia estarem presentes na racionalidade desprovida de sentimentos e de ética social humana. Seu olhar foi influenciado pela visão de bem-estar social de Gunnar Myrdal. Isso é facilmente observável na “Geografia da fome”.

Mas a questão da ética social necessária aos “donos do poder” nunca foi solucionada, e ainda assim o Brasil enveredou para um processo histórico de desenvolvimento econômico, capaz de abastecer todo o território com os alimentos necessários para solucioná-la, bem como a desnutrição ou a subnutrição reivindicada por Castro. A questão, a partir daí, passou a ser outra: a população brasileira estaria na sua totalidade com condições materiais de existência para saciar sua fome? Teriam os brasileiros a renda necessária para adquirir tais alimentos?

A “geografia econômica” da fome configurava-se agora por novos olhares e por formas mais consolidadas com a realidade de um país que pretendia percorrer e traçar um caminho industrial na sua história. A “era do aço e do pão”, podemos assim dizer, inicia-se com as modificações na estrutura produtiva brasileira, que culminaram nos anos de 1930, com as mudanças estruturais e institucionais que moldam o território brasileiro em condições industrializadas de produzir suas riquezas. Insere-se na dinâmica produtiva do Brasil o modo capitalista de produção, muito mais industrializado e mais produtivo que em tempos anteriores, mantendo-se também formas de produzir menos produtivas.

Desse modo, o Brasil ajustou-se ao contexto internacional, desenvolvendo-se como economia periférica e complementar ao capitalismo mundial (Rangel, 2012) . Os reflexos destas particularidades trouxeram reações aos problemas, pela população brasileira para suprir

suas necessidades elementares de sobrevivência, sobretudo de alimentação.

2.4 O EMBATE ÉTICO CONTEMPORÂNEO DE JOSUÉ DE CASTRO E A LIBERTAÇÃO DA LIBERDADE MODERNA

Quando Josué de Castro escreveu “Geografia da fome”, o Brasil vivia transformações e continuidades que motivavam toda sorte de interpretações possíveis, dos seus motivos e das suas causas.

Castro foi pioneiro em mapear a pobreza no território brasileiro na sua forma mais degradante, que é a privação da alimentação para sobrevivência dos sujeitos. O tempo de Josué de Castro foi, no Brasil, a transição para uma forma política, jurídica, econômica e ideológica em ebulição e que, portanto, convivia com modos de vida antigos e modernos. A fome ainda era naturalizada como algo inerente aos seres humanos pobres. Mas Castro mostrou que não existem leis naturais que determinem que alguns tipos humanos devam passar fome, como ainda se acreditava. Entretanto, o motor que impulsionou esta virada de pensamento foi a indignação com a condição humana e a percepção de que todos deveriam ser considerados parte da mesma espécie e com direito à vida, como qualquer outro, e que o alimento é condição essencial para que isso ocorra.

A visão ética da sociedade também se transformava, à medida que se desenvolviam as forças produtivas materiais de produção, de modo que, cada vez mais, eram as novas técnicas, tecnologias e métodos de produção que intensificavam a divisão social do trabalho através da industrialização e da urbanização. Castro trouxe consigo esta indignação e a necessidade de contribuir para mudar a realidade da miséria humana.

Quando a ONU divulgou ao mundo a Declaração Universal dos Direitos do Homem, estava ali definido um horizonte ético, do qual todos os países do mundo deveriam seguir, a fim de garantir que a dignidade humana estivesse, finalmente, acessível a todos. A dominância capitalista do mundo, pós-guerras mundiais, necessitava estabelecer patamares mínimos de convivência entre as nações. O mundo estava traumatizado e horrorizado com a guerra mais sangrenta de todos os tempos.

John Stuart Mill foi um filósofo que deu proeminente contribuição na noção de liberdade na modernidade. Em sua obra “Sobre a Liberdade” (Mill, 2011), Mill influenciou as noções de liberdade individual com seus argumentos acerca da essencialidade da autonomia individual para o desenvolvimento humano e o florescimento da sociedade como um todo.

Nesse sentido, Mill enfatizava que a interferência do Estado na vida do indivíduo deveria ser evitada e que a interferência só é justificável quando há um dano claro e direto a terceiros.

Assim, temos no mundo moderno e contemporâneo as controvérsias acerca do individualismo e do coletivismo, este último defendido por aqueles que veem no Estado um modo de garantir a liberdade de uma forma mais ampla. A liberdade moderna aparece na forma de liberdade normativa, e a liberdade ampliada e, portanto, mais afeita à coletividade aparece na forma de liberdade real. Portanto, temos uma controvérsia em que podemos colocar no seu centro as visões de Kant e Hegel de lados opostos, e que embora não sejam mutuamente excludentes, às vezes são complementares.

Para Kant, a liberdade reside na capacidade dos indivíduos agirem de acordo com a sua própria vontade e razão, desde que suas ações estejam em conformidade com os princípios morais universais. Ele argumentava que a liberdade consiste na autonomia moral a qual é estabelecida por leis e normas impostas pelos indivíduos. Hegel, ao contrário, via no Estado uma instituição que possibilita o desenvolvimento das capacidades humanas e a realização da liberdade. Segundo Hegel, a liberdade individual é alcançada com a vontade geral da comunidade e deste modo, ao agir conforme os princípios éticos e morais estabelecidos coletivamente.

2.4.1 A visão “ético-econômica” de Josué de Castro

Josué de Castro foi protagonista na elaboração de políticas humanitárias estabelecidas pela ONU, sobretudo na criação da FAO²¹, assim como o economista premiado com o Prêmio Nobel em 1974, Gunnar Myrdal²². Tanto Josué de Castro como Gunnar Myrdal defenderam as ações do Estado na promoção do bem-estar social. No entanto, essas ações necessitavam de limites éticos, uma vez que as classes dominantes não teriam interesse na promoção social das populações, a menos que houvesse regras para isso.

Para Myrdal, as ciências não são neutras, e assim é também a economia (Myrdal, 1997) . Em sua obra “Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas”, de 1972, ele apresentou uma teoria geral do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, que se baseava em sua teoria da “causação cumulativa” a qual, basicamente, defendia a ideia de que os países

²¹ Josué de Castro exerceu o cargo de membro do Comitê Consultivo Permanente de Nutrição da FAO, em 1947.

²² Gunnar Myrdal foi secretário executivo da comissão econômica da ONU entre os anos de 1947 e 1957, e foi o vencedor do Prêmio Nobel de Economia, em 1974, por sua pesquisa sobre as interpelações entre os processos econômicos, sociais e políticos, prêmio que dividiu com Friedrich A. Hayek, por sua pesquisa da teoria da moeda e das flutuações econômicas.

ricos tendem a enriquecer ainda mais, enquanto os países pobres tendem a empobrecer. Essa forma de ver o processo de desenvolvimento dos países, levou Myrdal a procurar barreiras institucionais que amenizassem tais circunstâncias.

As teorias econômicas do equilíbrio eram amplamente propagandeadas e baseavam-se na crença no *laissez faire*, ou, nas forças do mercado que induziriam ao equilíbrio a economia mundial através dos retornos desiguais entre os países. Josué de Castro corroborava as ideias econômicas de Myrdal de modo que a geografia da fome trouxe soluções econômicas nesse sentido.

Para Castro, o principal problema do subdesenvolvimento do Brasil era a fome e a subnutrição. Estes problemas, segundo ele, entravam “o progresso e o bem-estar social”. Assim como Myrdal, que procurava meios para evitar a “causação circular” envolvendo o povo pobre em uma espiral de pobreza infinita, Castro também procurou os meios para interromper a fome e a subnutrição, a fim de tirar da extrema pobreza aqueles que foram “engolidos” pela “causação circular”.

A preocupação de Castro estava também na industrialização, que trazia progresso e integra a economia, mas que ao mesmo tempo trazia em seu bojo uma “estrutura agrária arcaica”, semicolonial e de monocultura latifundiária, “regime inadequado de propriedade”, “suas relações de trabalho inadequadas”, a “não utilização da riqueza potencial dos solos”, “os baixos índices de produtividade agrícola”, cuja causa, segundo ele, está na “exploração empírica e desordenada da terra”.

Ele também avaliou a produção insuficiente pela “exiguidade de terras cultivadas” que apesar do “enorme potencial de terras virgens do país”, não são aproveitadas para o cultivo. O abastecimento também é, segundo Castro, muito prejudicado pelos “insuficientes meios de transporte” e o condicionamento também é prejudicado pelos “insuficientes meios de armazenagem”. Castro também atribui aos problemas a “baixa capacidade de compra de largos setores da população”, principalmente da população rural, causada pela inflação que provoca o aumento dos preços dos alimentos.

Aliado aos recursos escassos da população, estaria a falta de conhecimentos da ciência da alimentação, que prejudicaria a dieta das populações mais pobres. Para Castro, a industrialização provocaria uma procura crescente de alimentos nas regiões urbanas onde o povo procurava melhores condições de vida e, assim, a industrialização agravaria o problema do abastecimento alimentar, uma vez que é feita sem o devido incremento da produção agrícola.

Por fim, Castro salientou que a alimentação dos brasileiros se mostrava “desarmônica, incompleta e insuficiente” em todo o território nacional, de modo que o país foi “arrastado” para um “habitual regime de fome”.²³

2.4.2 A Vontade Ética e a Realidade Concreta do Século XX

A ética capitalista do pós-guerra determinada pela ONU, garantiria que a liberdade, a dignidade humana e o bem-estar social fossem estabelecidos pela constituição dos povos do mundo, independentemente dos níveis de desenvolvimento das forças produtivas materiais e do modo de produção predominante. Mas a realidade se impõe, e Hegel já ensinou no início do século XIX, que boas ideias não precedem boas ações. Assim, é preciso que exista uma realidade compatível com aquilo que se necessita²⁴. No entanto, as controvérsias acerca dos limites éticos e do debate de ideias acerca de realidades idealizadas foram mudando de roupagem, mas mantiveram-se vivas ao longo do tempo.

André Gorz, por exemplo, produziu em 1977, uma obra intitulada: “Ecologia e Liberdade”. Nela, Gorz fez o diagnóstico de um mundo em crise²⁵, altamente pessimista e catastrofista. Diz ele logo de início:

Nós sabemos que, por cento e cinquenta anos, a sociedade industrial se desenvolveu através da pilhagem acelerada de reservas cuja criação precisou milhões de anos; e que, até muito recentemente, todos os economistas, sejam clássicos ou marxistas, rejeitaram como “regressivas” ou “reacionárias” todas as questões sobre o futuro de longo prazo – aquele do planeta, o da biosfera, o das civilizações. “No longo prazo todos estaremos mortos” dizia Keynes para explicar com uma piada que o horizonte temporal dos economistas não excede os próximos dez ou vinte anos. “A ciência”, fomos

²³ Veja as conclusões gerais de Josué de Castro no livro “Geografia da Fome: O Dilema Brasileiro: Aço ou Pão”. (Castro, 1984, p. 302-304).

²⁴ Diferentemente de Kant em sua obra “*Grundlegung zur Methaphysik der Sitten*” de 1785. Versão em português “Fundamentação da Metafísica dos Costumes” (Kant, 2011), argumentava que a liberdade só faz sentido dentro de princípios éticos e morais, sendo que, as liberdades individuais, os desejos ou as inclinações pessoais devem estar alicerçados a uma capacidade de agir conforme leis morais determinadas pela razão, Hegel, ao contrário, na sua obra “*Phänomenologie des Geistes*” de 1807. Versão em português: “Fenomenologia do Espírito” (Hegel, 2003), enfatizou a diferenciação entre a liberdade normativa e a liberdade real, de modo que a liberdade só faz sentido quando não está submetida a vontades individuais arbitrárias, que não leva em consideração as limitações e as interações existentes na realidade concreta. Portanto, para Hegel, a liberdade real só pode ser alcançada superando-se as contradições existentes na realidade concreta.

²⁵ Entre os anos de 1973 e 1974, o mundo viu uma crise causada pelo aumento do preço do barril de petróleo que subiu cerca de 400% em cinco meses. O mundo desestabilizou-se economicamente e o Brasil viu o fim do chamado “Milagre econômico” em 1979. Uma nova crise do petróleo elevou novamente os preços do barril. A crise era profunda e se alastrava pelo mundo.

assegurados, iria encontrar novos caminhos; a engenharia iria descobrir novos processos sequer sonhados hoje em dia.

Mas a ciência e a tecnologia acabaram fazendo essa descoberta central: toda atividade vive dos empréstimos que ela faz aos recursos finitos do planeta e das trocas que ela organiza dentro de um sistema frágil de múltiplos equilíbrios.

Não se trata de deificar a Natureza ou “voltar” a ela, mas de levar em conta um simples fato: a atividade humana encontra no mundo natural seus limites externos e, ao ignorar esses limites, provoca-se uma reação que toma em um primeiro momento, formas discretas, ainda que mal compreendidas: novas doenças e novas formas de mal-estar crianças desajustadas (mas mal ajustadas a que?), expectativa de vida decrescentes e uma queda na qualidade de vida a despeito dos níveis crescentes de consumo material (Gorz, 1978, p. 2).

Gorz faz esta análise pessimista e, assim como Josué de Castro e Gunnar Myrdal, é apresentada sob uma perspectiva de uma ética humana que está sendo violada e que deve ser combatida, a fim de “salvar” o mundo. Mas ao analisar a realidade sob uma ótica que abstraia questões éticas e morais, será que as perspectivas e os resultados apresentados na história humana até o desenvolvimento da indústria, altamente produtiva, são tão catastróficos assim e estão alinhadas à realidade concreta?

No entanto, a fome desnudada por Castro apareceu numa realidade geográfica concreta, resultante do desenvolvimento histórico das forças produtivas materiais de produção da sua época e das conseqüentes relações sociais que delas resultaram e que redundaram nas formações econômico-sociais expressas no seu tempo. O dilema do pão e do aço, para Castro, está na aparente contradição entre o desenvolvimento da agricultura e da indústria. Estas duas aparecem, por vezes, como antagônicas e, por vezes complementares. Contudo, ele atenta para que a industrialização não se torne mais um problema somado aos que já existem e que já são enormes desafios. As palavras de Castro demonstram essa sua preocupação:

Não se pode tornar a indústria e a agricultura fregueses recíprocos, fazê-las interdependentes, sem distribuir metodicamente a população ativa de acordo com certa divisão do trabalho e sem que se organize, entre as diversas partes dessa população, uma distribuição da renda nacional, de modo a permitir o intercâmbio entre elas. E ainda: não basta criar a capacidade aquisitiva, a capacidade de intercâmbio. Faz-se mister aumentar progressivamente essas capacidades, aumentar a renda nacional. Será isso possível? Ainda neste ponto a resposta é positiva: não é impossível uma vez que tal desideratum já foi conseguido nos países mais adiantados (Castro, 1984, p. 15).

A preocupação de Josué de Castro com os rumos que a indústria e a agricultura tomam no Brasil, vão se somar, na “Geografia da fome”, aos diagnósticos das doenças causadas pela

subalimentação. E são nos diagnósticos econômicos apontados por ele que trazemos novas problematizações a partir do diálogo com autores como Ignácio Rangel, Lênin, dentre outros, para uma crítica a partir da metodologia proposta por K. Marx.

2.5 LÊNIN E CASTRO

Lênin, por exemplo, na obra “Capitalismo e Agricultura nos EUA” faz um diagnóstico detalhado do país principal produtor de alimentos do planeta nos fins do século XIX e início do século XX, pormenorizando as características capitalistas que induziram esta alta capacidade produtiva e desmistificou a pequena agricultura como capaz de suprir efetivamente as necessidades de abastecimento alimentar dos países.

Mas Castro, ao longo da “Geografia da Fome”, oscila entre afirmações no sentido de destacar a importância da indústria com críticas morais às políticas distributivas. Ele expressou também uma visão econômica baseada na escassez dos recursos disponíveis, onde o Estado ora aparece como necessário, ora aparece como um estímulo a indolência do indivíduo fomentando políticas as quais Castro caracterizou como populistas.

Sem claramente afirmar quais os modos de produção predominantes na época da geografia da fome em cada região do país, e como o Estado poderia efetivamente agir para aumentar a produtividade dos alimentos, Castro se limita a destacar, muitas vezes, a avareza dos mais ricos. Ao mesmo tempo que fez coro com o pensamento dos intelectuais de esquerda da sua época, que defendiam a industrialização do país, possível apenas com a efetivação da reforma agrária, de modo que o estímulo à pequena agricultura resolveria a problemática da superpopulação urbana e da concentração de terras pelo latifúndio. Ignácio Rangel logo percebeu que a ausência de reforma agrária não foi um impeditivo à industrialização no Brasil, fato que será mais bem problematizado ao analisarmos o pensamento de Ignácio Rangel no terceiro capítulo.

No entanto, veremos ainda neste primeiro capítulo, um pouco mais adiante, que “Geografia da fome”, destacava a necessidade de ampliar as terras agricultáveis como pressuposto para se conseguir produção de alimentos suficiente para atender à demanda populacional crescente, numa agricultura cada vez mais extensiva.

Não obstante, o pensamento de Lênin já dava pistas claras de como o país mais desenvolvido do mundo até então, resolveu seu problema de abastecimento alimentar, ainda que os problemas de fome no seu interior persistissem. O que é absolutamente compreensível,

dada às desigualdades sociais inerentes e que caracterizam o modo de produção capitalista.

Por aqui, vemos que Lênin já demonstrava em sua obra, que o desenvolvimento capitalista nos EUA aumentou a produtividade agrícola justamente ao aproveitar espaços de terra menores com produção intensiva e com o aumento cada vez maior da mão de obra assalariada. E foi só quando o desenvolvimento da produção em escala industrial, no capitalismo, entrou definitivamente na agricultura que aquele país conseguiu ampliar significativamente sua capacidade de abastecimento alimentar. Nas palavras de Lênin:

O exemplo dos Estados Unidos permite, melhor que qualquer outro, estudar as leis gerais do desenvolvimento do capitalismo na agricultura e a diversidade de formas sob as quais elas se manifestam. E este estudo conduz a conclusões que podem ser resumidas nas sucintas teses que se seguem.

Na agricultura, o trabalho manual predomina sobre a máquina muito mais que na indústria. Mas a máquina está em constante avanço, melhorando a técnica de cultivo, ampliando a escala das explorações e tornando-as mais capitalistas. As máquinas são empregadas de forma capitalista na agricultura moderna.

O indicador essencial do capitalismo na agricultura é o trabalho assalariado. É possível constatar o desenvolvimento do trabalho assalariado, bem como o aumento do emprego de máquinas, em todas as regiões do país e em todos os ramos da agricultura. O aumento do número de operários assalariados supera o de população rural e o da população total do país. O crescimento do número de farmers atrasa-se em relação ao crescimento da população rural. As contradições de classe aprofundam-se e exacerbam-se.

A eliminação da pequena produção pela grande avança na agricultura. A comparação dos dados de 1900 e 1910 sobre o conjunto dos bens das farms fornece, com relação a este aspecto, a prova formal.

Mas esta eliminação é minimizada e a situação dos pequenos agricultores é embelezada como decorrência do fato de que, em 1910, os investigadores limitaram-se na América — como, eles fazem em quase toda a Europa — a classificar as explorações segundo sua superfície. Quanto mais intensiva se torna a agricultura, mais se observa esta tendência a minimizar e embelezar os fatos.

O capitalismo não se expande apenas pela aceleração do desenvolvimento das explorações de grande extensão nas regiões de agricultura extensiva, mas também pela criação de explorações maiores quanto ao volume de sua produção, de caráter capitalista mais acentuado, em lotes de terra de menor dimensão, nas regiões de agricultura intensiva.

Em suma, a concentração da produção nas grandes explorações é efetivamente mais forte, a eliminação da pequena produção e efetivamente mais profunda e progressiva do que indicam os dados habituais sobre as farms agrupadas segundo a sua superfície. Os dados do recenseamento de 1900, interpretados de forma mais criteriosa, mais detalhada e mais científica, não deixam qualquer sombra de dúvida a este respeito.

A expropriação da pequena agricultura prossegue. No curso das últimas décadas observa-se uma contínua redução dos proprietários em relação ao número total de farmers, que por seu lado, atrasa-se em sua progressão, em relação ao crescimento da população. Na principal região, o Norte, que fornece a massa mais significativa de produtos agrícolas e que desconhece

qualquer vestígio de escravismo e colonização, o número de farmers proprietários de toda a sua fazenda diminuiu em termos absolutos. No curso dos últimos dez anos, a percentagem de farmers que possuem gado decresceu, paralelamente ao aumento da percentagem de explorações que possuem gado leiteiro cresceu o número de explorações que não possuem cavalos. E isto numa proporção bem mais acentuada, sobretudo entre os pequenos farmers.

De uma forma geral, a confrontação de dados da mesma natureza e para uma mesma época, relativos à indústria e à agricultura, mostram-nos, - juntamente com um atraso infinitamente mais significativo da segunda, uma notável identidade das leis de evolução e a eliminação da pequena produção tanto numa quanto na outra (Lênin, 1980, p. 63).

A necessidade de alcançar maior produtividade na agricultura através da interdependência entre ambos, como foi afirmado por Josué de Castro, tem como paradigma um desenvolvimento de tipo capitalista da produção ao nível mais elevado. Esta é uma realidade concreta, um desafio colocado aos homens do seu tempo.

Josué de Castro foi pioneiro em mapear muito bem todas as carências alimentares do Brasil de sua época. Entretanto, ao escrever esta obra carregada de vieses morais para caracterizar tais problemas, traz no bojo uma causalidade atribuída à força da vontade dos grupos e, ou, dos sujeitos envolvidos, faltando demonstrar melhor em termos objetivos estas causas e quais propostas econômicas que a “Geografia da fome” pretende para resolver o problema.

2.6 AÇO E PÃO COM RAZÃO

Mesmo com o Brasil incrementando suas forças produtivas materiais de produção de mercadorias, com o avanço da industrialização, a fome, propriamente dita, o tema fome, ainda era silenciado e permanecia tabu²⁶. Josué de Castro denuncia este silêncio, estimulado por pensamentos “racionais” que, segundo ele, desconsiderava a importância da intuição e dos sentimentos humanos na formação humana da época²⁷.

Castro discordava frontalmente dessa forma de pensar e procurava destacar que os sentimentos dos quais eram preteridos por uma humanidade calcada na racionalidade, que desprezava seus sentimentos e seus anseios mais primitivos e instintivos, na realidade contribuía para desumanizar as pessoas.

²⁶Acerca deste silêncio em relação à existência da fome e permanência do tabu, Josué de Castro diz: “Trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura: foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido, ou pelo menos pouco aconselhável de ser abordado publicamente”.

²⁷ As referências a Josué de Castro estão aqui e em todo este capítulo em:

No entanto, o que Castro define por “racional” pode também ser considerado completamente irracional do ponto de vista da ciência, sobretudo na ciência da economia política quando analisamos sob a ótica da disputa política no âmbito da luta de classes. Dizia Castro: “Considerando o instinto como o animal e só a razão como o social, a nossa civilização, em sua fase decadente, vem procurando negar sistematicamente o poder criador dos instintos, tidos como forças desprezíveis” (Castro, 1984, p. 20).

Vemos aqui, em Josué de Castro, um dos motivos para a naturalização da problemática da fome no Brasil e a qualificação decadente de uma civilização pautada supostamente somente pela razão. Desse modo, Castro criticava a desconsideração do modo de produzir e reproduzir a vida alicerçada por esta racionalidade que desconsiderava os sentimentos e as necessidades humanas que também são baseadas nos instintos dos grupos sociais nas suas diversidades regionais. Tais grupos eram vistos como inferiores, viveriam na animalidade e, portanto, poderiam ser considerados sub-humanos e até não humanos.

Essa forma de interpretação dos grupos sociais, ainda que de forma nem sempre tão velada no Brasil pelo *mainstream* intelectual da década de 1930, é o que sustentava e justificava a interpretação da fome como problema característico de seres irracionais, os quais eram reputados como naturalmente incapazes e inferiores.

Mas o modo de produção capitalista também é essencialmente contraditório e as contradições aparecem para as sociedades na aparência. Ou seja, uma superficialidade que esconde a sua essência, tanto no que diz respeito às contradições escondidas como entre as contradições que estão visíveis, estimulando sentimentos e visões morais à época. E Josué de Castro, ao escancarar a problemática da fome para o mundo conclui:

A própria ciência e a técnica ocidentais, envaidecidas por suas brilhantes conquistas materiais, no domínio das forças da natureza, se sentiram humilhadas, confessando abertamente o seu quase absoluto fracasso em melhorar as condições de vida humana no nosso planeta, e com o seu reticente silêncio sobre o assunto faziam-se, consciente ou inconscientemente, cúmplices dos interesses políticos que procuravam ocultar a verdadeira situação de enormes massas humanas envolvidas em caráter permanente no círculo de ferro da fome (Castro, 1984, p. 32).

Da mesma forma, ao visualizar o avanço científico utilizado como meio de dominação da natureza por um grupo diminuto de homens que a utiliza para incrementar a riqueza privadamente, Castro passa a condenar a técnica e a economia, em abstrato, como responsáveis pelos males sociais. Desse modo, o legado civilizacional, técnico e científico e

por que não dizer econômico-social, acumulado ao longo da jornada pela busca do conhecimento com lastro na ciência, passa a ser questionável, tendo por base tais visões dominadas por sentimentos moralizantes.

A economia é vista, portanto, não como economia política (em disputa), senão apenas como meio de enriquecimento das classes dominantes em detrimento das classes exploradas. Esse pensamento linear e binário retira da ciência econômica e da técnica científica a percepção do seu potencial para contribuir no alcance de um Estado de bem-estar social²⁸ e são vistos apenas como ferramenta para enriquecimento das minorias poderosas e, portanto (ciência econômica e técnica científica), passam a ser instintivamente combatidas e declaradas inimigas, uma vez que foram interpretadas ferramentas para a exploração e promoção da desigualdade.

É neste contexto que a técnica científica e a economia aparecem em Josué de Castro, no livro “Geografia da Fome”. Assim, a luta de classes (conceito que Castro não utiliza) aparece nas entrelinhas e na aparência, sendo que o autor não a examina na essência.

²⁸ “Os pioneiros na difusão do Estado de Bem-estar no Ocidente foram o governo de Franklin Roosevelt nos Estados Unidos, com as reformas do New Deal e os governos liderados pelos sociais-democratas na Escandinávia, desde a década de 1930” (Jabbour; Gabriele, 2021, p. 28).

3 CAPÍTULO II: O BRASIL DO AÇO E DO PÃO - UM PAÍS INDUSTRIALIZADO

A minha ideia do Universo é que é uma ideia minha.
 A noite não anoitece pelos meus olhos,
 A minha ideia da noite é que anoitece por meus olhos.
 Fora de eu pensar e de haver quaisquer pensamentos
 A noite anoitece concretamente
 E o fulgor das estrelas existe como se tivesse peso.

Fernando Pessoa (1946)

O Brasil apresentou à época de Castro, um crescimento que estava dentre os maiores do mundo, durante o período de industrialização pós-1930²⁹. A partir desta realidade, observar mais de perto as possibilidades socioeconômicas da época e a realidade do Brasil quanto à segurança alimentar e ao que ocorreu nesta dinâmica de crescimento, trará um pouco mais de visibilidade ao dilema que Castro dizia existir entre a alimentação do povo e a industrialização brasileira.

Nesse sentido, este Capítulo traz luz ao processo de industrialização no contexto desenvolvimentista que começava a surgir no Brasil a partir de 1930 (Bielschowsky, 2004), e para dialogar com Josué de Castro acerca das questões geoeconômicas, trazemos à cena a obra e pensamento de Ignácio Rangel. Um autor de originalidade teórica, conhecido por sua ousadia sobre temas relevantes como uma original interpretação das causas da inflação brasileira, por seu entendimento do papel do Estado na economia, por sua visão polêmica sobre a questão agrária, por produzir centenas de artigos e alguns livros, por seu olhar muito calcado na realidade concreta e por estar no campo do marxismo (Mamigonian; Rego, 1998). Ele é, aqui, uma boa referência para dialogar com Josué de Castro no que concerne aos diagnósticos econômicos aplicados à geografia acerca da persistência da fome, do problema do abastecimento alimentar no Brasil e sua relação com o processo de industrialização.

O Brasil pós-1930 conseguiu encontrar-se com o desenvolvimento³⁰ capitalista e

²⁹ Sobre o período de 1938 a 1958 explica Ignácio Rangel: “Em ambos esses decênios, a economia brasileira desenvolveu-se a ritmos muito elevados: 6,2% ao ano, no primeiro, apenas superado pelos Estados Unidos (7,5%); 9,7% ao ano, no segundo, apenas superado pela Europa Ocidental, o Japão e os países do Comecon. Isso quanto a produção industrial. Para o conjunto do período (1938-1958), somente a União Soviética nos superou: 5,5/4,4 vezes” (Rangel, 2012, p. 199).

³⁰ Ignácio Rangel dizia: “Se compararmos uma economia desenvolvida como uma não desenvolvida vemos, em primeiro lugar, que a primeira é rica, isto é, dispõe de mais recursos para satisfação das necessidades dos seus membros, e que a segunda é pobre, isto é, dispõe de menos recursos. Para usarmos a expressão corrente, a primeira tem alta renda *per capita* e a segunda tem baixa renda *per capita*”. O desenvolvimento aqui será utilizado apenas no sentido econômico de características capitalistas que colocam o país com capacidade de produzir riquezas. Ou seja: “A riqueza e a pobreza não exprimem senão a capacidade de um determinado grupo em satisfazer suas necessidades. [...] Dito de outro modo, tanto pode exprimir certa medida de poder da

seguiu uma toada de expansão ampla, com um caráter industrial desenvolvimentista³¹ até o final dos anos de 1980. Após este período, passou a distribuir o legado desta estrutura produtiva conquistada entre os setores privados integrados à burguesia interna³² brasileira e ao capital internacional.

As mudanças que ocorreram no Brasil, após os anos de 1930, foram profundas: a distribuição da população era cada vez mais desigual, a questão agrária deslocou-se, cada vez mais, tornando-se uma problemática urbana. As condições de trabalho e produção mudaram rapidamente, é o *triunfo da grande produção*, assim como é a mudança da *composição orgânica do capital*. Consequentemente, o modo como a riqueza foi distribuída e apropriada pelas classes dominantes também mudaram e, assim, o capital mudou de qualidade no processo produtivo, assim como se mudam as técnicas de produção. Ou seja, a dinâmica histórica desenvolve as forças produtivas e alteram as relações sociais de produção existentes. Portanto “o modo como às pessoas enxergam-se no mundo e a ideia que fazem de si mesmas mudam também, o que significa modificar a cultura do povo brasileiro” (Rangel, 2012, p. 133).

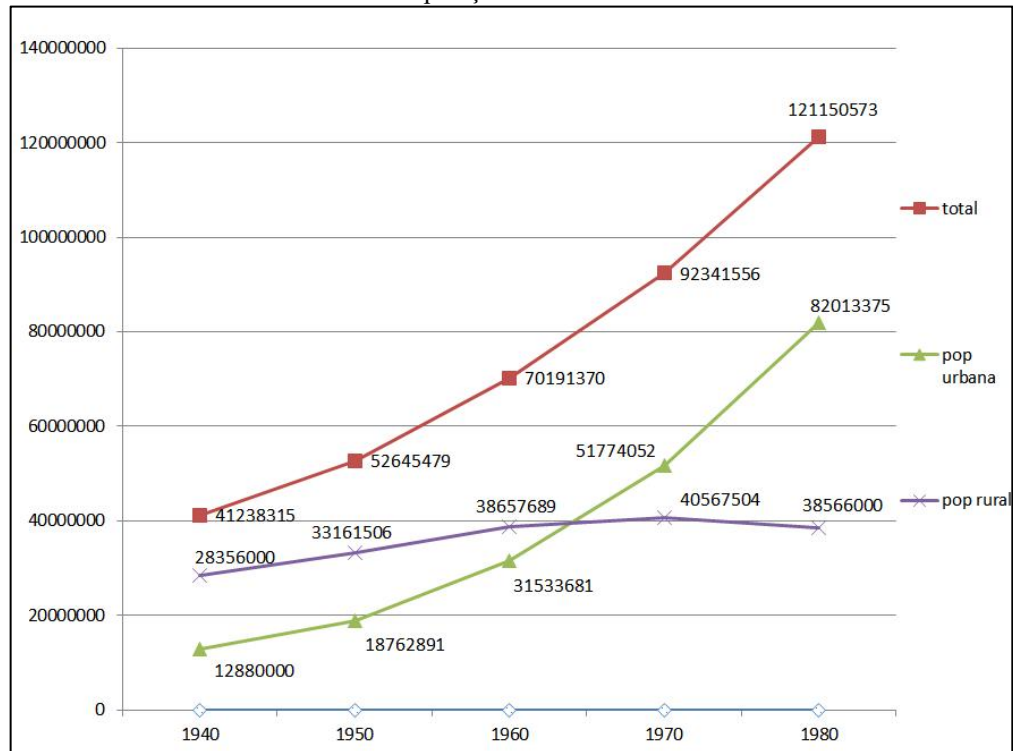
Em suma, a mudança de qualidade no desenvolvimento das forças produtivas materiais faz com que a escalada da riqueza produzida se acelere e, rapidamente, o Brasil, sai do rol dos postimeiros, nos anos de 1930, onde fora situado entre os países mais pobres (entre as menores rendas per capita), para se situar em um patamar que, dentre as formações sociais periféricas, alcança um destaque relevante nos anos de 1980. Nesse período, a renda per capita subiu rapidamente, mesmo com o aumento da população:

sociedade sobre a natureza – fonte última de toda riqueza – como, simplesmente, o modo de distribuição do produto social.” Utilizo *desenvolvimento* aqui restrito somente à capacidade de produzir mais ou menos riqueza e a medida de poder que a sociedade tem sobre a natureza (Rangel, 2012, p. 136-137).

³¹ Bielschowsky definiu *desenvolvimentismo* como: “Até 1980: projeto de industrialização integral como via de superação do subdesenvolvimento, conduzido pelo Estado” (Bielschowsky, 2011).

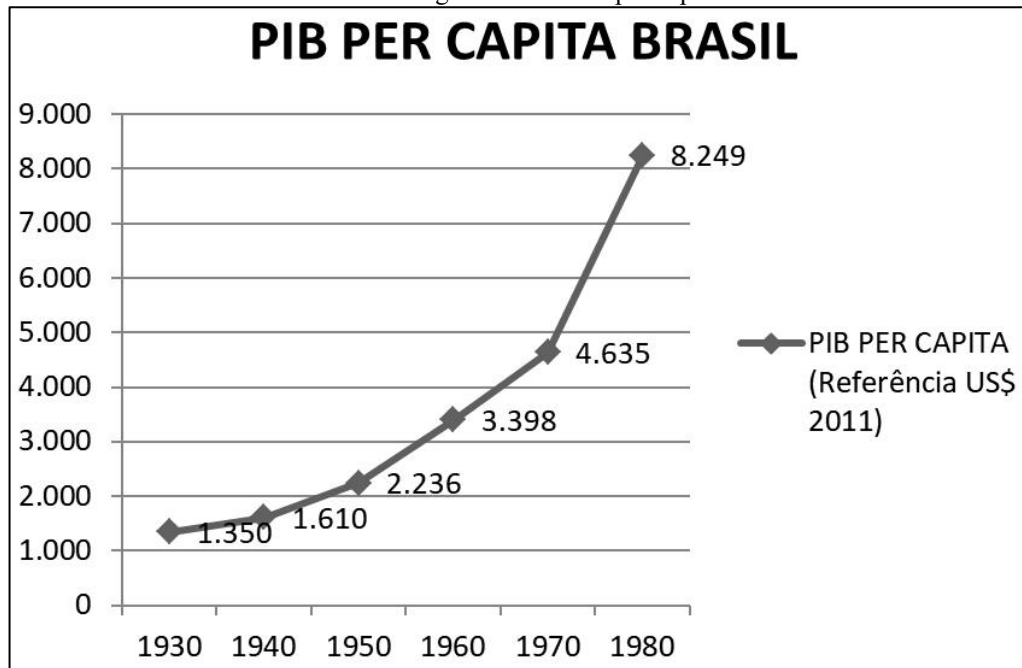
³² “A grande burguesia interna brasileira nunca esteve fora do poder. Como fração da classe burguesa, ela tem compartilhado o poder de Estado com as demais frações de sua classe social, isto é, ela tem integrado o bloco no poder (Poulantzas 1968)” (Boito, 2012, p. 68).

Gráfico 1 – Crescimento da População brasileira entre os anos de 1940 e 1980



Fonte: IBGE.

Gráfico 2 – Tabela e gráfico da renda per capita no Brasil

Fonte: Maddison Project Database (MPD) (2020)³³

O Brasil, a partir de então, galga avanços no desenvolvimentismo. Adquire

³³ O banco de dados do projeto Maddison (MPD) fornece dados de crescimento econômico e níveis de renda para 169 países. Os dados são apresentados em longas séries históricas com duração variada, sendo a data de início mais antiga o ano de 1250 (França). Organizador: University of Groningen.

capacidades produtivas próprias, substituindo importações e desenvolvendo suas cadeias de valor, passa a produzir riquezas suficientes para atender às necessidades do seu povo; não significa que as necessidades do povo foram atendidas pelo fato de o país conseguir aumentar significativamente a sua riqueza e a renda média nacional:

O desenvolvimento econômico é algo que interessa primordialmente à produção, no sentido de que objeto é o aumento do poder do homem sobre a natureza, que se exprime pela quantidade de riqueza obtida. Mas seria estulto tentarmos entendê-lo apenas como fato tecnológico, porque o desenvolvimento da técnica está estritamente relacionado com o modo pelo qual os homens se organizam para produzir e se apropriar do produto obtido, isto é, como distribuem entre si (Rangel, 2012, p. 137).

A esfera da produção desenvolve-se, porém a distribuição da riqueza é muito desigual.

3.1 ALGUMAS CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO E A REALIDADE DO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 1930 E 1980

As possibilidades para a acumulação capitalista no Brasil são inúmeras, mas no período de crescimento brasileiro que se deu entre os anos de 1930 e 1980, a extração da mais valia, quer seja da forma absoluta ou da forma relativa, esteve sempre sujeita a períodos de expansão e retração. As crises no interior do capital são cíclicas e periódicas, e obrigam, necessariamente, que medidas anticíclicas sejam adotadas pelos capitalistas. No interior das empresas, existe a necessidade de readequação e reordenamento dos processos produtivos para um enfrentamento da concorrência com maior solidez e custos menores. O Estado costuma agir através de medidas macroeconômicas para recolocar o país na curva de subida da acumulação, ou seja, sair da retração e entrar na expansão.

A tendência é que, a cada ciclo de acumulação, aconteça, cada vez mais, concentração e a centralização do capital, trazendo como consequência a redução dos salários e a diminuição das ofertas de empregos devido ao aumento da produtividade do trabalho, que tende a se dar cada vez mais pela mais-valia relativa à medida que o trabalho morto passa ser mais relevante devido aos processos de inovações tecnológicas. A exploração pela mais-valia absoluta pode conviver com a mais-valia relativa, na medida em que se consiga manter a produtividade à base de baixos salários como fator de competitividade, devido ao aumento do desemprego, que aumenta a concorrência entre os trabalhadores.

Portanto, a prevalência desse modo de produção torna inevitável que aconteça, ao

longo do tempo, o aumento da riqueza, ao mesmo tempo em que aumenta a desigualdade e a manutenção da miserabilidade em alguns espaços e territórios.

Entretanto, o avanço das forças produtivas, o surgimento de novas tecnologias, novas mercadorias, o potencial em proporcionar facilitadores para a vida cotidiana das pessoas, pela diversidade e disponibilidade cada vez maior dos meios de comunicação, meios de transportes, inovações tecnológicas que criam novos produtos e novas necessidades e que alteram as relações sociais, modificam também as capacidades humanas de desenvolvimento, proporcionando possibilidades concretas para melhoria da vida de todos.

O desenvolvimento das forças produtivas materiais, ainda que no bojo do capitalismo, trouxe para o Brasil possibilidades de enfrentar, planejar, projetar e implementar uma dinâmica de desenvolvimento nacional que possibilitaram aproveitar ociosidades.

O Brasil iniciou a sua corrida para se desenvolver na dinâmica capitalista, partindo de um ponto de muito atraso em relação à maioria dos demais países capitalistas do mundo. A capacidade brasileira de atendimento das necessidades mais básicas da população ainda não estava no horizonte e, dentre essas necessidades, a primeira necessidade histórica de todos os seres humanos é a de comer e saciar a fome.

Mas a despeito de todas as possibilidades de inovações tecnológicas e possibilidades de atender às necessidades humanas que vão muito além das necessidades do estômago, o Brasil permanecia distante disso.

3.1.1 A industrialização do pós-1930

A transição da década de 1920 para a década de 1930 é um marco capaz de abrir os horizontes para o desenvolvimento industrial no território brasileiro, onde as lutas políticas passam para um novo patamar e inicia-se um processo de desenvolvimento em que o trabalhador livre predomina na vida política nacional. Em uma nação que está se moldando sob a égide da concentração e da centralização de capitais, restrita ao sudeste e que subordina o resto do país a esta região, o Brasil continua dependente de capital estrangeiro e é muito afetado pelas conjunturas político-econômicas internacionais e pela influência dos países que centralizam o capital mundial. Os EUA são a nação que mais influencia o nosso desenvolvimento industrial e que também coloca limites a este desenvolvimento, por seu caráter capitalista imperialista e monopolista utilizando, cada vez mais, medidas políticas alicerçadas pela força das armas, da ideologia e do dólar.

A dificuldade de desenvolver uma burguesia nacionalista é também notável. Ao mesmo tempo, desenvolveu-se uma burguesia interna “ímpiedosa”, que outrora foram as oligarquias proprietárias do café e outras culturas, e que sempre foram muito fiéis à defesa da propriedade privada dos grandes latifúndios e que, sem pudor, sempre trataram a força de trabalho brasileira com pouca tolerância ao seu desenvolvimento, trazendo consigo as características escravistas da oligarquia que se tornou burguesa. A nova classe trabalhadora que aparece no Brasil, seja advinda das populações que já habitavam o país, ou dos grandes contingentes de imigrantes vindos de outros países, encontra um país capitalista a se construir com resistências sólidas à participação política da classe trabalhadora.

Apesar disso, os anos de 1930 a 1980 são de profundas modificações e de ampliação do leque de possibilidades para enfrentar concretamente o desafio da necessidade de modernizar e de criar condições para, efetivamente, resolver os problemas de abastecimento alimentar e de fome denunciados por Josué de Castro. Abre-se caminho para a resolução do flagelo da fome e proporcionar o saciar das necessidades humanas no Brasil através do desenvolvimento das forças produtivas, mas o modo de produção capitalista é, em si e ao mesmo tempo, uma restrição e um leque de possibilidades de ampliar estas capacidades no Brasil.

Em 1930, dentre os 169 países da base de dados Madyson, havia 84 países com dados de PIB per capita disponíveis, e outros 84 sem nenhuma observação desse dado. Nessa amostragem, o Brasil figurava entre os países mais pobres deste universo observado.

Nesse contexto, com um PIB per capita de US\$ 1.350,00, o Brasil era o quarto país mais pobre, estando um pouco à frente da Índia, o terceiro mais pobre, com US\$ 1.157,00. A China era o segundo mais pobre, e o seu PIB era de apenas US\$ 1.012,00, à frente apenas da Romênia que possui um PIB de US\$ 671,00.

Nessa medição não consta a maioria dos países africanos, dentre outros. No entanto, com exceção do Paraguai que começou a aparecer nos dados a partir de 1939, os demais países da América do Sul figuravam com um melhor posicionamento que o Brasil em 1930.

As medições por PIB e PIB per capita só puderam ser melhor avaliadas a partir de 1950, quando a grande maioria dos países não incluídos na medição de 1930 já tinham métricas com tais dados. São os seguintes países, províncias ou territórios com medição de PIB a partir de 1950: Afeganistão, Angola, Albânia, Emirados Árabes Unidos, Burundi, Benin, Burkina Fasso, Bangladesh, Bahrein, Barbados, Botsuana, África Central, Costa do Marfim, Camarões, Congo, Comores, Cabo Verde, Chipre, Djibuti, Dominica, República

Dominicana, Argélia, Egito, Etiópia, Gabão, Gana, Guiné-Bissau, Guiné, Gambia, Guiné-Equatorial, China Hong Kong SAR, República Islâmica do Irã, Iraque, Islândia, Israel, Jordânia, Quênia, Camboja, Kuwait, República Democrática Popular do Laos, Lesoto, Líbano, Libéria, Líbia, Santa Lúcia, Luxemburgo, Marrocos, Madagascar, Mali, Malta, Mianmar, Mongólia, Moçambique, Mauritânia, Maurícia, Malawi, Namíbia, Nigéria, Nepal, Omã, Paquistão, Porto Rico, Estado da Palestina, Catar, Ruanda, Arábia Saudita, Sudão, Senegal, Serra Leoa, São Tomé, Suíça, Seicheles, Síria, Chade, Togo, Tailândia, Trinidad e Tobago, Tunísia, República Unida da Tanzânia, Uganda, Vietnam, Iêmen, Zâmbia, Zimbábue.

Entretanto, os cinco maiores PIBs do mundo em 1930 eram: EUA, com US\$ 10.695,00; Suíça com US\$ 9.969,00; Holanda com US\$ 8.931,00, Reino Unido com US\$ 8.673,00 e Dinamarca com US\$ 8.513,00

3.2 IGNÁCIO RANGEL E O OUTRO LADO DA INDUSTRIALIZAÇÃO

A visão econômica de Ignácio Rangel, que coloca a indústria como fundamental ao desenvolvimento, considerando a realidade na sua totalidade para além das fronteiras territoriais, é um contraponto ao pessimismo tão propagado no Brasil. Para isso, Rangel fez suas análises elevando a razão humana ao seu devido lugar, qual seja: da capacidade humana de domínio sobre a natureza, capaz de modificá-la em seu benefício (Jabbour, 2021).

Ignácio Rangel definiu em sua obra de 1955 “Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro” (Rangel, 2012) , que foi um período em que a economia natural desempenhou novos papéis no cenário geoeconômico brasileiro e que foi além da sua característica feudal. A partir de então, passou a existir uma intensificação da divisão social do trabalho e um avanço no desenvolvimento do país, condição fundamental básica para que qualquer sociedade se desenvolva, como podemos observar nas palavras de Ignácio Rangel:

A divisão social do trabalho é, portanto, condição para o desenvolvimento, porque é condição para que a sociedade aumente o seu poder sobre a natureza, para obrigá-la a fornecer os meios de satisfação das necessidades humanas. As possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas são mais restritas sem divisão social do trabalho, e podem ser estudadas como função desta. Segue-se que na introdução de um novo modo de produção caracterizado pela divisão social do trabalho, reside a medula do processo de desenvolvimento, de modo que podemos distinguir prontamente se uma economia é desenvolvida ou não simplesmente observando o grau de divisão social do trabalho (Rangel, 2012, p. 140).

Assim, podemos verificar claramente que Rangel fez um recorte entre sociedades mais ou menos desenvolvidas em função do grau de divisão social do trabalho. Mas o Brasil, apesar da intensificação da divisão social do trabalho, também manteve viva velhas formas de produção, de maneira que o modo de produção capitalista, no seu formato mais produtivo, também passou a conviver com formas de produção pouco produtivas, as quais Rangel caracterizou como de economia natural. Assim, a Geografia Econômica do Brasil do Aço e do Pão, é caracterizada por um mosaico de formas de produzir a vida que são complementares e funcionais para as condições político-econômicas prevaletentes no país.

Rangel também trouxe, de maneira original e muito alicerçada na realidade material concreta estabelecida no Brasil, um leque realista de possibilidades brasileiras que, se bem interpretadas, têm o potencial de trilhar caminhos realizáveis a fim de livrar o país de uma “perifericidade”³⁴ e de um futuro próspero que está sempre por vir, mas nunca chega e que condena, assim, o país a conviver perenemente com a fome e com o subdesenvolvimento.

A dinâmica da industrialização é, na visão do “desenvolvimento rangeliano”, a esperança de, efetivamente, produzir alimentos em quantidade e de modo a proporcionar condições objetivas para garantir abastecimento alimentar todos os brasileiros.

3.2.1 Da produção natural à dissolução do complexo rural

Para Rangel, a produtividade necessária ao abastecimento alimentar nacional só se faz com o que ele define como produção indireta, a qual devem estar cada vez mais independentes da produção natural. Mas ele também afirma que esta tarefa deve ser entendida como produção das riquezas que se faz por um processo híbrido, ou seja, é parte do processo social, mas também é parte da relação entre a sociedade e a natureza, e é desta forma, social, mas também é extrassocial. A distribuição das riquezas é um fator estritamente social.

Mas para Josué de Castro, como visto na obra “Geografia da Fome”, o desenvolvimento deve girar em torno do combate à fome e à subnutrição. E desse modo é preciso um planejamento que traga “soluções adequadas ao problema da alimentação dos povos” que, para ele, são os obstáculos e “reside no pouco conhecimento que se tem do

³⁴ No artigo: “A ‘perifericidade do Brasil’ e a dependência tecnológica em Ignácio Rangel”, os autores trazem à luz a visão de dependência tecnológica tão propagada pela CEPAL, relativizando-a sob a perspectiva rangeliana e assim trazem ao debate uma visão mais otimista do desenvolvimento brasileiro. Em: ESPÍNDOLA, C. J.; CRUZ, W. L. de M. C.; CUNHA, R. C. da C. A “perifericidade” do Brasil e a dependência tecnológica em Ignácio Rangel. **Princípios**, v. 41, n. 165, p. 76–96, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.165.005>.

problema em conjunto, como um complexo de manifestações simultaneamente biológicas, econômicas e sociais”. Dentre as suas críticas, ele destaca que a maioria dos estudos foca em apenas um dos aspectos sem observar as múltiplas dimensões do problema.

Enquanto isso, Rangel procura demonstrar que não há como garantir o abastecimento dos produtos necessários à vida sem buscar produtividade, e este é o pressuposto que deve anteceder qualquer plano de desenvolvimento. No entanto, no Brasil, a produção natural que é uma necessidade intrínseca aos modos de produção escravista e feudal, é também um entrave quando se predomina o modo de produção capitalista aos países subdesenvolvidos. Tal obstáculo precisa ser superado para se alcançar o desenvolvimento.

A escravidão e o feudalismo são modos de produção caracterizados por sua rigidez o que, deste modo, não permite uma “liberdade” de mercados como nos moldes capitalistas, onde a mercadoria é o elemento fundamental desse modo de produção. Ainda que existam mercadorias nos modos de produção que antecederam ao capitalismo, estas não são determinantes como no mundo do capital. É possível, a uma fazenda, seja ela escravista ou feudal, se sustentar fora do mercado. E o que sustenta esta produção que ainda não é capitalista é a produção natural.

Mas a produção natural, como bem explicou Ignácio Rangel, é de baixa produtividade. A economia natural é basicamente artesanal, onde o artífice, de modo geral, é responsável por produzir todas as partes do produto. Para produzir uma cadeira ou uma mesa de madeira, não é raro o carpinteiro ter que iniciar o processo derrubando a árvore, dando continuidade à produção do objeto, transformando a madeira bruta em pedaços que podem ser utilizados na construção da cadeira. A tarefa de adquirir uma simples cadeira ou mesa demanda um grande tempo de trabalho e muito esforço. É um trabalho pouco produtivo e que é muito comum no modo de produção escravista e feudal.

Nesses modos de produção, parte do trabalho de plantação e colheita, criação, extração de leite ou abate do gado, seja lá quais forem as finalidades das terras, o conjunto dos trabalhadores envolvidos devem ser divididos entre aqueles que trabalham na produção da fazenda e entre os que devem trabalhar na produção natural, e assim, quanto menos desenvolvida a sociedade, mais trabalho na produção natural será necessário. Vejamos o que diz Ignácio Rangel a este respeito:

O caboclo do sertão árido do Nordeste brasileiro faz numerosas coisas partindo do couro cru – roupas, móveis, utensílios etc. O habitante das planícies úmidas, próprias para a agricultura, faz as mesmas coisas partindo

de bens agrícolas primários. Em consequência, podemos distinguir, a uma légua de distância, um agricultor nordestino de um vaqueiro também nordestino, porque um se veste de couro e outro de algodão. Se formos observar em suas casas, veremos que um obtém do feijão ou de animais cevados no quintal as proteínas de que o seu organismo carece ao passo que o outro consegue a carne de gado criado mais ou menos à solta. Mas, não obstante todas essas diferenças, não teremos dúvida alguma em afirmar que ambos são subdesenvolvidos (Rangel, 2012, p. 138).

Assim, seguindo o raciocínio de Ignácio Rangel, uma cadeira e uma mesa podem ser feitas no interior da fazenda por uma parcela dos trabalhadores, mas só poderá ser comprada em um mercado se a sociedade já estiver em desenvolvimento, com produtividade suficiente para produzir cadeiras e mesas com excedente destes produtos suficiente para que sejam vendidas no mercado.

O exemplo apresentado por Rangel corrobora a visão do subdesenvolvimento em função da baixa capacidade de produzir coisas. E, portanto, podemos concluir que, para sair do subdesenvolvimento, faz-se necessário ganhar produtividade aumentando no seu bojo a renda nacional em termos relativos e absolutos, alterando a estrutura ocupacional da população.

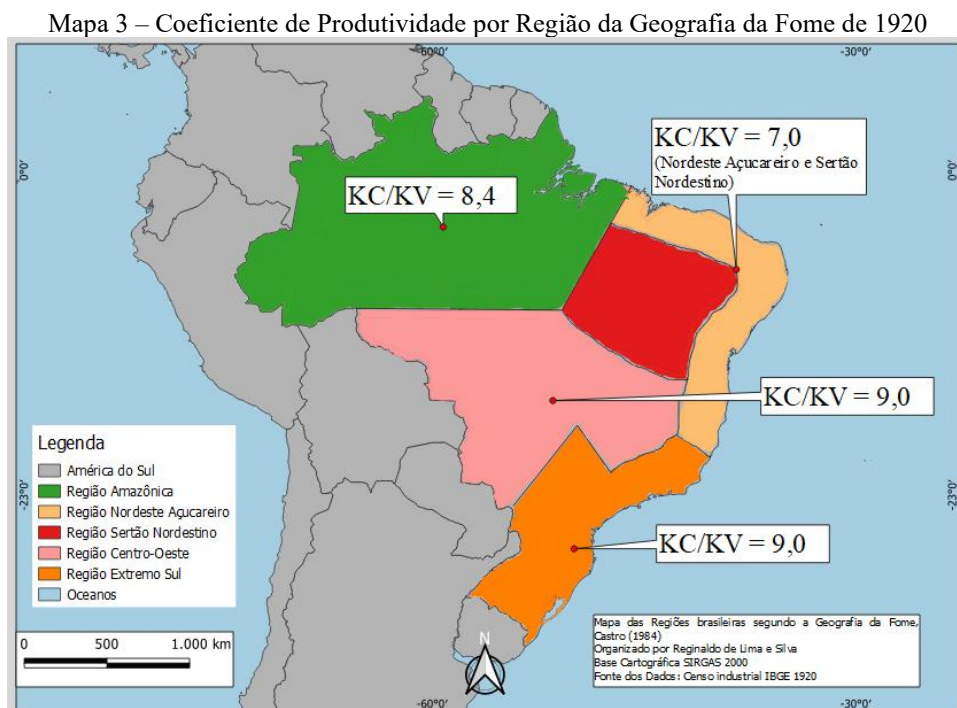
3.2.2 Produtividade e Divisão Social do Trabalho

Rangel afirma que o motor primário do desenvolvimento está na divisão social do trabalho e, sendo assim, temos mais produtividade à medida que há mais investimento em capital, em técnicas, tecnologias e máquinas, tornando a relação homem e natureza mais especializada. Estes investimentos são o trabalho dividido socialmente por toda a sociedade e que está na produção indireta na economia de mercado. Quanto mais esta relação aumenta (mais capital em função do trabalho), mais produtiva e mais desenvolvida será a sociedade.

Os dois mapas a seguir servem para ilustrar a realidade descrita por Josué de Castro, mas agora demonstrando as diferenças no desenvolvimento das regiões pelo coeficiente entre o capital e o trabalho investido em cada uma delas. Os números de cada região são o resultado desta razão e ilustra a industrialização das regiões.

Podemos ver no primeiro mapa a realidade do Brasil nos anos de 1920, e no segundo mapa a realidade dos anos de 1940. Na diferença entre os coeficientes da relação do investimento em capital e do investimento em trabalhos apresentados em cada região, nos dois períodos mostrados nos mapas, percebemos que o Brasil está mais desenvolvido nos anos

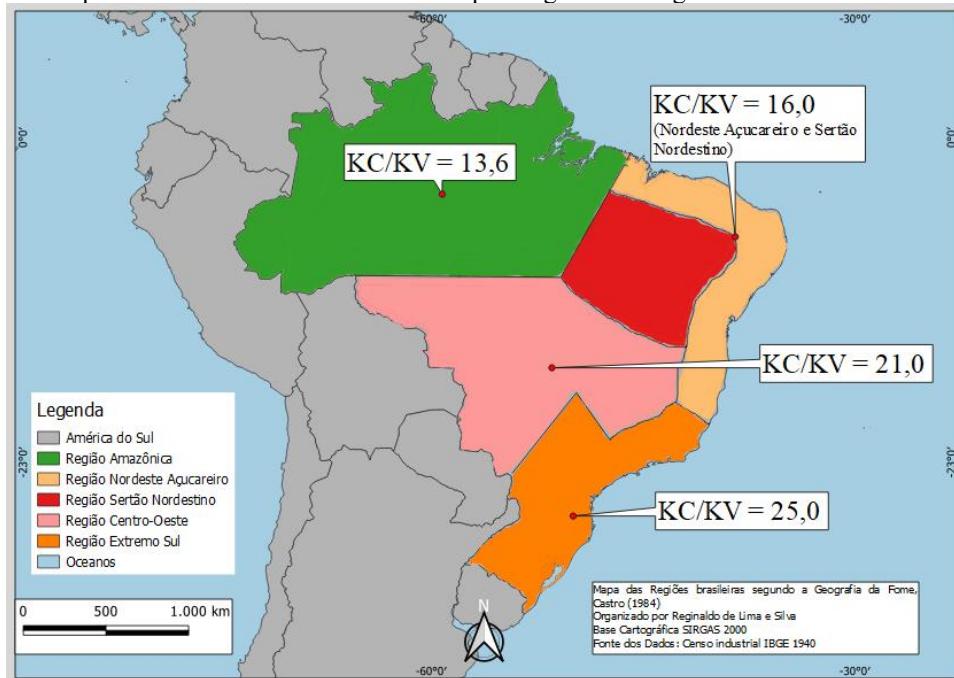
de 1940 (o que não significa que o país tenha saído da sua condição de subdesenvolvido). Os números observados no mapa corroboram com a ideia de menos desenvolvimento atrelado ao menor trabalho industrial. As regiões norte e nordeste são as regiões apresentadas por Josué de Castro como as mais dramáticas em relação à fome e à subnutrição no país. As regiões Centro-Oeste e Extremo Sul são aquelas em que Castro dá a menor importância aos problemas nutricionais no livro “Geografia da Fome”. O resultado apresentado por Josué de Castro está coerente com as diferenças regionais no trabalho industrial apresentado nos mapas 8 e 9 a seguir³⁵.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Castro (1984) e Senso Industrial IBGE (1920).

³⁵ Realizou-se o cálculo dividindo o capital industrial disponível: número de estabelecimentos, investimento em Cr\$ 1000,00 e potência disponível em CV, pelo número de operários de cada região. Foram consideradas as regiões conforme o modelo de Josué de Castro e, por isso, o Estado do Espírito Santo está na região nordeste e o Estado de Minas Gerais está na Região Centro-Oeste para manter o padrão dos mapas. Os dados são dos Censos Industriais de 1920 e 1940 do IBGE.

Mapa 4 – Coeficiente de Produtividade por Região da Geografia da Fome de 1940



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Castro (1984) e Senso Industrial IBGE (1920).

Ignácio Rangel explica que a maior divisão social do trabalho é fundamental para conseguir maior produtividade. Para que isso aconteça de modo a proporcionar condições para distribuir melhor os recursos disponíveis, deve ocorrer o incremento de melhores técnicas e melhores formas de produzir que só acontecem quando há um incremento significativo de capital. Efetivamente, é isso que começa a ocorrer de maneira mais acelerada no Brasil entre os anos de 1920 e 1940. Aparece cada vez mais, uma consciência de centralizar recursos financeiros necessários para impulsionar o processo desenvolvimentista industrializante (Bielschowsky, 1996, p. 251), que passa por várias fases e se inicia por uma “fase de origem” a partir dos anos de 1930³⁶.

As diferenças nos rendimentos do trabalho, observadas nos dois mapas, refletem, mais ou menos, essas diferenças que começam a aparecer na mudança de padrão de acumulação e no aparecimento de uma industrialização cada vez mais aos moldes da industrialização, há muito madura nos países desenvolvidos.

3.2.3 A produtividade do trabalho “invisível” e a abertura do Complexo Rural

³⁶ Ricardo Bielschowsky afirma: “Ao que tudo indica, o período de 1930-1945 – sobretudo os anos do Estado Novo – marcou um salto qualitativo na ideologia industrialista preexistente, adicionando elementos básicos para a definição de uma estratégia industrializante” (Bielschowsky, 1996, p. 248).

Entretanto, segundo Ignácio Rangel, dois terços do tempo de trabalho dos trabalhadores brasileiros, na década de 1950, ainda era gasto na produção natural e esta é uma parcela do trabalho que impacta significativamente a produtividade do trabalhador brasileiro e é, muitas vezes, invisibilizada na contabilidade estatística. Rangel explica esta realidade assim:

Mesmo numa grande cidade como o Rio de Janeiro, há, em cada família, pessoas que trabalham todo o dia – preparando os alimentos, confeccionando e lavando roupas, arrumando a casa etc. São centenas de milhares, só nesta cidade, e entre elas encontram muitas das pessoas mais laboriosas da coletividade, as donas de casa. O produto do seu trabalho não conta, na mensuração do produto nacional, porque essas pessoas não ganham nenhum salário (Rangel, 2012, p. 155).

A argumentação de Ignácio Rangel nos faz perceber que a razão ente o capital e o trabalho calculados acima com base nos dados do IBGE dos anos de 1920 e 1940, não levou em conta o trabalho natural muito presente na vida dos trabalhadores e, desse modo, certamente temos uma visão imprecisa da real produtividade do brasileiro.

Aqui Rangel levanta um problema de suma importância, uma vez que o trabalho doméstico é muito improdutivo (no sentido de ser necessário muito esforço físico e pouca divisão do trabalho), o que impacta o resultado da real produtividade nacional.

Entretanto, com a divisão do trabalho cada vez mais difundida, a tendência é que novos postos de trabalho assalariado apareçam, de modo a proporcionar que muitos daqueles que contribuía com a riqueza nacional no trabalho doméstico, possam dispor agora do seu trabalho fora de casa, e com o salário, possuir condições materiais melhores, utilizando cada vez mais os serviços como restaurantes, serviços de creche etc. Diminui-se o tempo de trabalho em casa e executam-se trabalhos fora de casa, contribuindo assim na produção indireta de toda a sociedade de maneira mais produtiva e menos no trabalho natural improdutivo. O aumento cada vez maior da especialização e o aumento da riqueza, passam a criar condições objetivas para melhorar a distribuição da renda nacional.

Mas Rangel também aponta para a necessidade de se observar os fenômenos econômicos, levando em consideração as atividades rurais e agrícolas. É preciso considerar que nem tudo que diz respeito ao rural deve ser efetivamente considerado agrícola. Rangel faz este alerta da seguinte forma: “A agricultura propriamente dita não passa de uma das múltiplas atividades do complexo rural, como podemos denominar o conjunto de atividades a que se dedica o camponês de país subdesenvolvido” (Rangel, 2012, p. 158).

Na década de 1950, quando Rangel escreveu suas observações a este respeito³⁷, a população brasileira estava em sua maioria ocupada com atividades rurais e, portanto, neste contexto, vivia-se de forma muito incipiente a economia de mercado, era a realidade da força de trabalho de uma nação subdesenvolvida como o Brasil. O país possuía um “motor híbrido”, que o levava à frente, com muito mais “combustível” advindo da produção natural do que da economia de mercado. Com plena consciência de tais características, Rangel traz à luz a importância da economia natural para a economia brasileira. Ele faz críticas àqueles que pretendem entender a economia do Brasil sem levar em conta essas características. Em suas palavras:

É coisa que me escapa como se pode pretender conhecer plenamente o sentido dos movimentos que têm lugar na economia de mercado sem considerar o que se passa nessa outra economia. Seria como se um geógrafo quisesse limitar o seu estudo à crosta terrestre, ignorando que a pouco mais uma centena de quilômetros de profundidade começa o magma, um mundo de fogo, cujos movimentos fazem e desfazem os continentes e os oceanos, as montanhas e as planícies (Rangel, 2012, p. 158).

Rangel alerta para a conclusão que deveria ser óbvia, que é o fato das famílias que estão no meio rural, exercem uma enorme quantidade de trabalho que não é agrícola, mas de produção de produtos para o seu consumo. Esta função, lembra o autor, é a função das indústrias do meio urbano, o que o faz concluir que o desenvolvimento está associado ao desligamento deste complexo rural e a inserção na economia de mercado na produção industrial, com extrema divisão social do trabalho e alta produtividade na produção dos produtos necessários para a vida das pessoas e das famílias. No exemplo dado por Rangel:

Em vez da camponesa elaborando o algodão para convertê-lo em pano, com a ajuda dos primitivos instrumentos manuais de madeira, teremos a operária fazendo exatamente a mesma coisa, só que muito melhor e com imensa economia de tempo, em fábricas modernas, comandando o equipamento semiautomático, tendendo para a total automatização. Este o sentido último do desenvolvimento (Rangel, 2012, p. 158).

Mas as atividades não saem do complexo rural de maneira instantânea e também não se fazem de maneira simultânea. Pouco a pouco, as atividades podem ser expelidas conforme se desenvolvem a técnica e as ciências. Existe uma lógica natural neste rompimento. Rangel explica de forma muito didática este processo como podemos ver:

³⁷ RANGEL, I. Introdução ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro (1955). In: RANGEL, I. **Obras Reunidas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. v. 1, p. 129-202.

As atividades não são irradiadas para fora do complexo rural ao mesmo tempo. A ordem do processo de especialização nada tem de acidental, uma vez que está rigorosamente condicionada aos progressos da técnica e estes, por sua vez, dependem da ordem em que se desenvolvem as ciências da natureza: primeiro a mecânica, depois a física, a química, a biologia. Cada novo passo se apoia no anterior e o pressupõe. Assim se explica que a agricultura propriamente dita e a pecuária sejam as atividades predominantes da população rural. É que, sendo atividades que consistem no comando pelo homem de processos biológicos, são, naturalmente, as últimas a sofrer o impacto do progresso técnico e, em consequência, seus processos de produção permanecem empíricos e rotineiros por mais tempo que os demais. Por isso, também ficam entregues à parte mais atrasada da população (Rangel, 2012, p. 159).

Rangel deixa claro, nesta explicação, que todas as atividades de produção dos produtos materiais de consumo necessários à vida devem ser industrializadas e devem estar submetidas a uma divisão social de trabalho que leve à produção com o máximo de produtividade, sob pena de manter populações inteiras no atraso. Não é mais compatível com o mundo atual de desenvolvimento das forças produtivas e do modo de produção capitalista a manutenção de formas atrasadas, ou seja, artesanais e improdutivas, como modelo de desenvolvimento. A produtividade é pressuposto para o desenvolvimento das nações.

Nesse sentido, a economia de mercado toma lugar de destaque, e as atividades que saem do complexo rural são produzidas com excedente, ou seja, além das necessidades de quem as produziu, e esse excedente é o que permite o desenvolvimento do mercado. Mais uma vez, trazemos as palavras de Rangel para ilustrar e clarear tal ideia:

Cada vez que uma atividade abandona o âmbito do complexo rural, ocorrem dois fatos essenciais: muda o modo de produção da atividade irradiada, expelida para fora do complexo, e, ao mesmo tempo, simplifica-se o mesmo complexo.

Quando os camponeses deixam de fiar e tecer, por um lado, têm que aumentar sua produção de bens agrícolas, a fim de criar um excedente vendável, que corresponde às necessidades da população que abandona a agricultura para dedicar-se a fiação e a tecelagem; e, por outro lado, reduzem o número de atividades a que antes se dedicavam. Se antes eram oficiais de mil ofícios, são agora oficiais de 999 ofícios.

Dentre esses ofícios residuais do camponês, a agricultura, no sentido técnico do termo – de tamanho da terra –, avulta em importância a cada passo no caminho do desenvolvimento, de modo que, a certa altura, torna-se a atividade dominante, tendendo gradualmente a constituir especialização industrial como outra qualquer. Quer isso dizer que a dissolução do complexo rural é condição para o aumento da produtividade, não apenas da mão de obra que emigra para fora do meio agrícola, como da que aí fica (Rangel, 2012, p. 159).

Não é uma questão de escolha, objetivamente é uma questão de necessidade de toda a sociedade. O camponês ao se desvincular do complexo rural se atrela a toda a sociedade; é uma relação de interdependência entre os sujeitos que está para além da vontade de se manter em formas antigas de produção. O desenvolvimento é algo a ser perseguido como inevitável para a qualidade de vida.

Portanto, segundo Rangel, o desenvolvimento traz consigo a economia de mercado. Ao se estabelecer, o mercado é cada vez maior e é preciso que cada vez mais pessoas tenham condições de consumo, assim há avanço no desenvolvimento da nação.

3.2.4 Rangel e a estrutura econômica brasileira

A estrutura econômica do Brasil, segundo Rangel, é composta por três formações diferentes superpostas:

O setor da economia natural, caracterizado pela produção para o consumo da própria unidade econômica produtora;
 O setor da economia do mercado nacional, caracterizado pela divisão social do trabalho, onde cada unidade econômica produz para o consumo das outras unidades econômicas que compõem o mercado nacional;
 O setor resto do mundo, formalmente parte do segundo, mas caracterizado pelo fato de que o produto somente chega, seja à própria unidade produtiva, seja às outras unidades produtivas que formem o mercado nacional, pela via do comércio exterior, isto é, depois de convertido em capacidade para importar (Rangel, 2012, p. 213).

As ciências sociais têm caráter histórico para Rangel e devem ser interpretadas segundo o duplo processo evolutivo, o fenomenal e também nomenal. Existe aí uma unidade de contrários que compõem o todo e, dessa forma, diferenciam-se das ciências naturais, pois, ao contrário destas, aquelas só fazem sentido se forem estudadas considerando esse duplo contexto (Rangel, 2012, p. 204). Portanto, as instituições que se configuram no século XX no Brasil aparecem como resultante disso. Mas o conceito que Rangel chama de “vulgar” só considera a evolução fenomenal na análise. Assim, podemos ler as palavras de Rangel referindo-se aos que interpretam a economia apenas pelo viés fenomenal:

Cada nova teoria surge como resultado de uma representação mais precisa da realidade transcendente, a qual implicitamente, permaneceria sempre igual a si mesma. Assim, a análise smithiana seria em comparação com a

fisiocrática, apenas uma representação mais perfeita, que considera certas facetas que Quesnay e seus amigos haviam deixado na sombra, por ignorância ou inadvertência. A mesma relação uniria a análise neoclássica a clássica, a keynesiana a neoclássica (Rangel, 2012, p. 204).

Entretanto, Rangel faz a crítica, mas é tolerante com aqueles que por um motivo ou outro fizeram análises ignorando a avaliação nomenal. Para Rangel, todas as teorias econômicas que “são aceitas por um grupo de economistas competentes” possuem méritos. Ele argumenta que as teorias elaboradas no sentido fenomenal (no sentido kantiano), podem não estar à altura de explicar a realidade dos tempos atuais, no entanto, foram importantes para representar a realidade presente à época, uma vez que representava uma realidade que existia, mas que deixou de existir: “que se transformou por seu impulso interno, noutra realidade” (Rangel, 2012, p. 205).

Rangel traz à luz a percepção de que a evolução da sociedade é feita de contradições e que não é justo chamar de errôneas teorias que não servem aos tempos atuais, mas que já serviram. É muito menos querer utilizar os métodos aprendidos atualmente, aplicando-os aos tempos passados e supor que as conclusões da época não foram adequadas baseando-se em métodos e práticas que ainda não existiam.

A articulação das formações econômicas não coetâneas realiza-se através de instituições adequadas, que exprimem juridicamente a duplicidade. Por exemplo, no ponto em que se unem o atual mercado nacional brasileiro e o mercado mundial, o primeiro caracterizado por uma abundante formação de procura efetiva – um mercado “clássico”, por isso – e o segundo por insuficiência dessa mesma procura – um mercado “keynesiano”, para usarmos a mesma imagem – emerge, sem que ninguém o tivesse desejado e até contra o desejo expresso dos introdutores das nossas sucessivas “reformas” institucionais, o capitalismo de Estado, juridicamente caracterizado pelo monopólio da divisa, combinado com o monopólio da mesma. Uma vez configurado o novo instituto, muda o sentido dos fenômenos econômicos (Rangel, 2012, p. 207).

Ao mudar o sentido dos fenômenos econômicos brasileiros, as antigas formas institucionais começam a ficar insuficientes para atender à manutenção de uma estabilidade social que garanta não apenas a manutenção de regras sólidas com credibilidade social suficiente para permitir o desenvolvimento do capital, mas também para garantir a reprodução da força de trabalho em condições aceitáveis humanamente³⁸. Dessa forma, as instituições,

³⁸ A noção de humanidade e de gênero humano no modo de produção capitalista, segundo Marx, não é apriorística. No mundo capitalista, os seres humanos estão no contexto das mercadorias e do mercado, sendo cada indivíduo uma mercadoria à disposição para ser explorada no mercado de trabalho.

não apenas no Brasil, tendem a se ajustar a uma regularidade ou mesmo a um padrão mundial que permita desenvolver o capitalismo no mundo sem que as contradições sociais afetem o modo de produção a ponto de repetir a estabilidade mundial e conflitos semelhantes às guerras mundiais da primeira metade do século XX³⁹.

3.3 O DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL

Giovanne Sartori destaca que os conceitos políticos não são imutáveis, mas evoluem conforme as mudanças sociais, históricas e culturais. Sartori caracteriza a ideia de conceitos fixos por “conceitualismo minimalista”⁴⁰. Nesse sentido, trazemos as ideias de Ricardo Bielschowsky que observa o desenvolvimentismo como um conceito aberto e que, portanto, permitiu outras interpretações ao longo da história.

Para Bielschowsky, o conceito de desenvolvimentismo aparece no Brasil pelas correntes de ideias e no movimento das ideias desenvolvimentistas. Para ele, este conceito refere-se à industrialização integral como meio para superar a pobreza e o subdesenvolvimento, não sendo possível a industrialização eficiente por meio apenas das forças do mercado agindo espontaneamente e sem a participação do Estado através de planejamento, o qual deve definir a expansão desejada. Assim, o Estado ao apontar para onde deve ir a expansão, seus instrumentos e quais são os setores econômicos primordiais, deve também coordenar a execução desta expansão.

Esse é o conceito de desenvolvimentismo aplicado para o período de 1930 a 1980, período que também foi chamado de “era desenvolvimentista”. Para Bielschowsky, este conceito muda e adquire outras interpretações a partir dos anos de 1980.

O ano de 1981 até os anos de 2002, é o período conhecido como: “a era da estabilidade macroeconômica”, definição corroborada também por Carlos Mussi (Bielschowsky; Mussi, 2002). Nesse período, prepondera a ideia de desenvolver o país através de estabilidade macroeconômica, o que inibe o desenvolvimento e as ideias desenvolvimentistas do período anterior.

A partir de 2003 até 2014, o Brasil passou por um período que Bielschowsky chamou de “social desenvolvimentismo embrionário”, um modelo de desenvolvimento com distribuição de renda. A partir de 2015, o Brasil passa por crises e uma grande resistência às

³⁹ Para o sociólogo Immanuel Wallerstein, em sua teoria “Sistema-Mundo”, a ONU é uma instituição que foi criada para manter o sistema capitalista humanamente aceitável (Wallerstein, 1974).

⁴⁰ Veja: “A Teoria da Democracia Revisitada” (Sartori, 1994).

ideias desenvolvimentistas originárias.

Ainda segundo Bielschowsky, o Brasil passou por ciclos de desenvolvimento que subdividiram o período entre os anos de 1930 e 1980 (Bielschowsky, 1996).

Ele chamou o primeiro ciclo de “origem”, iniciando-se no ano de 1930 e terminando em 1945 ao final da Segunda Guerra Mundial. O segundo ciclo, chamado de “amadurecimento”, é iniciado entre 1944 e 1945 e terminou em meados de 1955. Para Bielschowsky, o ano de 1956 define o início do terceiro ciclo, chamado de “maturidade”.

A realidade brasileira daqueles tempos impôs ao país a industrialização, e a contestação a isto, segundo o autor, já não fazia mais sentido, então o ciclo de “maturidade” perdurou até 1964. Mas um período de crise neste interim entre os anos de 1961 e 1964, trouxe consequências determinantes ao Brasil, industrializado e com a população que se tornou, na sua maioria, urbana.

O quarto ciclo iniciou-se em 1964 e terminou nos anos de 1980. Este foi considerado o auge do desenvolvimento brasileiro.

Durante o período de 1930 a 1980 surgiram algumas correntes de pensamento que disputavam a dinâmica desenvolvimentista no Brasil e as principais correntes foram:

- a) Um pensamento mais à “direita” do espectro político liberal cujo principal representante foi Eugenio Goudin.
- b) Um pensamento mais à “esquerda” com pensadores notadamente comunistas, socialistas ou dissidentes com representantes importantes como Caio Prado Júnior e Ignácio Rangel.
- c) O desenvolvimentismo sob três variantes: Setor Privado, Setor Público Nacionalista e Setor Público Não Nacionalista.

3.3.1 Alguns olhares relevantes na dinâmica desenvolvimentista brasileira

As mudanças estruturais que ocorreram no Brasil após a Segunda Guerra Mundial foram, ao longo do tempo, levando o país para outro patamar produtivo.

Para José Serra, o mais alto patamar de desenvolvimento brasileiro, ao fim do “quarto ciclo”, conforme definido por Bielschowsky, trouxe a necessidade de procurar alternativas para o desenvolvimento do país.

No artigo “Ciclos e Mudanças estruturais da economia brasileira do pós-guerra”, José Serra procura compreender o que impulsionou o desenvolvimento brasileiro do pós-guerra.

Serra também buscou elucidar as contradições que foram enfrentadas pelo país neste período. Sua análise é histórica acerca do desenvolvimento do país entre os anos de 1947 e 1980.

Serra destacou o crescimento rápido do PIB, que expandia 7,1% ao ano graças à expansão de 9% do manufatureiro e à mudança das forças produtivas que ocorreram de uma maneira ímpar na América Latina e acabou servindo de paradigma de sucesso neste quesito. A agricultura deslocou sua participação na renda interna de 25% em 1949, para 13,2% entre os anos de 1979 e 1980. O Setor externo deixou de ter a importância que teve nas contas nacionais, e até mesmo as importações sofreram um “fechamento”.

Enquanto a expansão do PIB estava em 7,1%, e as exportações expandiam 5,6%, a participação dos produtos importados declinava de 13,7% para 7,0% na participação nacional entre os anos de 1947 até 1980. Serra também destacou que a pauta externa fica muito mais diversificada a partir dos anos de 1967, que foi um período de crescimento muito rápido. Como exemplo, Serra destacou o café, que era responsável por 60% das exportações entre os anos de 1949 e 1950, e caiu para 53% entre os anos de 1962 e 1963, declinando ainda mais entre os anos de 1978 e 1979, chegando a 13,4% de participação nas exportações brasileiras.

Mas é importante que o próprio Serra destaque aqui o que ocorreu com a PEA brasileira, que cresceu de 7,4% para 15% na indústria manufatureira entre os anos de 1940 e 1976. Nas palavras do autor:

Finalmente cabe assinalar que a intensidade do crescimento e as transformações da economia brasileira teve sua contrapartida nas profundas mudanças na estrutura social. Assim, entre 1940 e 1980, a proporção da população economicamente ativa (PEA) no setor secundário, mais do que duplicou, passando de 10,3% para 25,3% do total. Essa evolução não foi linear ao longo do período em questão: Mais de quatro quintos da expansão relativa da PEA industrial entre 1940 e 1980, ocorreram a partir de 1960; também a partir de 1960 ocorreram mais de três quintos do declínio relativo da PEA agrícola. São dados que assinalam o engano das teses de meados dos anos 60, que davam por esgotado ou muito enfraquecido o dinamismo da geração de empregos no setor secundário da economia (Serra, 1982, p. 10).

Portanto, houve uma mudança significativa na qualidade de vida desta população. Ainda assim, a desigualdade é aumentada, mesmo com a entrada de muitos na economia de mercado. O Brasil, segundo Serra, entre os anos de 1974 e 1975 possuía cerca de um terço da população abaixo da pobreza absoluta. E Serra comenta sobre este fato:

Houve muita controvérsia em torno da funcionalidade, disfuncionalidade ou indiferença do agravamento da desigualdade social, bem como da

permanência de amplas margens de pobreza absoluta, em relação ao desempenho da economia. O que nos parece menos sujeito a discussão, porém, é que essa evolução adversa, foi agravada pela política social “regressiva” do regime brasileiro entre 1964 e 1974: baixos reajustes salariais fixados pelo governo. Enfraquecimento da estabilidade no emprego, duras restrições à liberdade sindical e contenção dos gastos públicos com finalidades sociais (Serra, 1982, p. 12).

Serra destacou também que o salário-mínimo e os salários dos funcionários públicos foram os mais afetados pelas políticas salariais do período destacado. Portanto, podemos observar aqui que a luta de classes está presente na disputa dos rumos a serem tomados. Medidas anticíclicas são exercidas para retomada das taxas de crescimento e a classe trabalhadora, que agora está presente de forma efetiva na economia de mercado, continua sujeita a essas medidas.

Outro fator importante destacado por José Serra é a agricultura, que, segundo ele, não foi tão impactada pela modernização tecnológica e, por isso, a maior participação da PEA na agricultura não se deu pelo incremento de novas tecnologias no setor, mas sim pela ampliação da fronteira agrícola que, pelo aumento da produtividade, o aumento se deu relativamente lento em relação aos outros setores da economia. E Serra destaca:

Tal modalidade de desenvolvimento agrícola, embora tenha tido implicações negativas do ponto de vista dos preços dos alimentos e dos rendimentos para sustentar a acumulação urbana, contribuindo indiretamente para viabilizar o dinamismo do padrão de crescimento industrial vigente nas últimas décadas. Trata-se de um importante contraste entre a experiência brasileira e a de outros países da América Latina, que se viram diante da opção de importar alimentos (ou comprometer suas exportações desses produtos) ou realizar pesadas inversões para aumentar a produtividade do setor (Serra, 1982, p. 13).

Mas Serra também alerta para as evidências de que essa modalidade de desenvolvimento do setor agrícola ficaria logo inviável devido à tendência de crescimento da demanda apresentada no Brasil.

A necessidade de exportar produtos agrícolas para manter a demanda de divisas é uma produção agrícola que não foi suficientemente voltada ao mercado interno e, portanto, está em atraso diante das necessidades impostas a partir dos anos de 1960 até os anos de 1980. Além disso, a demanda de insumos substitutivos aos derivados de petróleo é outro fator endógeno que começa a aparecer e que, somente a expansão das fronteiras agrícolas, somada aos custos de transporte que encarecem os produtos, são fatores negativos que podem inviabilizar essa

modalidade de desenvolvimento agrícola, de acordo com José Serra.

3.4 O BRASIL MODERNO

As controvérsias permaneceram ao longo da dinâmica do desenvolvimento brasileiro. A problemática da fome não foi resolvida com o aço, mas Marx já dizia no século XVII que a roda do capitalismo não para de girar.

O aço é uma condição necessária, mas não suficiente para a resolução do problema da fome. O Brasil não superou o impasse fordista do século XX⁴¹, no entanto, a capacidade de produção de alimentos deixou de ser um problema⁴². O país passou a ter condições técnicas de alimentar o seu povo. No entanto, as contradições da esfera política, o crescimento do poder dos monopólios e o poder político dos detentores do capital financeiro impediram que o Brasil conseguisse dar o salto de qualidade necessário para eliminar totalmente a fome e menos ainda para o necessário avanço rumo à terceira Revolução Industrial e avançar seu desenvolvimento para além do aço⁴³.

A contradição campo-cidade continuou após a década de 1980, e a problemática urbana acentuou-se com a permanência do trabalho natural em muitos espaços urbanos e rurais, ainda que o meio rural também se torne cada vez mais um ramo da indústria. No entanto, o Brasil permaneceu um país dual, nos moldes apresentados por Ignácio Rangel. A dinâmica do desenvolvimento brasileiro avança no combate à fome, mas não impede a plena satisfação das necessidades do estômago de todo o povo.

⁴¹ Vale ver: “Dialética da Dependência” (Marini, 2000).

⁴² “A agricultura brasileira após a modernização se modifica bastante, ela se torna uma agricultura altamente competitiva internacionalmente, ela vai estar integrada a um ramo maior de acumulação de capital, não dá mais para estudar a agricultura por ela mesma” (Sampaio, 2014).

⁴³ Veja sobre a influência política das instituições financeiras nas políticas nacionais e internacionais, bem como sua posição central no capitalismo global ao final do século XX em “O Longo Século XX” (Arrighi, 2007).

4 CAPÍTULO III: A RELAÇÃO ENTRE A INDÚSTRIA E A FOME - JOSUÉ DE CASTRO AINDA É ATUAL?

O período das décadas de 1930 e 1940 foi o prelúdio de profundas transformações estruturais no Brasil⁴⁴. A questão da fome passou a dar os primeiros passos no caminho da análise científica deste problema. Surgiram na esfera científica do conhecimento duas vertentes principais que buscavam compreender e diagnosticar os problemas alimentares e nutricionais do brasileiro: a vertente biológica e a vertente social (Castro, 1984).

A vertente biológica observava as questões clínicas-fisiológicas, que se relaciona com o consumo alimentar e com os nutrientes absorvidos. Esta vertente foi influenciada pelas escolas norte-americanas e europeias de nutrição e dietética. Já a vertente social, se ocupava do problema da produção, da distribuição e do consumo de alimentos pelos brasileiros. Esta vertente foi herança da escola argentina de nutrição e dietética através das ideias pioneiras de Pedro Escudero na América Latina e que influenciou o também pioneiro no Brasil, Josué de Castro, que, a partir do acesso à ciência da nutrição, pode fazer o diagnóstico dos motivos da fome, os quais passarão a ser estabelecidos por critérios científicos e que foram de fundamental importância para a definição, pelo governo brasileiro, dos primeiros planos para alimentação da população⁴⁵.

Surgiram as primeiras inovações institucionais⁴⁶ que visavam combater a fome. O Serviço de Alimentação da Previdência Social⁴⁷ foi um dos primeiros experimentos nesse sentido, o qual pactuava o saber técnico-científico com o poder público em busca de fazer o diagnóstico preciso e buscar soluções para a problemática da fome no Brasil. Melhorar a qualidade de vida da classe trabalhadora passava por entender e melhorar as condições de

⁴⁴ Foi o período entre 1930 e 1945, da origem do *desenvolvimentismo nacionalista* (Bielschowsky, 2004).

⁴⁵ “A temática da assistência alimentar às populações mais pobres foi incorporada de fato ao campo das políticas públicas governamentais brasileiras no fim dos anos 1930, como parte integrante da estratégia de poder do “Estado Novo” do presidente Getúlio Vargas. No início dessa mesma década, estudos de Josué de Castro já apontavam os flagelos sociais que a fome desencadeava em todo o território nacional, em especial na região Nordeste” (Silva, 2014, p. 16).

⁴⁶ Josué de Castro influenciou fortemente essas inovações institucionais: “Suas pesquisas pioneiras tiveram um forte impacto na opinião pública nacional e internacional, tendo papel de relevante influência no lançamento do Decreto Lei (DL) no 399, que estipulou a criação do salário mínimo (SM) nacional, em 1938, estabelecendo uma remuneração mínima que permitisse a todos os trabalhadores adultos a satisfação de suas necessidades básicas de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte” (Silva, 2014, p. 16).

⁴⁷ “Com relação às ações e estruturas diretamente ligadas à temática alimentar criadas pelo governo Vargas, as primeiras foram implementadas por meio das instituições de previdência social da época. Em 1939, foi criado o Serviço Central de Alimentação (SCA), no âmbito do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI). No ano seguinte, houve uma evolução com a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), ligado ao Ministério do Trabalho, em substituição ao Serviço Central” (Silva, 2014, p. 17).

alimentação da crescente massa de trabalhadores urbanos brasileiros⁴⁸.

Outros dois modos de pensar predominantes à época e que de certa forma permaneceram vivos até os dias atuais, ao menos na aparência⁴⁹, foram:

[...] à convicção milenar de que os males provocados por flagelos naturais são inevitáveis: o segundo, da ideia de que a própria organização das sociedades comporta desigualdades entre o homem e que estas, por sua vez, são inevitáveis e o pensamento que advém da ideia de que a própria organização das sociedades comporta desigualdades entre os homens e que estas, por sua vez, são inevitáveis (Castro, 1984).

Apesar da problemática da fome ter sido pensada para ser resolvida a partir de uma série de programas sociais que visavam estabelecer patamares mínimos e elementares para se efetivar a vida cidadã⁵⁰, é certo que a dinâmica de transformações sociais trouxe no seu bojo profundas modificações da estrutura urbana, ainda que se mantivesse a estrutura de poder no meio rural⁵¹. A problemática da fome não era mais entendida somente como uma questão que dizia respeito à natureza das coisas, passava, cada vez mais, a ser um problema da dinâmica, campo-cidade⁵², influenciada pela economia que cresce e se transforma determinada pelo capitalismo internacional⁵³. Este, por sua vez, influencia o modo do povo se enxergar e o

⁴⁸ O país começou a década de 1950 com uma taxa de urbanização de 36,2% e, 30 anos depois, chegou a 1980 com 67,6% de sua população vivendo no setor urbano (Folha de São Paulo, 2003). Os trechos a seguir referentes ao desenvolvimento econômico do Brasil foram baseados no pensamento referentes a Cano, 1998; Bielschowsky, 2011; Bielschowsky, 2004; Ianni, 1979; Bresser Pereira, 2003; Rangel, 2012.

⁴⁹ Atualmente é fácil comprovar empiricamente que existe no senso comum soluções que, para a fome que passam, pela restrição da natalidade dos povos pobres até naturalização das desigualdades que considera os mal alimentados como mercedores do desfortuno por preguiça ou falta de mérito.

⁵⁰ “Das atividades desenvolvidas pelo SAPS originaram-se muitos dos programas de assistência alimentar vigentes nos dias atuais. Entre eles cabem destacar: i) a criação de restaurantes populares; ii) o fornecimento de uma refeição matinal para os filhos dos trabalhadores (embrião da merenda escolar); iii) auxílio alimentar durante o período de trinta dias ao trabalhador enfermo ou desocupado (transformado em auxílio-doença); iv) a criação de postos de subsistência para venda, a preços de custo, de alguns gêneros de primeira necessidade; v) o serviço de visita domiciliar à residência dos trabalhadores; e vi) os cursos para visitantes e auxiliares técnicos de alimentação. Foi extinto em 1967” (Silva, 2014, p. 17)

⁵¹ Nas palavras de Octávio Ianni, acerca da dinâmica social dos anos de 1930: “Foi a ascensão das classes sociais urbanas, com a deposição do Governo Washington Luís, em 1930 que criou condições sociais e políticas para a conversão do Estado oligárquico em Estado Burguês” (Ianni, 1979, p. 34) Entretanto, mesmo considerando a continuidade do poder político, o Brasil não se torna automaticamente “burguês” de forma homogênea. Rangel, por exemplo, considera que, desde os processos de independência (1822), Abolição e República (1888-1889) e Revolução de 1930, houve *meias rupturas*. Em: RANGEL, I.: A história da dualidade brasileira. In: RANGEL, I. **Obras Reunidas**. v. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

⁵² Leia importante análise pautando as cidades a partir do desenvolvimento das forças produtivas em: https://grabois.org.br/2011/12/06/as-cidades-e-a-anatomia-do-macaco/?author_id=31 (Jabbour, 2011).

⁵³ É uma época em que o Brasil também está inserido no contexto capitalista mundial de uma forma relevante e interessante às grandes potências mundiais. Nas palavras de Jabbour: “É fato objetivo que ao capital industrial inglês interessava nossa independência de Portugal e, conseqüente, desenvolvimento do capitalismo comercial brasileiro. Da mesma forma aos EUA, o rompimento brasileiro com a Inglaterra – no âmbito da Revolução de 1930 – seria interessante, e diante, à mudança de formas de exportações de capitais que passaram a ser concentradas em implantação de cadeias produtivas, dos EUA à periferia do sistema”.

modo como produzem a vida⁵⁴. Isso significou dinamizar mudanças culturais, ao mesmo tempo, inovações institucionais que deram forma a um Estado brasileiro, desenvolvendo-se economicamente. Tais transformações aconteceram na proporção em que se modificaram as estruturas produtivas, a partir do avanço acelerado da industrialização do Brasil.

Partimos, neste capítulo, do mapa da fome de Josué de Castro, para posteriormente demonstrar quais as mudanças que estabeleceram avanços no combate à fome e assim chegar até o final da década de 2010, a fim de demonstrar como se relacionou o desenvolvimento industrial capitalista com a fome no Brasil.

4.1 O MAPA DA FOME DE JOSUÉ DE CASTRO

[...] Espesso
 Como uma maçã é espessa
 Como uma maçã
 É muito mais espessa
 Se um homem a come
 Do que se um homem a vê.
 Como é ainda mais espessa
 Se a fome a come.
 Como é ainda muito mais espessa
 Se não a pode comer
 A fome que a vê [...]

João Cabral de Melo Neto

O mapa da fome do Brasil apresentado por Josué de Castro nos dá uma visão geral da fome no país, porém esta é a realidade da primeira metade do século XX. O Brasil desenvolveu-se e criou novas formas de produzir e novas instituições, mas a fome continua sendo um problema ainda discutido nos dias atuais. No mapa da fome, demonstra-se as condições de alimentação e problemas relacionados a sua falta por Regiões. Apresenta primeiramente a Região Amazônica, seguindo pelo Nordeste açucareiro, Sertão Nordestino e Centro-Oeste. O Extremo Sul, apresentado por Castro, engloba parte do que hoje conhecemos pelo Sudeste e o que é a Região Sul atualmente.

⁵⁴ As mudanças aceleram-se em função das mudanças no modo de produção, e o Brasil começou a sentir a necessidade de planejar sua economia, mas faltavam dados estatísticos confiáveis e pessoal técnico especializado para realizar as tarefas. Diversas faculdades e órgãos de pesquisa foram criados, dentre eles o Instituto Nacional de Pesquisas em 1934, que logo depois se tornou Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) (Maringoni, 2011).

4.1.1 A Região Amazônica

Josué de Castro apontou que a Amazônia era uma região estagnada economicamente e que as condições ambientais não permitiam um desenvolvimento sem ação e planejamento do Estado. Ele referiu-se a uma publicação de Arthur Ferreira Reis, que afirmava que desde os primórdios da ocupação da Amazônia por Portugal, a região foi incentivada a se concentrar na coleta de plantas medicinais e no que ele chamou de “vícios da floresta”, devido às dificuldades comerciais enfrentadas pela concorrência das especiarias no Oriente. Segundo Reis, a Amazônia foi seduzida pela riqueza “viciante” da floresta, assim como outras regiões do Brasil foram seduzidas por outras riquezas, como o ouro e a cana-de-açúcar. Arthur Ferreira Reis em sua publicação intitulada “Política de Portugal no Vale Amazônico, 1940”, define a região amazônica da seguinte forma:

Desde os primeiros tempos de ocupação do vale amazônico que o reino de Portugal começou a incentivar nesta região da colônia “a colheita da droga” para compensar o seu desapontamento comercial com a colheita da especiaria do Oriente, dificultada em extremo pela concorrência de outros povos também navegadores e traficantes; a coleta de plantas de temperos medicinais e de vícios que abundavam na floresta amazônica (Castro, 1984, p. 63).

De acordo com Josué de Castro, a Amazônia era uma região com uma população esparsa e baixa densidade demográfica, comparável aos grandes desertos do mundo. A farinha de mandioca era a base da alimentação da população local. Devido à falta de condições para o desenvolvimento econômico, a população dependia de uma economia destrutiva, baseada na coleta de recursos naturais, pesca, caça, colheita de frutos, sementes e extratos vegetais.

Segundo Josué de Castro, a agricultura amazônica era rudimentar e limitada ao redor de centros urbanizados como Belém. Restrições econômicas, como as que foram impostas pelo Marquês de Pombal, a alta umidade e o excesso de árvores também foram apontadas como obstáculos para o povoamento e desenvolvimento da região. O Instituto Agrônomo do Norte introduziu o búfalo africano para a região, mas a concentração de gado era pouca e mantida em poucas mãos. E Castro descreve assim aquela realidade:

Assim, em Belém, que é a mais importante cidade da Amazônia, o consumo diário de leite era em 1950 de cerca de 20 gramas por pessoa. Trinta vezes menos que o consumo médio dos Estados Unidos da América [...] é na água dos rios que se concentram as maiores riquezas econômicas para sua subsistência. Cerca de 60.000 quilômetros quadrados da Amazônia são

constituídos por terras baixas e inundáveis e é nesta área de planície aluvional que se concentram 80% das populações e a maioria dos campos de agricultura. É que só aí a terra é realmente fértil (Castro, 1984, p. 69).

As inundações foram descritas à época, por alguns autores, como um dos graves fatores de desequilíbrio social e econômico da região, afetando a agricultura e obrigando as populações indígenas a viver de maneira seminômade.

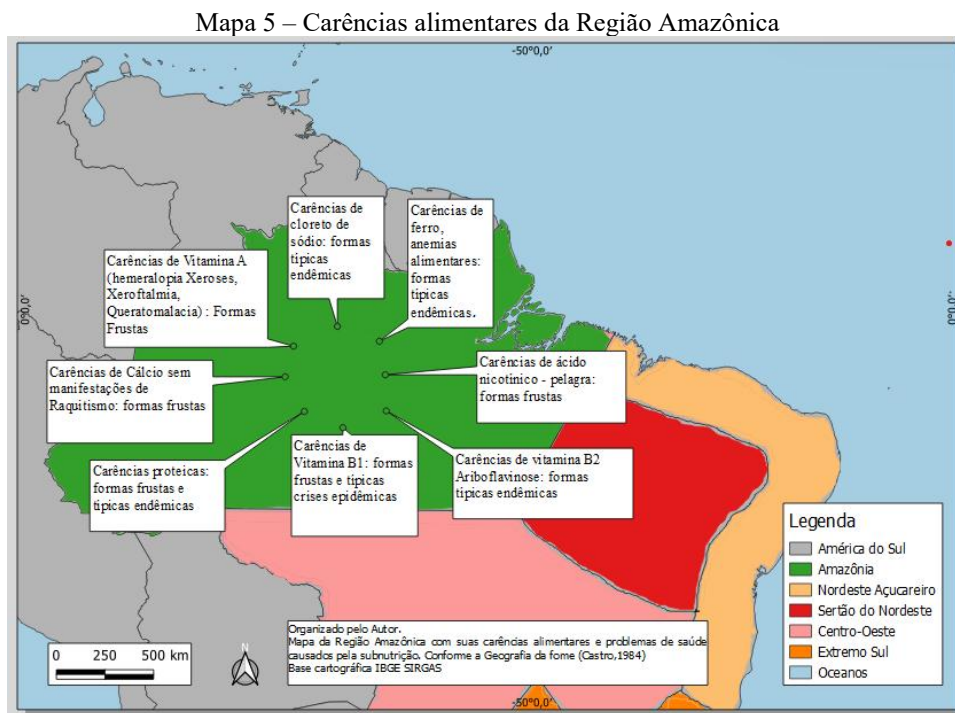
Durante o Ciclo da Borracha, por exemplo, pessoas de todas as partes se mudaram para a região em busca de prosperidade, o que resultou em mudanças nos hábitos alimentares. No entanto, foi a sabedoria dos indígenas que permitiu que eles adaptassem sua culinária e seu modo de vida à floresta garantindo a sua sobrevivência, mas a chegada dos chamados “homens brancos” com hábitos europeus, resultou em surtos de doenças. E foi só quando a borracha deixou de ter valor econômico para a região, que os surtos de doenças praticamente desapareceram e os hábitos alimentares ancestrais dos indígenas voltaram.

A economia amazônica, que foi baseada na borracha na Amazônia, teve seus altos e baixos, de modo que, ao fim do ciclo da borracha, os habitantes da região precisaram voltar aos seus antigos métodos de subsistência, como a caça, a pesca, a agricultura incipiente e a colheita de frutos silvestres. Castro mencionou na “Geografia da fome” situação semelhante ocorrida na febre do ouro no Alasca, que teve uma epidemia de escorbuto como resultante. Ele problematizou a necessidade de buscar a riqueza, mas de forma planejada e racional, sem destruir a riqueza vegetal e as espécies de forma inconsequente. Castro também mencionou que é possível vencer as dificuldades e desenvolver a região com uma colonização planejada, melhorando os processos de agricultura e ampliando a área de cultivo, em vez de destruir a riqueza da região. Portanto, ele advogou o aproveitamento racional do território amazônico, a fim de desvendar enigmas e superar as barreiras. Nas palavras de Castro:

[...] seria, no entanto, possível vencer tais dificuldades e desenvolver o povoamento da região desde que sua colonização fosse realizada dentro de um plano de aproveitamento racional e não de intempestiva destruição. Destruição da riqueza vegetal com as seringueiras sangradas até a última gota do seu látex, com os peixes e as tartarugas destruídos sem discernimento, quase até o extermínio das espécies. Sem nenhuma preocupação de melhorar os processos de agricultura primitiva nem de ampliar a sua área de cultivo (Castro, 1984, p. 101).

Portanto, estes eram desafios de integração e desenvolvimento da Amazônia na época de Josué de Castro. Ele argumentou que os problemas da região, como a dificuldade de integração, entre as diferentes partes e a falta de produtividade agrícola, precisavam ser

superados para permitir o desenvolvimento e a integridade territorial. Além disso, Castro destacou a necessidade de resolver a questão da subnutrição e da fome, que resultavam em altos coeficientes de mortalidade infantil na região. Podemos observar no mapa 3 as principais carências e consequências da subalimentação amazônica:



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Castro (1984).

Para Castro, a falta de sentido nacional e de identificação com a região resultou em uma apropriação privada excessiva da floresta, onde o individualismo imperou. Para ele, a valorização da borracha só agravou esta situação.

Na “Geografia da Fome” podemos observar que o estado brasileiro escolheu a forma de exploração baseada em princípios empresariais, ignorando riscos e incertezas o que, na prática, foram transferidos ao povo. Além disso, para Castro, o individualismo exacerbado dos povos de tradições civilizatórias europeias, de lá esperavam retirar o que estivesse à sua frente, sem vínculo com qualquer coletividade. A falta de identificação com o outro e com a região é uma das razões que Castro atribuía às condições precárias que persistiam no território amazônico, nas palavras de Castro:

Ficavam, assim, os colonos sustentados quase que exclusivamente por sua força e iniciativas próprias, com as suas conquistas defendidas muito menos pela ação oficial do que pelo braço e pela espada dos particulares. Se por toda a América Ibérica o privatismo campeou, no caso da conquista da

Amazônia, por seu excessivo isolamento territorial, ele se extremou até os limites máximos do individualismo. Enquanto na exploração agrária do Nordeste Açucareiro e no latifúndio pastoril das zonas de criação, a unidade colonizadora fora a família, segregada em seus núcleos territoriais, na Amazônia esta unidade ainda minguou mais, ficando reduzida ao indivíduo. Ao indivíduo perdido na floresta e quase sempre esmagado pela áspera hostilidade do meio (Castro, 1984, p. 104).

Porém, ele também apresentou como uma das alternativas para resolver o problema de abastecimento alimentar na região, a industrialização de produtos aceitos no mercado externo, um melhor planejamento na relação entre o campo e a cidade, e a utilização de técnicas modernas de cultivo. Além disso, ele destacava o uso de técnicas acumuladas por outros povos para a produção de alimentos.

Josué de Castro, em sua análise sobre a região amazônica, destacou a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, em 1955, como parte da tentativa de valorização econômica da região. Em 1950, a região abrangia 5.057.490 km² e tinha uma população de 3.549.589 habitantes, equivalente a 6,80% da população do Brasil. Embora a criação do órgão tenha sido considerada acertada, Josué de Castro argumentou que faltava aplicação racional de recursos técnicos e humanos, e que todos os investimentos na região da Amazônia não obtiveram resultados satisfatórios devido à “falta de capacidade e idoneidade dos dirigentes”⁵⁵.

4.1.2 Nordeste Açucareiro

A região do Nordeste Açucareiro, conforme apresentada por Josué de Castro, destaca-se pela influência do meio natural na fome da região. Havia grandes potencialidades naturais para o cultivo de alimentos. O solo da região sempre fora fértil e o clima propício para o cultivo, mas os colonizadores portugueses não deram, segundo Castro, a devida importância à alimentação e seguiam suas tradições alimentares ao invés de se moldarem ao meio ambiente nordestino. No entanto, foram inteligentes ao adaptar a arquitetura e o vestuário às condições climáticas do nordeste. Nas palavras de Josué de Castro:

⁵⁵ Sobre a “incapacidade” dos economistas em planejar e projetar, Ignácio Rangel escreveu sobre a economia do planejamento em 1959, argumentando que havia uma tradição de elaboração de projetos apenas por engenheiros no Brasil, mas a falta de compreensão de como inserir a economia no contexto dos projetos levou a dificuldades na aplicação de métodos e técnicas para planos e projetos no contexto do desenvolvimento econômico das regiões.

Dentre os fatores técnicos essenciais ao mecanismo da aclimação, e que são a habitação, o vestuário e a alimentação, o português utilizou com inteligência os dois primeiros, mas quase não deu importância ao último. De fato, em matéria de habitação o português agiu nos trópicos com manifesta superioridade sobre os colonos de outras raças quando transplantou para as terras quentes da América o tipo de casa grande, com largas janelas, varandas e pátios, num arranjo arquitetônico em que transparecem, associadas, influências árabes e romanas. Quando construiu casas frescas que ajudaram na luta contra o calor, com a mesma eficiência das casas mouriscas levantadas nos desertos do norte da África pelos colonizadores árabes (Castro, 1984, p. 128).

Castro trouxe como exemplo o trigo, que não tinha condições de ser cultivado entrando como alternativa à farinha de mandioca. Esta não era tão nutritiva quanto a outra. Num primeiro momento, houve uma tentativa de incentivar a policultura nesta região, mas a monocultura da cana acabou sendo priorizada, afetando, segundo Castro, a qualidade da alimentação da população:

Assim se fez, de início, uma tentativa de policultura, a qual, ajudada pela colheita das frutas silvestres e pela caça dos animais da terra, dava de sobra para manter um regime sadio dos primeiros colonos da Terra de Santa Cruz. Mas como ocorreu em Barbados, a policultura iniciada tão promissora foi logo estancada pelo furor da monocultura da cana: as roças de mandioca abandonadas aos cuidados primitivos do indígena, sem o amparo e o interesse do colono, as plantações de laranja, de manga, de fruta-pão abandonadas à sua sorte ou apenas limitadas aos pequenos pomares em torno das casas grandes dos engenhos, para regalo exclusivo da família branca do senhor (Castro, 1984, p. 129).

Ficava claro que a prioridade do colono era obter rendimentos da terra e naquele momento, a opção por incentivar o cultivo extensivo da cana-de-açúcar lhes parecia mais favorável economicamente. Nenhum aproveitamento do legado indígena e nenhuma preocupação em outras culturas agrícolas que não julgassem rentáveis economicamente.

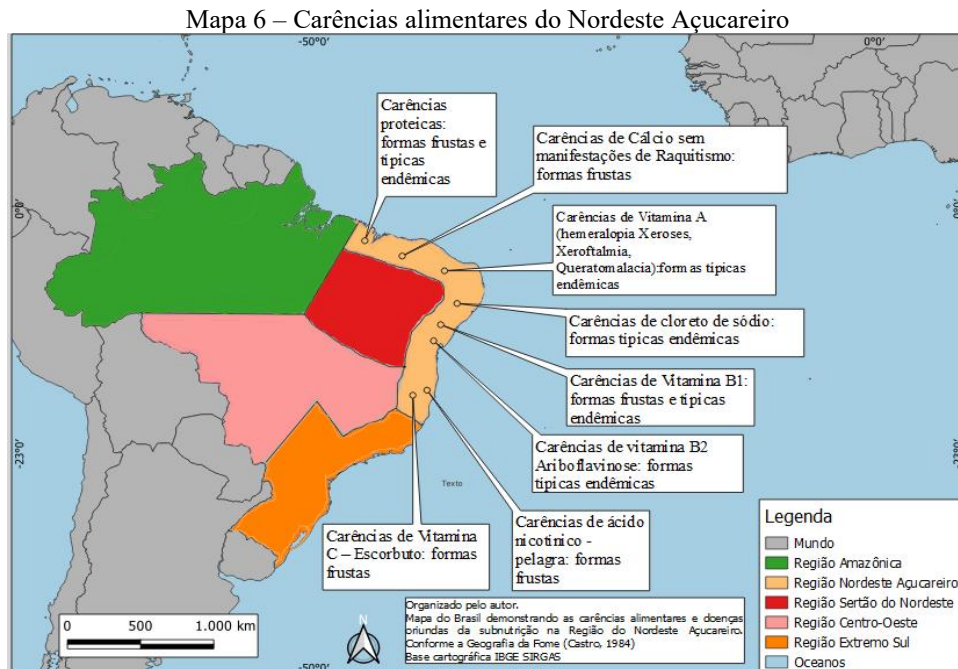
No século XVII, houve um comprometimento da alimentação dos trabalhadores dos engenhos, necessário para manter a produção da cana-de-açúcar. O indígena resistiu à pressão da monocultura e acabou tendo um papel importante na moderação da expansão da monocultura da cana-de-açúcar ao não participar do trabalho agrícola comercial, preservando sua cultura e alimentação. Já os negros escravos foram impedidos de cultivar suas roças, o que resultou na destruição de sua organização e na vitória da monocultura. A proibição da criação de gado e a agricultura a uma distância menor que 60 km da costa, teve um peso considerável na fome da população: “No século XVII foi baixada uma carta-régia proibindo sob ameaça de

duas penalidades a criação de gado a menos de 60 quilômetros da costa (Roberto Simonsen, História econômica do Brasil. 1937)” (Castro, 1984, p. 136).

A alternativa era alimentar-se apenas com a pobre farinha de mandioca. Os víveres que garantiam a qualidade de vida da nobreza instalada no Nordeste eram trazidos de Portugal, mas o transporte feito por navios que percorriam longas distâncias, e em muitos dias resultava em grandes perdas devido a contaminações, principalmente aquelas advindas da peste dos ratos.

Josué de Castro afirmava que a garantia dos víveres para os colonizadores só foi possível enquanto a densidade populacional da região era relativamente pequena, mas não foi mais possível manter essa forma de abastecimento por muito tempo. À medida que a população cresceu, não foi mais viável mantê-los. A realidade obrigou os colonizadores a se adaptarem à dieta baseada em feijão e farinha.

A cultura da cana-de-açúcar foi uma das mais rentáveis da América Latina, mas também resultou em altas concentrações demográficas e de populações famintas. O resultado expresso na subnutrição do povo na década de 1930 não deixa dúvidas do preço pago pelo povo no Nordeste Açucareiro, como pode ser visto no mapa 4:



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Castro (1984).

De acordo com os dados estatísticos de 1950, apresentados por Josué de Castro, a densidade populacional da região era de 137 habitantes por km². O período de ocupação holandesa em Pernambuco, resultou em uma concentração urbana, mudanças na alimentação,

melhorando a qualidade dos hábitos alimentares. Surgia o hábito de misturar o café com o leite (uma mistura criativa, nutricionalmente rica e que se transformou em tradição nacional), mas não resultou em alteração significativa na precariedade da alimentação.

Em 1932, Josué de Castro realizou um pioneiro inquérito alimentar, enfocando nas condições de alimentação da classe trabalhadora do Recife. Mostrou que a fome era a principal causa de morte na região, e que 80% da população não consumia praticamente nenhum alimento protetor, como leite, ovos, verduras ou frutas. O salário dos trabalhadores das usinas de cana era considerado insuficiente para suprir suas necessidades básicas, e mesmo com algum aumento dos salários, alimentos como ovos, carne e leite continuavam inacessíveis para a população.

Para Castro, a importância da fauna aquática na dieta dos habitantes do litoral é uma dieta rica em proteínas graças aos recursos marinhos. Por outro lado, as áreas das usinas e engenhos são pobres em opções de alimentos proteicos, devido ao fato de os rios terem sido danificados pelas caldas das usinas, causando a matança de peixes e outros animais.

4.1.3 O sertão nordestino e o seu principal problema: a seca

De acordo com Josué de Castro, o principal problema da região do sertão do Nordeste é a seca, que foi responsável por incluir a área entre as regiões de fome na América. Apesar da criação da Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS), o problema nunca foi resolvido e afetou toda a população da região.

O sertão nordestino é uma área que obedece ao padrão nacional de desenvolvimento econômico, mas com pouca atenção à produção de subsistência. No entanto, o sertão nordestino obteve vantagens econômicas com a disputa entre o mercado açucareiro do Nordeste e o minerador do Sul, mas isso também trouxe empobrecimento para as populações da região e o avanço da morte por inanição.

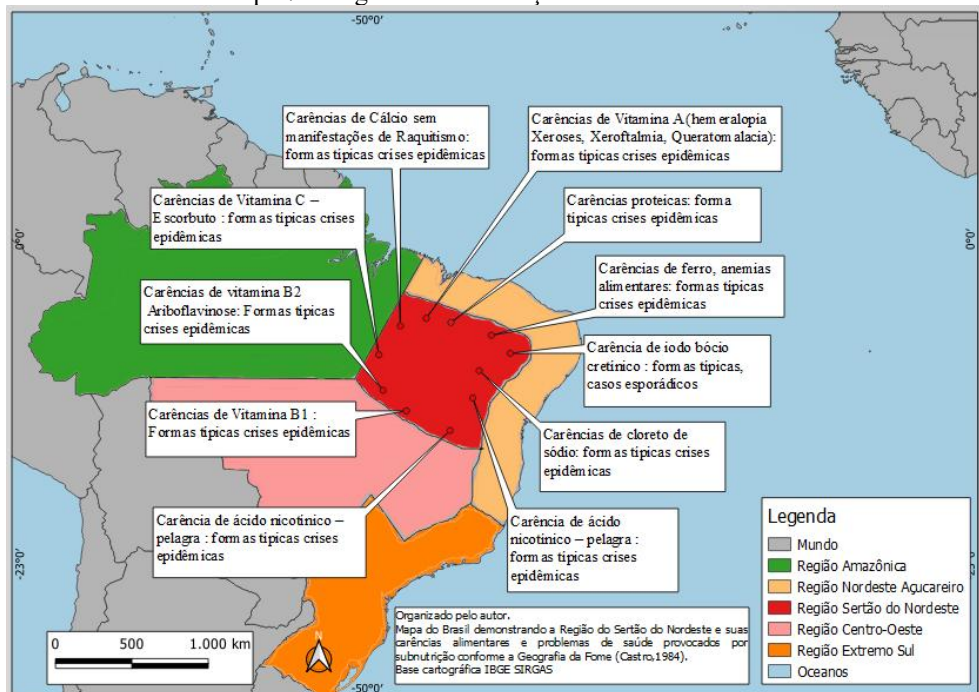
O desenvolvimento econômico do sertão no Nordeste do Brasil na época, ao tempo de Josué de Castro, foi por ele questionado, como algumas das opções para o desenvolvimento da região, a contradição da criação de cabras, que poderia ser prejudicial ao meio ambiente, ao mesmo tempo que poderia trazer benefícios alimentares à população da região.

A situação econômica difícil no sertão restringia atividades econômicas à sobrevivência. O sertanejo precisava se dedicar a uma produção para o seu autoabastecimento, tornando-se ao mesmo tempo vaqueiro e agricultor. Para Castro, enquanto as terras puderam

ser exploradas sem subordinação ao latifundiário, houve equilíbrio. A cozinha sertaneja possuía poucas influências indígenas ou negras, mas havia presença da influência árabe, trazida pelos portugueses.

O sertanejo do nordeste do Brasil, após ter apreendido métodos de cozinha de outro continente, criou uma alimentação sólida e equilibrada a partir dos recursos limitados disponíveis, como a criação de gado e a agricultura. No entanto, a dieta sertaneja era vista com desdém pelos latifundiários canaviais. O mapa 5 dá uma ideia das principais carências alimentares e suas consequências para o povo do sertão nordestino:

Mapa 7 – Região de Subnutrição Sertão do Nordeste



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Castro (1984).

A alimentação do sertanejo tem influências em diversos grupos étnicos, dentre eles, árabes, portugueses e indígenas, e é determinada pelo clima da região e pelas necessidades de sobrevivência. A carne é o alimento principal, com o charque e a carne de sol, sendo os métodos mais comuns de conservação da carne. A criação de galinhas é limitada, o que faz com que os ovos sejam um alimento raro. O clima seco e instável da região impede que sejam cultivadas frutas e outros alimentos de longa maturação. A alimentação do sertanejo é limitada pela falta de recursos e pela necessidade de sobrevivência em curto prazo.

Embora as secas fossem descritas como seguindo ciclos regulares, Josué de Castro destacou o fato de que não havia estudos que comprovassem esta teoria. E a vida do sertanejo estava diretamente ligada e dependente destes fenômenos naturais. As secas desorganizaram

completamente a economia regional e causavam a fome no sertão. Havia diferentes categorias de secas, que variavam em intensidade e consequências. As crises climáticas eram imprevisíveis e surpreendiam não só os habitantes do Nordeste, como também os governantes, que não estavam preparados para enfrentá-las. Castro também destacava os problemas econômicos relacionando-os à escassez de recursos disponíveis e propunha como solução melhor definição de prioridades.

Para Castro, a seca também era a causa das necessidades de emigração, com a fauna abandonando a região em busca de água e o sertanejo ficando à mercê da natureza sem ajuda do Estado. Além disso, a morte dos animais devido à falta de água e alimentos afetava a economia da região. Ou seja, a falta de água significava a perda de alimentos e ameaçava a vida. A fome e a subnutrição foi o resultado da seca persistente, e o sertanejo permanecia sem recursos e com dietas limitadas. Para Castro, a intervenção do Estado era necessária para preservar a vida e a economia da região.

Castro também destacou que as piores secas da história do Nordeste brasileiro foram retratadas por cronistas e médicos que testemunharam as piores penúrias humanas enfrentadas pelos sertanejos durante esses períodos. A seca de 1915, por exemplo, foi retratada na obra de Rachel de Queiroz, “O Quinze”, que mostrou não apenas a miséria orgânica, mas também o que foi chamado de miséria moral, ao qual os sertanejos foram reduzidos durante esse período.

Para Castro, a literatura nordestina teve uma importância cultural e literária relevante para a região. Os livros de José Américo de Almeida e Rachel de Queiroz são exemplos dessa importância. A “valorização” do sertanejo era vista como um reconhecimento da luta pela sobrevivência e foi expressa nas artes e nas tradições rústicas da região. A condição humana do sertanejo esteve sempre ameaçada pelas secas.

Castro destacou as dificuldades encontradas pelo sertanejo ao desbravar novos territórios e encontrarem outros povos. Eram criticados por não mudarem seus hábitos culturais e por isso eram acusados de não quererem se esforçar o suficiente. O sertanejo era conhecido por sua teimosia, mas Castro argumentou que este não era o único fator que levaria à derrota diante da natureza.

Alguns exemplos interessantes são apresentados, incluindo discursos de um deputado e de um presidente de banco, e uma reportagem de jornalistas, todos apontando para a falta de adaptação e preparação para os perigos da Amazônia como causa da morte dos sertanejos.

Para Castro, o sertanejo não tinha condições de gastar energia para pensar ou fazer qualquer outra coisa que não fosse a sua sobrevivência. No entanto, eles sempre tiveram que

encarar preconceitos de natureza moral que não explicavam a derrota do sertanejo diante de outro meio natural. Castro descreve neste trecho um exemplo interessante da situação do sertanejo na floresta:

Depoimentos interessantes a respeito são também o discurso pronunciado pelo Deputado Paulo Sarasate e o informe prestado pelo Sr. Firmo Dutra, então presidente do Banco da Borracha, perante a Comissão de Investigação Parlamentar, e no qual opina ser o desastre desta mortandade oriundo da falta de adaptação racional desta gente jogada sem nenhuma preparação nos perigosos igarapés da Amazônia. Numa reportagem sobre o assunto, dos jornalistas David Nasser e Jean Manzon, lê-se o seguinte: “A guerra terminou. Os cearenses que tinham partido não voltaram. Uns voltarão, talvez, porque, dos 54.000 soldados da borracha — segundo os dados apresentados na Assembleia Nacional Constituinte pelo Deputado Paulo Sarasate — a maior parte dorme à sombra das florestas amazônicas. Morreram longe dos seus, por um sonho de riqueza, pela esperança de melhores dias. O Exército da Borracha ainda hoje moribundo, espalhado, derrotado, faminto e errante, como em terra inimiga, perdido entre as árvores enormes, afogado nos pântanos do deserto verde, definitiva e inapelavelmente vencido. O treme-treme, a terçã maligna, a disenteria amebiana, a fome, a absoluta falta de recursos eram mais fortes que a coragem, a dedicação, a bravura e a teimosia dos homens do Ceará, da Paraíba do Norte, da Bahia e do Rio Grande do Norte.” (Castro, 1984, p. 240).

Em outro trabalho do autor, ele destaca a falta de informações sobre a tuberculose rural no Nordeste, e apresenta dados sobre a mortalidade relacionada à tuberculose em cidades de Pernambuco:

“A Tuberculose Rural e nos Pequenos Centros Urbanos”, apresentado ao 2.º Congresso Nacional de Tuberculose em 1941, trabalho magistral sobre o assunto, seu autor destaca a pobreza de dados informativos acerca da tuberculose rural em quase todos os estados do Nordeste. Apenas Pernambuco e Bahia permitem certa apreciação do problema através dos dados colhidos em algumas de suas áreas. Com os elementos estatísticos de 8 cidades de Pernambuco, 4 da zona da mata e 4 da zona do sertão, obtivemos os seguintes índices de mortalidade nas duas zonas: 212,7 por 100.000 na zona da mata e 161,2 por 100.000 na zona do sertão (o coeficiente na capital do estado é de 268 por 100.000). Nestes altos coeficientes do litoral e da mata estão incluídos os numerosos casos de retirantes que vieram do sertão de corpo aberto para se infestarem nestes grandes focos de infecção, e nos coeficientes do sertão estão outros tantos que, depois de se terem infectado na mata, voltaram com o término da seca para seus ambientes familiares, para aí disseminarem a terrível peste branca. Dos que sobrevivem a estes diferentes males e passam a constituir populações adventícias das cidades do litoral, grande parte fica sempre aguardando as notícias de cima, notícias de que o flagelo passou com a queda das primeiras chuvas, para voltar à sua gleba e recomeçar o seu

destino de predestinados, a lutar sem esperanças de vitória contra o eterno ciclo de calamidades (Castro, 1984, p. 241).

O texto descreve a situação de miséria e fome enfrentada por uma população do Nordeste do Brasil, que passa a depender da pesca de caranguejos e siris e se alimenta de verduras silvestres e ovos de moluscos.

Castro também definiu a fome como a maior tragédia humana. Segundo ele, quando a fome alcança a inanição, pode levar à degradação da personalidade humana, fazendo com que a racionalidade seja inibida e os sujeitos se comportem como animais. Um ambiente permeado pela fome afeta não “apenas” a saúde física, mas também a saúde mental, fazendo com que as pessoas mudem seu comportamento. O sertanejo, por exemplo, destacou Castro, que era visto como uma pessoa com princípios morais elevados, diante da fome, o instinto prevalecia, o que poderia levar à desinibição moral. Mesmo aqueles que antes eram honestos e com princípios morais elevados podiam ser levados a roubar para sobreviver.

A agricultura nessas áreas era primária e sem assistência técnica, o que resultava em rendimentos insuficientes. O Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste, realizado em 1959, discutiu esses assuntos e chegou à conclusão de que era necessário um planejamento para orientar o desenvolvimento econômico da região. Em seguida, é criada a SUDENE, responsável por conduzir e superintender a ação coordenadora do governo. Castro questionou o documento base para a criação da SUDENE. Ele entendia que a pobreza das terras não era o único problema a se considerar e não concordava com o deslocamento de populações como fora proposto.

Castro chamou a atenção para a vida baseada na escassez, do sertanejo, no Nordeste do Brasil, e como a sua criatividade é necessária para sua sobrevivência. Sua dieta é restrita, mas inclui alimentos ricos em minerais e vitaminas que o mantêm forte e saudável.

4.1.4 As conclusões de Josué de Castro acerca da desnutrição e das endemias rurais no Nordeste

Castro apresentou conclusões em um seminário sobre desnutrição e endemias rurais no Nordeste, realizado em 1958, na cidade de Garanhuns, Pernambuco. As conclusões apontaram para a situação econômico-social do Nordeste como a principal responsável pela má alimentação das populações, e que a erradicação das endemias requeriam mudanças nas estruturas econômicas e alimentares. Os programas de saúde pública eram importantes, mas

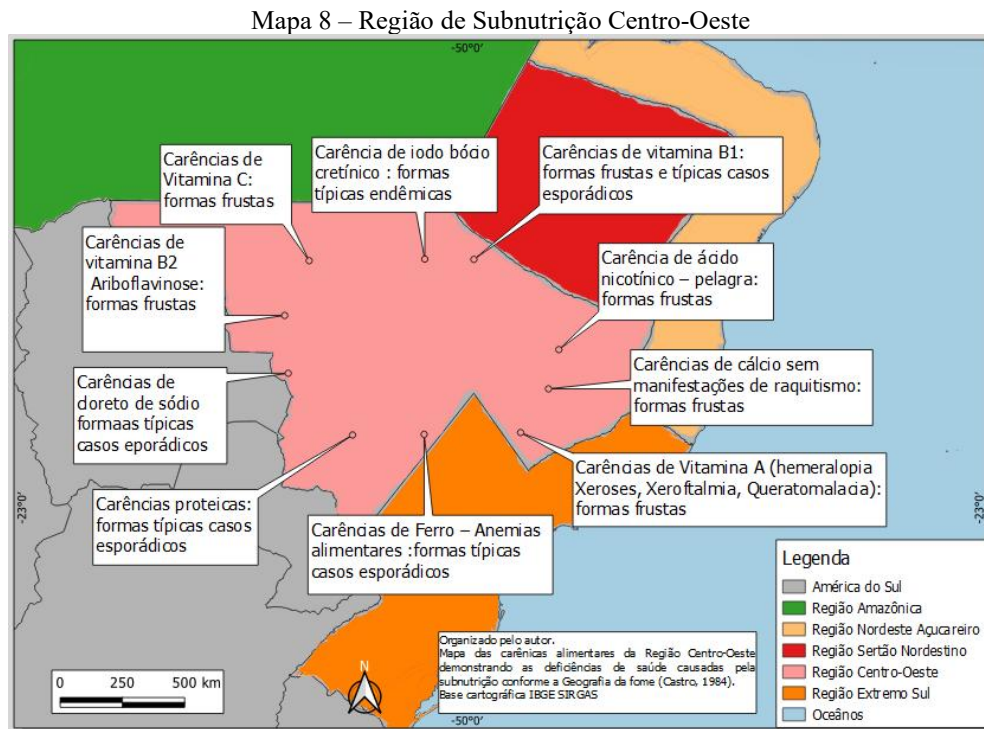
sem mudanças estruturais, não teriam resultados duradouros. O Nordeste precisava se integrar à economia nacional, elevar seus índices de produtividade e melhorar a distribuição da riqueza. A seca era um fenômeno grave, mas não o principal fator da situação econômica do Nordeste. A subcapitalização, o subemprego e a má distribuição da propriedade agrícola são obstáculos para o desenvolvimento da região. A monocultura de cana-de-açúcar, apesar de gerar riquezas, contribuiu negativamente para o desequilíbrio social e alimentar das populações. Projetos de emergência só atendiam a situações transitórias e não tinham resultados permanentes. A indústria e a agricultura no Nordeste precisavam ser organizadas e obter ajuda financeira para a criação de empregos e melhoria da produção.

4.1.5 Regiões de subnutrição Centro-Oeste e Extremo Sul

Josué de Castro faz uma abordagem em conjunto das regiões do Centro-Oeste e do Extremo Sul, por entender que são áreas de subnutrição transitórias, fazendo uma análise alimentar menos aprofundada do que as áreas anteriores, uma vez que a problemática da fome na Amazônia, no Nordeste Açucareiro e no sertão do nordeste são de tal monta que mereceram um estudo mais aprofundado. Nas palavras de Castro:

Assim completaremos a análise do mapa alimentar do Brasil, com suas áreas de fome, estudadas mais a fundo, e as suas áreas de subnutrição delineadas como zonas de transição entre as nossas e as outras áreas de fome que se apresentam no continente sul-americano – o planalto boliviano, o chaco, o deserto chileno, as terras subandinas da Argentina, a Amazônia peruana, colombiana e venezuelana, cujo estudo abordaremos no nosso livro *Geopolítica da fome* (Castro, 1984, p. 265).

Sobre a alimentação na região Centro-Oeste do Brasil, ele observa que a base alimentar é o milho, combinado com outros elementos, e que é uma região de produção significativa de milho e criação de gado. Apesar disso, a qualidade nutricional da alimentação é inferior à do nordeste, mas é compensada por uma alimentação mais diversificada com vegetais verdes e frutas. O consumo de leite é relativamente baixo devido à sua venda para as indústrias de laticínios. Além disso, há altas quantidades de calorias no regime alimentar, o que leva à obesidade e a diabetes. A análise de Castro mostra que a quantidade de alimentos consumidos na região não garante uma boa qualidade nutricional. Podemos aqui observar no Mapa 6, que a Região Centro-Oeste foi afetada pela subnutrição:



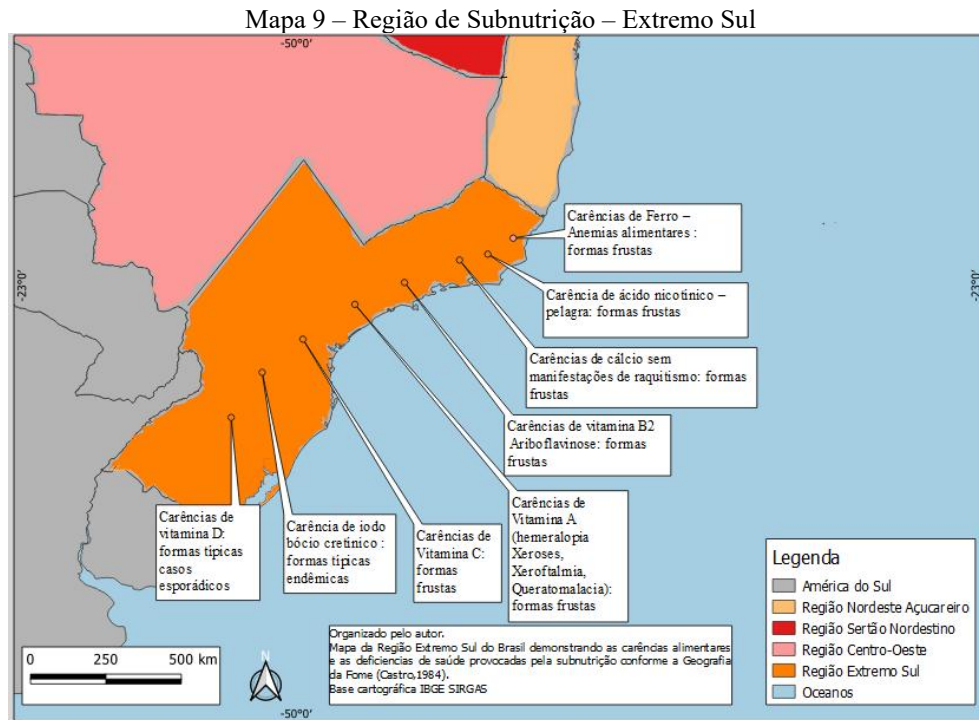
Fonte: Elaborado pelo autor com base em Castro (1984).

Castro trouxe em sua obra o debate sobre o bócio ser uma doença causada pela falta de iodo na alimentação. Vários estudos da época realizados em diferentes partes do mundo chegaram à conclusão de que o bócio é uma doença de carência resultante da ingestão ou uso inadequado do iodo alimentar. O iodo é importante para o funcionamento da tireoide e sua deficiência resultaria em bócio. Josué de Castro destacou a importância do cientista francês Chatin, que foi o primeiro a afirmar que a falta de iodo era a causa fundamental do bócio endêmico e que a medicação iodada era a única terapia específica para esta doença. No entanto, seus estudos foram criticados porque na época a bacteriologia era a ciência dominante e a teoria microbiana do bócio era amplamente aceita. Posteriormente, a falta de iodo passou a ser amplamente reconhecida como uma causa importante de várias doenças, incluindo o bócio, e, segundo Castro, políticas públicas precisavam ser implementadas para suprir esta carência. Além disso, a doença de Chagas também era uma doença cuja causa se desconfiava advir do bócio devido à falta de iodo na alimentação.

Josué de Castro argumentou que o desenvolvimento dos transportes melhorou o escoamento, o abastecimento e o povoamento das regiões, mas criticou a construção de Brasília, que, para ele, parecia estar baseada na moral da política em vez de uma análise econômica mais cuidadosa. Mas Castro destacou a diversidade cultural e alimentar que foi trazida a Brasília pelos fluxos migratórios e apontou para a existência de carências

alimentares, mesmo nas regiões mais alimentadas do país. De acordo com Castro, profissionais médicos afirmavam que a incidência de carências proteicas eram causadas pelo surto de industrialização e o aumento da população urbana.

Podemos verificar no Mapa 7 da Região Extremo Sul, que mesmo considerada a mais desenvolvida do país, a fome e a subnutrição também trouxeram consequências para a região.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Castro (1984).

De acordo com Castro, o Brasil foi um dos países com mais fome no mundo e ele justificava a falta de dados estatísticos no seu livro “Geografia da Fome”, pois pretendia fazer estudos de caráter mais qualitativo do que quantitativo. Ele apresentava como exemplo disso, a conferência de Joseph Klatzmann sobre as “armadilhas da estatística” e como elas poderiam ser usadas para enganar as pessoas.

Castro também apresentou uma visão crítica do consumo de alimentos no Brasil em comparação com outros países. Segundo ele, o consumo de carne, leite, queijo, manteiga, frutas e verduras per capita eram muito baixos no país, ou seja, insuficiente. Ele apontou que, mesmo com o avanço econômico do país, a fome ainda era uma realidade alarmante. Castro reconhecia que houve uma atenuação da fome, mas afirmava que a situação ainda era preocupante, e que a tomada de consciência sobre os princípios de higiene alimentar e os debates sobre este assunto eram necessários para mudar esta realidade. Destaca ainda que os surtos de industrialização agravaram a situação alimentar no país e que era preciso fazer mais

esforços concretos para melhorá-la.

Josué de Castro criticou também a métrica de renda per capita como medida do desenvolvimento econômico e afirmou que eles não refletiam as diferenças reais de renda entre os diferentes grupos sociais. Argumentou que a industrialização no Brasil seguiu o padrão da economia colonial, enriquecendo apenas aqueles que já eram ricos e desconsiderou os interesses da maioria da população. Castro destacou a necessidade de uma industrialização equilibrada entre as regiões, já que a região sul era industrializada, enquanto as regiões norte e nordeste permaneciam agrícolas. Criticou o baixo índice de produtividade agrícola no Brasil, comparado a outros países, como os EUA, e destacou isso como um fator que limitava o ritmo de industrialização. Além disso, ele apontou que os salários pagos aos trabalhadores industriais advinham da renda da agricultura, o que contribuía para o atraso da economia agrícola.

Castro foi crítico à resolução de problemas econômicos atribuídos a um mercado livre, e pregava as vantagens da planificação econômica para equilibrar as desigualdades regionais. Além disso, criticou a industrialização, por si só como forma de reformar a economia agrária, argumentando que era uma ação necessária, mas não suficiente. Ele também apontou para o aumento da produção agropecuária, alertando que não era suficiente para acompanhar o crescimento econômico brasileiro e que, portanto, a inflação ascendente para os produtos essenciais à alimentação do período prejudicaria o rendimento dos trabalhadores. Destacou, dessa forma, a dificuldade do proletariado urbano em adquirir alimentos, como o leite, e a necessidade de produtividade agrícola em escala industrial.

Por fim, é importante destacar que ele afirmava que o desenvolvimento econômico era a única solução para tirar o povo do que ele chamou de escravidão e que o nacionalismo deveria ser priorizado nos planos do desenvolvimento nacional. Considerando que espaços não ficam vazios, podemos perceber que, o Estado, ao diminuir sua participação no atendimento às classes exploradas posiciona-se, por consequência, mais ainda, à disposição das classes exploradoras (Marx; Engels, 2005, p. 83-125). O Estado brasileiro esteve, neste caso, sob o controle político dos detentores dos meios de produção e sob forte influência também de Estados estrangeiros e do imperialismo (Lênine, 2000).

4.2 A REALIDADE QUE SE IMPÕE NEM SEMPRE É BEM PERCEBIDA A OLHO NU

As conclusões de Josué de Castro sobre os problemas brasileiros da sua época, que

prejudicaram o desenvolvimento do país e/ou causaram fome, desnutrição e miséria à maioria da população são necessárias, mas também necessitam de um detalhamento e aprofundamento.

A industrialização foi caracterizada por Josué de Castro de uma forma preocupante, posto que, a indústria, segundo Castro, é objeto também de desigualdade. Porquanto as populações rurais tornarem-se mais pobres e com menor capacidade de produção de alimentos, cedo ou tarde, a industrialização descontrolada poderia trazer problemas até mesmo aos povos das cidades, visto que o abastecimento alimentar poderia ser ainda mais comprometido.

Não obstante, a indústria é a forma mais efetiva de garantir a produtividade para todos os produtos necessários para viver, sejam eles muito essenciais, como os produtos destinados a alimentação, ou coisas que não sejam de primeira necessidade, mas satisfazem necessidades humanas nos mais diferentes níveis⁵⁶.

O aumento da população concentrada em cidades também assusta e traz uma percepção aparente de que não será possível alimentar tantas pessoas. A visão hegemônica ligada à economia *mainstream*, e, portanto, amplamente divulgada na sociedade de que os recursos disponíveis são escassos e limitados e as mudanças ambientais muito rápidas que ocorrem nos territórios industrializados e nos espaços onde as pessoas vivem, ajudam na percepção catastrófica da indústria.

Esta percepção do caráter da indústria no mundo contemporâneo não é novidade e não é exclusividade brasileira. As primeiras indústrias da Inglaterra foram responsabilizadas pela miséria humana⁵⁷.

Milton Santos também criticou os impactos ambientais e sociais que a industrialização e os mercados globalizados provocaram ao explorar indiscriminadamente os recursos naturais e a degradação ambiental (Santos, 2001). Outros autores também fizeram análises ao longo do século XX e XXI, destacando diversos aspectos negativos do avanço da sociedade industrializada. Como exemplos de destaque, temos David Harvey que em obras como “O Enigma do Capital e as crises do Capitalismo” (Harvey, 2011) e também “A Produção Capitalista do Espaço” (Harvey, 2005) , trazem os efeitos da industrialização nas desigualdades sociais, bem como na organização do espaço e na degradação ambiental.

⁵⁶ “O crescimento de qualquer economia se faz pela expansão de suas ‘indústrias’, ou atividades ‘tardias’, em um perpétuo esforço para ajustar a estrutura da oferta e da demanda. Em uma economia capitalista, tal expansão pressupõe investimentos, ou seja, gastos que não correspondem à criação imediata de nenhum bem de consumo. Mesmo assim, esses gastos criam poder de compra que serve para aquisição de bens de consumo” (Rangel, 2012, p. 49).

⁵⁷ Os Ludistas eram trabalhadores da indústria têxtil inglesa que entre os anos de 1811 e 1816 destruíam as máquinas têxteis de várias regiões da Inglaterra, principalmente nas regiões de *Nottinghamshire*, *Yorkshire* e *Lancashire*. Eles atribuíam à perda dos empregos, a redução dos salários e o deterioramento das condições de vida (Hobsbawm, 2012).

O geógrafo Neil Smith também trouxe à tona as desigualdades decorrentes da industrialização e os efeitos da urbanização nos diferentes grupos sociais. Sua obra “Desenvolvimento Desigual” (Smith, 1988) traz esses aspectos negativos provocados pelo mundo industrializado. Doreen Massey também trouxe aos olhares mais críticos os efeitos provocados no espaço e na sociedade industrializada, na obra “Pelo Espaço, uma nova política da Espacialidade” (Massey, 2008). Foram obras que puseram olhares críticos radicais ao mundo industrializado. Podemos citar também Edward Soja, que contribuiu para a geografia norte-americana na discussão do desenvolvimento industrial e do desenvolvimento das cidades urbanizadas em sua obra “Geografias Pós-modernas: A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica” (Soja, 1993). Estes são apenas alguns exemplos de autores de destaque, renomados pesquisadores, que corroboram de uma forma ou de outra, com o ceticismo presente no mundo contemporâneo em relação ao desenvolvimento da indústria, da tecnologia e da vida urbana. É provável que o olhar crítico, “marxista ocidentalizado”⁵⁸ ao capitalismo seja um fator que influencie nesta visão⁵⁹.

Josué de Castro aponta o silêncio constrangedor também das ciências que não mostraram a realidade e calaram, quando regimes fascistas e nazistas impuseram uma propaganda que ocultava a fome, bradando para uma prosperidade inexistente. Para ele, as técnicas e as ciências foram “humilhadas” por estes regimes políticos e foi a admissão da incapacidade do desenvolvimento da técnica e da ciência na melhoria das condições de vida humana, como podemos observar nesta passagem do prefácio do autor na sua obra “Geografia da Fome” de 1946:

Também os governos nazistas que se haviam apoderado do poder em vários países e de cuja política fazia parte obrigatória a propaganda intempestiva de prosperidades inexistentes, não podiam ver com bons olhos quaisquer tentativas que viessem mostrar, às claras, aos outros países, em que extensão a fome participava dos destinos de seus povos. A própria ciência e a técnica

⁵⁸ Domênico Losurdo em sua obra: “Fuga da História? A Revolução Russa e a Revolução Chinesa Vistas de Hoje”, fez um balanço destas revoluções e uma análise da postura do que ele chamou de marxistas ocidentais, destacando o que ele define como: “autofobia” destes marxistas por seus olhares vacilantes e ocidentalizados acerca das lutas anticolonialistas e anti-imperialistas do século XX (Losurdo, 2004).

⁵⁹ No capitalismo, o desenvolvimento das forças produtivas, como foi explicitado por K. Marx, na segunda metade do século XIX, traz a industrialização como consequência da materialidade histórica e dialética. A divisão social do trabalho, também na indústria, é feita, em termos políticos e em termos mais gerais, entre proletários e burgueses. Estas são relações sociais de produção que se dão entre classes sociais que são antagônicas e contraditórias. O burguês é o capitalista e o dono dos meios de produção e, portanto, necessita explorar mais e mais a força de trabalho do proletário. Este entendimento é um grande avanço em relação ao entendimento Ludista que atribuía às máquinas a razão de todas as mazelas do mundo industrial. No entanto, a visão da indústria ainda ficou muito marcada como *locus* que serve apenas para a exploração e fonte das mazelas humanas da contemporaneidade.

ocidentais, envaidecidas por suas brilhantes conquistas materiais, no domínio das forças da natureza, se sentiram humilhadas, confessando abertamente o seu quase absoluto fracasso em melhorar as condições de vida humana do planeta, e com o seu reticente silêncio sobre o assunto faziam-se, consciente ou inconscientemente, cúmplices dos interesses políticos que procuravam ocultar a verdadeira situação de enormes massas humanas envolvidas em caráter permanente no círculo de ferro da fome (Castro, 1984, p. 32).

Existe aí um aparente trauma das guerras mundiais e suas conseqüências. O uso da tecnologia mais avançada aplicada às grandes destruições e à enorme perda de vidas humanas trouxeram questionamentos sobre o uso das tecnologias e da indústria.

4.3 FOME, CRESCIMENTO E O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL⁶⁰

Podemos perceber no mapa 10 do Brasil atual que a fome não foi erradicada, apesar de todas as mudanças ocorridas no país. Não faltaram inovações institucionais promovidas pelo Estado, no sentido de amenizar, controlar e até erradicar totalmente a fome no país. Mas por que isso não ocorreu? Será que optamos pelo aço em detrimento do pão, como temia Josué de Castro? Ou existem outros fatores a se considerar? Será que devemos escolher entre o aço ou o pão?

Mapa 10 – Regiões Brasileiras e seus problemas de insegurança alimentar no início da década de 1920 do século XXI

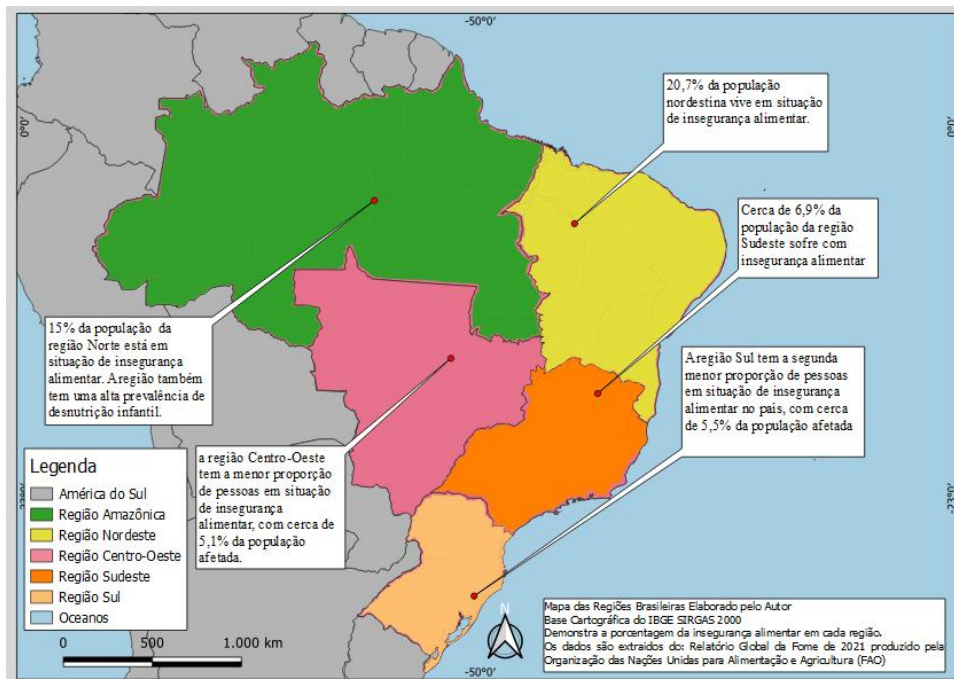
⁶⁰ A industrialização na agricultura é vista por vários autores e pensadores como potencialmente positiva para o desenvolvimento brasileiro:

Celso Furtado defendeu a industrialização na Agricultura como forma de contribuir com o desenvolvimento econômico do país com a modernização e a adoção de técnicas mais avançadas na agricultura, melhorando as condições de trabalho, a produtividade e impulsionando o crescimento do setor.

Ignácio Rangel defendeu a industrialização agrícola como forma de promover a produtividade através do incremento tecnológico e da modernização do setor. O investimento na ciência e nas pesquisas agrícolas poderia proporcionar desenvolvimento com a incorporação de tecnologias e técnicas mais eficientes proporcionando maior produtividade e melhores condições de vida aos trabalhadores deste setor.

José Graziano da Silva também enfatizou a importância de modernizar e incorporar técnicas modernas na agricultura para aumentar a produtividade na produção de alimentos, argumentando que a industrialização na agricultura para reduzir a pobreza e para o desenvolvimento sustentável.

João Pedro Stédile acredita que a industrialização pode ajudar a superar a concentração de terras e a dependência do agronegócio. Ele defende a agricultura familiar e a agroindústria como formas de garantir soberania alimentar e promover a justiça social no campo.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE SIRGAS 2000 e relatório global da fome 2021.

As transformações no Brasil, a partir dos anos de 1930, foram muito intensas, pois aconteceram no bojo da industrialização acelerada e das políticas desenvolvimentistas. O crescimento econômico brasileiro acelerou-se. Esta dinâmica de desenvolvimento mudou a partir dos anos de 1980, principalmente nos anos de 1990.

Entre os anos de 1930 e 1980, a base industrial brasileira se diversificou em setores têxteis, siderúrgicos, químicos e petroquímicos, automobilísticos, de bens de consumo durável, e cresceu significativamente. A criação de grandes empresas nacionais contribuiu com o crescimento e o desenvolvimento do país.

A maior capacidade de oferta de produtos, de bens e de serviços, trouxe crescimento econômico, aumento da renda da população, empregos e conseqüentemente uma economia de mercado crescente, juntamente a uma dinâmica que avançava para o desenvolvimento do país. Ao final dos anos de 1970, todas as etapas da Revolução Industrial estavam completadas no Brasil.

Portanto, no país, houve a melhoria da qualidade de vida da população por conta do maior desenvolvimento industrial e do aumento da economia de mercado, o que tirou o peso da economia natural na economia brasileira, de modo que a produtividade trazida pela indústria pode deixar o país capaz de produzir os bens necessários à vida das pessoas, com produtividade suficiente para atender às suas necessidades.

No entanto, a desigualdade social no Brasil apresentou um quadro complexo e

contraditório. Apesar das transformações estruturais na economia e na sociedade que ocorreram de modo significativo, mantiveram-se desigualdades persistentes, que não se efetivaram de forma homogênea. Destacam-se algumas contradições persistentes durante a dinâmica industrializante:

- a) Concentração de renda: a industrialização, por si só, melhora a vida das pessoas, mas não resolve a concentração de renda.
- b) Agricultura: a concentração fundiária e o acesso à terra restrito, o pouco acesso a recursos que implementam a produtividade e a manutenção de uma população rural em condições de vulnerabilidade.
- c) Serviços Básicos: os avanços no desenvolvimento econômico abrem os complexos rural e urbano, mas não na totalidade, e o país, portanto, convive com uma população muito grande dependente da economia natural, vivendo precariamente e inapta para uma maior contribuição ao crescimento e o desenvolvimento do país por falta de acesso suficiente à economia de mercado.

No que diz respeito à soberania alimentar, o Brasil conseguiu, com a industrialização, transformações significativas na produção de alimentos, com o incremento da produtividade do setor agroindustrial. A modernização na agricultura foi capaz de trazer novas tecnologias, máquinas e técnicas de produção, capazes de melhorar significativamente a produtividade da produção de alimentos.

Os investimentos e as inovações na agricultura foram acelerados a partir da década de 1950, com os avanços no processamento e na transformação dos produtos agrícolas, permitindo, desta forma, um aproveitamento das matérias-primas para o processamento dos alimentos através da indústria, que se tornaram capazes de produzir carnes, derivados do leite, óleos vegetais, dentre outros.

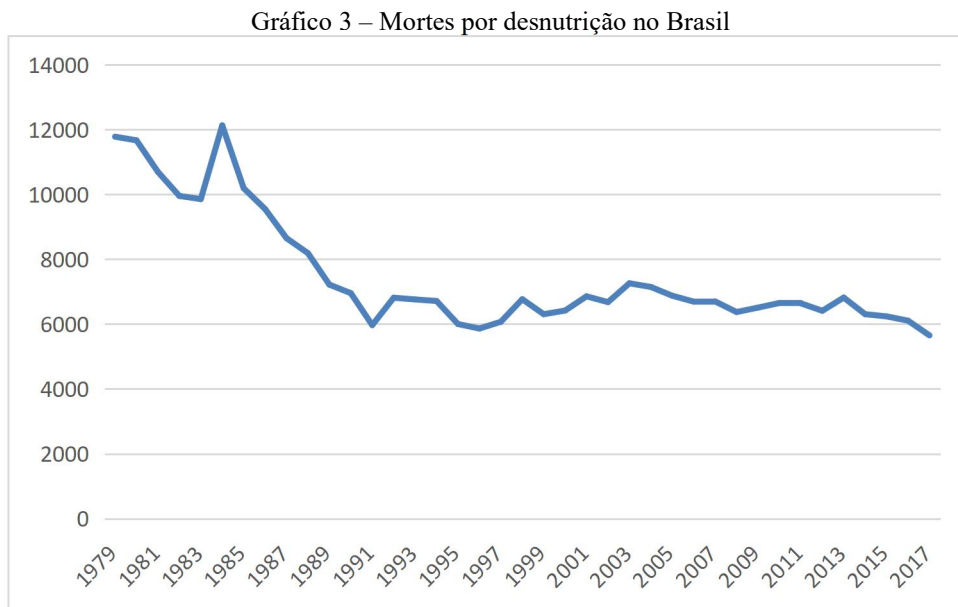
Dessa forma, com a industrialização adicionada à produção de alimentos, a produtividade pode ser incrementada, a economia de mercado se expandiu pela produção em larga escala, aumentou-se na agricultura a eficiência e a redução de perdas pós-colheita, o que contribuiu sobremaneira na possibilidade da segurança e da soberania alimentar, a disposição do povo brasileiro.

A agroindústria possibilitou a redução de incertezas relacionadas à sazonalidade climática e também adicionou valor agregado aos produtos agrícolas, possibilitando a geração de empregos na cadeia produtiva e a consequente geração de renda através de empregos adicionados ao mercado de trabalho.

A dinâmica do desenvolvimento trouxe desequilíbrios, como a necessidade de insumos como fertilizante e agrotóxicos, que necessitavam de importação, e por isso era um dos fatores de dependência econômica

4.4 A INDUSTRIALIZAÇÃO RESOLVEU O PROBLEMA DA FOME?

Os índices de fome no Brasil estavam em patamares muito elevados até os anos de 1980. Entretanto, podemos ver pelos números no gráfico a seguir que esses índices começaram a cair nesta década até o início dos anos de 1990. A situação de subnutrição foi amenizada e as mortes foram diminuídas, como podemos ver no gráfico abaixo:



Fonte: Datasus.

O Brasil, pós-1980, está plenamente inserido no capitalismo mundial e o modo de vida urbana prevalece.

Quando Lênin escreveu “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”, procurou analisar a transição do feudalismo para o capitalismo naquele país, abordando a questão agrária neste processo.

Lênin reconhece a importância da pequena produção camponesa, no entanto, a considerava uma forma pré-capitalista de produção, caracterizada pela propriedade privada e familiar dos meios de produção. Dessa forma, não há condições materiais para satisfazer as necessidades da economia capitalista na predominância da agricultura deste tipo.

Lênin considera que a agricultura camponesa é importante para os países que ainda

não conseguiram se desenvolver. Deve ser considerada uma condição de produzir alimentos em caráter emergencial, onde predomina a fome e não há alternativas materiais colocadas.

Lênin traz uma série de dados acerca do desenvolvimento da agricultura nos Estados Unidos da América, que, no final do século XIX, já era desenvolvida e onde o capitalismo já estava aplicado à agricultura, com produtividade industrial e, portanto, capaz de garantir a produção de alimentos na produção indireta na economia de mercado.

Lênin procura pesquisar os EUA como um paradigma capitalista e conclui em seus estudos que a industrialização da agricultura é a forma de trazer produtividade e eficiência, devido ao incremento de máquinas, tecnologias e métodos científicos. A agricultura industrializada é, segundo Lênin, a forma mais avançada de produção, capaz de proporcionar crescimento econômico e melhorar as condições de vida da população por meio do incremento de produtividade.

Ele também procurou destacar que a transição da agricultura familiar ou camponesa para a grande agricultura industrial não ocorre de forma natural e automática. Existem muitos desafios e contradições nesta dinâmica, e, nesse sentido, Lênin também colocava como muito relevante a participação do Estado liderando essa transição, a fim de minimizar os efeitos negativos aos camponeses no deslocamento geográfico forçado e nas condições de exploração.

Na apresentação da versão em português do livro “Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América” (Lênin, 1980), de Wladimir Pomar, ele cita a situação da agricultura brasileira em relação à agricultura estadunidense, ressaltando justamente que os EUA se destacam por ter um agricultura desenvolvida em termos capitalistas e industrializados, superando os entraves feudais. Nas palavras de Pomar:

Se nos EUA, 24% dos agricultores eram parceiros “explorados a maneira feudal ou semifeudal pelos antigos donos de escravos, com muito mais razão se pode falar de uma “exploração a maneira feudal ou semifeudal” dos agregados ou parceiros brasileiros que representavam, até a alguns anos, bem mais de 50% do total de agricultores. Em 1900, enquanto nos EUA existia uma região industrializada em alto grau e aquele país já era o mais avançado do ponto de vista capitalista, com a indústria determinando a intensificação da agricultura, no Brasil, a industrialização mal começara e o avanço capitalista estava subordinado, em grande medida aos interesses do nascente imperialismo (Lênin, 1980, p. 8).

Vemos aqui neste trecho da análise, que a industrialização é um fator determinante para conduzir o avanço no desenvolvimento do país, inclusive na agricultura.

O Brasil tornou-se (como ficou claro com os números de crescimento econômico entre

os anos de 1930 e 1980) não apenas um paradigma desenvolvimentista, mas também um exemplo de como o latifúndio pode retardar o desenvolvimento. No entanto, é possível crescer economicamente apesar dele. Ainda na análise de Wladimir Pomar acerca da obra de Lênin, podemos observar esta constatação:

Assim, para Lênin, as relações semifeudais são um entrave ao maior emprego da mão-de-obra assalariada, freando o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Isto não significa, porém que impeçam tal desenvolvimento. O capitalismo não só se desenvolve independentemente das formas de propriedade (e, portanto, das relações de produção) que encontra na agricultura, como subordina tais formas ao domínio. O capitalismo aproveita-se dessas formas, manifestando-se então seu desenvolvimento de diversos modos particulares que dependem das condições específicas de cada país ou região. Ora se traduz no aumento das dimensões dos estabelecimentos ou mesmo dos latifúndios, ora no aumento do número de estabelecimentos e declínio dos latifúndios (Lênin, 1980, p. 9).

Portanto, podemos observar que, em um país com farta disposição de terras, o desenvolvimento agrícola é subaproveitado diante das possibilidades de incrementar a produção, com o aumento de produtividade através da tecnologia aplicada na industrialização. Portanto, necessita de menos terras disponíveis, mas ainda assim, diante das condições brasileiras, é possível desenvolver-se sob condições de latifúndio.

Entretanto, fica claro na obra de Lênin, e Wladimir Pomar observa isso em sua introdução, que a necessidade de vencer o latifúndio é uma premissa para o amplo desenvolvimento da sociedade, para a formação de um proletariado e para o desenvolvimento da luta de classes, ao mesmo tempo que significa desenvolver o capitalismo. Pomar exemplifica essa questão:

Neste sentido, muitos dos críticos da tese de existência de sobrevivências semifeudais têm razão quando afirmam e denunciam que ela serviu, durante muito tempo, no passado como ainda hoje, para evitar qualquer ataque ao capitalismo e a burguesia brasileira, para evitar que fosse compreendida a necessidade de superação do próprio capitalismo como sistema. Uma corrente ponderável, de caráter reformista-burguês, não entende a luta pela extinção das relações pré-capitalistas como uma luta pelo deslindamento e aprofundamento da luta de classes entre o proletariado e a burguesia, porém como uma luta pelo capitalismo (Lênin, 1980, p. 10).

Começa a fazer sentido as afirmações de Ignácio Rangel no sentido de apontar para a necessidade de avançar na dinâmica da industrialização, na superação dos complexos rurais e urbanos, e de, cada vez mais, trazer os trabalhadores para o centro da economia indireta ou

economia de mercado. Para além do entrave produtivo que compromete as divisas do país (o que é importante) a economia natural entrava as possibilidades de se conseguir qualidade de vida. A luta pela qualidade de vida está no espectro da luta de classes. A luta por superar as formas pré-capitalistas de produção está neste contexto. E, portanto, o desenvolvimento do capitalismo se faz necessário.

Nessa questão, Rangel também corroborou com essa análise, acrescentando que todos os ramos da ciência devem avançar tecnologicamente e, de certa forma, industrializar-se, sendo que na agricultura existe uma tendência a estar no último lugar desse desenvolvimento. Retomando Rangel, podemos observar essa necessidade e a dificuldade de industrializar a agricultura nesta passagem:

As atividades não são irradiadas para fora do complexo rural ao mesmo tempo. A ordem do processo de especialização nada tem de acidental, uma vez que está rigorosamente condicionada aos progressos da técnica e estes, por sua vez, que está rigorosamente condicionada aos progressos da técnica e estes, por sua vez, dependem da ordem em que desenvolvem as ciências na natureza: primeiro a mecânica, depois a física, a química, a biologia. Cada novo passo se apoia no anterior e o pressupõe. Assim se explica que a agricultura propriamente dita e a pecuária sejam as atividades predominantes da população rural. É que, sendo atividades consistem no comando pelo homem de processos biológicos, são, naturalmente, as últimas a sofrer o impacto do progresso técnico e, em consequência, seus processos de produção permanecem empíricos e rotineiros por mais tempo que os demais. Por isso também ficam entregues a parte atrasada da população (Rangel, 2012, p. 158).

As dificuldades para modernizar a agricultura ficam ainda mais exacerbadas quando somamos a todas as restrições para o avanço das técnicas, como aqui citadas por Rangel, os entraves políticos e ideológicos trazidos por uma “burguesia latifundiária” e pelas travas ideológicas e idealistas daqueles que se opõem à industrialização sob o pretexto de preservar a vida, o meio ambiente e evitar a exploração capitalista do homem pelo homem. A defesa da agricultura familiar aparece como uma atualização dos pensamentos de Josué de Castro, no seu diagnóstico moral do desenvolvimento da economia brasileira. Nesse pensamento “linear”, aparece a defesa pela agricultura familiar como uma luta contra o latifúndio e uma luta contra o capitalismo. O problema está na impossibilidade de superar o capitalismo, mas manter o país em relações pré-capitalistas.

Quando Losurdo (2004) escreveu sobre uma “autofobia” dos marxistas ocidentais, referia-se mais especificamente à tendência deles em rejeitar e renegar certos aspectos da tradição marxista, ou pelas ideias dominantes do mundo ocidental ou pela visão crítica do

movimento comunista.

Este “ocidentalismo” parece estar também presente quando olhamos mais de perto as controvérsias em torno da necessidade de industrialização dos países. São vários os argumentos contra a indústria, que incluem desde a degradação ambiental, como a problemática urbana causada pelo processo de urbanização, consequência da maior industrialização. Desconsiderando também as contradições entre o campo e a cidade, com visões que vão desde o olhar idílico do campo até uma perspectiva pessimista da agricultura industrializada, que seria inapta para garantir a alimentação ao povo. E mesmo aqueles que admitem ser possível ter produtividade com a industrialização da agricultura, muitas vezes fazem oposição ao desenvolvimento industrial no campo por sua suposta “artificialidade” que foge da cultura “natural” e, portanto, estaria cheia de subterfúgios “não naturais” como os agrotóxicos, sementes manipuladas geneticamente, plantas híbridas etc.

Esta complexidade proveniente do desenvolvimento das forças produtivas materiais forçam o surgimento de institucionalidades novas. A estrutura social do mundo do capital necessita se adequar a esta nova realidade que surge com o modo de produção capitalista cada vez mais predominante. As disputas superestruturais são fundamentais na definição do quinhão que caberá aos trabalhadores neste mundo livre, onde se é possível, na economia de mercado, estabelecer quais os rumos e os limites à exploração.

4.4.1 Quais as inovações institucionais que possibilitaram um salto de qualidade na vida da população brasileira?

Após os anos de 1930, e mesmo durante o período de Guerra Mundial, o Brasil se desenvolvia e trazia em seu bojo as transformações institucionais que começavam a se adequar à nova realidade de um país que estava se modernizando rapidamente, tornando-se cada vez mais urbano e industrializado.

Assim, foi criado o IBGE em 1936, que tinha o objetivo de coletar informações e fornecer dados estatísticos e geográficos a respeito da realidade brasileira. Ele cumpria um papel relevante e fundamental para efetuar os planejamentos necessários ao desenvolvimento do país.

No ano de 1941, foi fundada a CSN, uma das primeiras estatais do Brasil que desempenhou um papel fundamental para o desenvolvimento da economia nacional, uma vez que começava a impulsionar a siderurgia brasileira, fornecendo matéria-prima fundamental à

indústria nacional.

Também, em 1941, foi implementado, no Brasil, o PSR, cujo objetivo foi combater a fome e a miséria no meio rural, oferecendo assistência técnica e crédito agrícola, bem como a distribuição de sementes, insumos e educação rural, auxiliando a promover a agricultura familiar.

A criação da Fundação SESP, em 1942, foi uma importante inovação que procurou promover saúde pública a toda a população através do combate às doenças endêmicas. Esta Fundação estabeleceu políticas de saneamento básico, assistência médica e vacinação em massa, além de programas de educação em saúde, no intuito de garantir melhores condições de saúde aos trabalhadores brasileiros.

Em 1943, foi instalada a CLT, que desempenhou um papel fundamental ao direito dos trabalhadores, ao trabalho considerado digno, através de leis que visavam garantir jornadas de trabalho apropriadas à capacidade física dos trabalhadores, assim como um conjunto de regras para estabelecer relações de trabalho mais “justas”, regulando as relações entre os trabalhadores e os empregadores, além de outros aspectos.

A implantação da SUMOC em 1945 foi de suma importância. Essa instituição era responsável por regular o sistema financeiro, a emissão de moeda e garantir a estabilidade econômica do país. Posteriormente, em 1964, a SUMOC foi substituída pelo Banco Central do Brasil.

A Petrobrás, criada em 1953, desempenhou um papel fundamental para toda a economia brasileira. Foi uma estatal criada para garantir a exploração, a produção e a distribuição do petróleo e seus derivados em todo o território nacional. Foi uma iniciativa que objetivava garantir o controle da nação brasileira sobre todos os recursos energéticos e impulsionar o desenvolvimento da cadeia do petróleo.

Essas foram algumas das principais inovações institucionais brasileiras que ajudaram a solidificar o desenvolvimento econômico do capital e do trabalho. Contudo, outras inovações institucionais mais específicas para o combate à fome e à miséria do país foram criadas.

A necessidade de criar um mercado interno, gerar empregos e desenvolver os setores produtivos nacionais, levou o Brasil a iniciar uma política de substituição de importações entre os anos de 1930 e 1950, e assim foram incentivadas a industrialização nacional com o intuito de diminuir a dependência externa. Dessa forma, com a criação de uma indústria nacional, foi impulsionada a geração de empregos, a diminuição da miséria e a promoção da melhoria da qualidade de vida da classe trabalhadora.

A criação de instituições financeiras de fomento, como o BNDE, que mais tarde se tornou BNDES, foi fundamental para fornecer crédito em longo prazo para investimentos nos setores estratégicos, como agricultura, indústria e infraestrutura. Dessa forma, também aumentou a oferta de empregos e impulsionou-se o crescimento econômico e o desenvolvimento nacional.

As políticas de incentivos fiscais e subsídios, que incluíam benefícios como isenção ou redução de impostos, créditos subsidiados e apoio financeiros para projetos agrícolas ou industriais, estimularam os investimentos privados, sobretudo a áreas ligadas à alimentação e ao combate à miséria.

O governo brasileiro passou a estabelecer parcerias com o setor privado, objetivando estimular a implementação de programas e ações voltadas ao combate à subnutrição e à pobreza. Essas parcerias envolviam a participação de empresas privadas no financiamento, gestão e execução e gestão de projetos sociais em programas, garantindo a segurança alimentar, assistência social e educação.

Programas de crédito facilitado para financiamento rural, políticas para incentivar pequenas e microempresas nas áreas de produção de alimentos, com capacitação empresarial, assistência técnica e apoio ao desenvolvimento dos negócios, foram também estimulados.

Em 1961, foi criado o MEB, o qual buscava combater o analfabetismo e promovia a educação de adultos nos meios urbanos e rurais. Esse movimento promovia ações de aprendizado através de educação popular, alfabetização e envolvimento das comunidades. Foi uma oportunidade de aprendizado e elevação do nível de escolaridade para a classe trabalhadora.

O INPS foi uma inovação criada em 1966, através da Lei nº 5.890, de suma importância para garantir previdência social aos trabalhadores: aposentadorias, pensões e auxílios diversos. Esse sistema proporcionou aos trabalhadores e também às suas famílias a possibilidade de reduzir a vulnerabilidade social e a miséria durante a velhice. Posteriormente, foi promulgada a Lei nº 8.029/1990 que reformulou o sistema previdenciário, e o INPS foi substituído pelo INSS⁶¹.

O PAT foi criado em 1976 para melhorar a qualidade da alimentação dos trabalhadores de baixa renda, subsidiando parte dos custos das refeições oferecidas pelas empresas.

O PAA foi implementado em 2003, promovendo acesso à alimentação, incentivando a

⁶¹ O sistema previdenciário sofreu uma série de modificações ao longo dos anos, resultado das disputas políticas nas instâncias de representação e na sociedade.

agricultura familiar, adquirindo alimentos produzidos pelos pequenos agricultores para que fossem destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar, a instituições sociais e às escolas.

Também foi lançado o Programa Bolsa Família em 2003 para transferir renda, combinando benefícios financeiros diretos às famílias em situação de pobreza e pobreza extrema, com ações de acompanhamento da saúde, da educação, com assistência social. É um programa que visa superar a pobreza e a fome no Brasil.

A LOSAN foi aprovada em 2006 e tem como objetivo estabelecer princípios e diretrizes das políticas públicas de segurança alimentar e nutricionais no Brasil. Esta lei trata do direito à alimentação como um direito humano e procura promover o acesso a alimentos de qualidade, fortalecendo a agricultura familiar.

4.4.2 Algumas inovações institucionais que promoveram a segurança alimentar no Brasil

O PNAE foi criado em 1955 e é uma política de alimentação escolar bem-sucedida, que garante que estudantes desde a creche, tenham o direito à alimentação escolar até o ensino médio, incluindo a educação de jovens e adultos. O PNAE tem por objetivo disponibilizar uma alimentação de qualidade nutricional, compatível com as necessidades dos estudantes, levando em conta os aspectos culturais e regionais, além de estimular o hábito alimentar saudável e impulsionar a agricultura familiar de produção local. É um programa reconhecido internacionalmente como efetivo. O financiamento do PNAE é feito pelo repasse do governo federal aos estados e municípios, e a gestão e administração dos recursos fica a cargo dos estados e municípios através das secretarias estaduais e municipais de educação e do Distrito Federal.

Em 30 de abril de 1938, o Decreto-Lei nº 399/1938 instituiu o código de alimentação e ficou conhecido como “Lei de Alimentação”. Esse Decreto-Lei objetivava, principalmente, a regulamentação das atividades que se relacionavam com a produção, distribuição e comercialização dos alimentos no Brasil. Também pretendia assegurar qualidade, higiene e segurança alimentar à população brasileira. Os alimentos no país, portanto, deveriam ser oferecidos com padrões sanitários e nutricionais adequados. Este Decreto-Lei estabeleceu normas para o registro e para o controle de todos os estabelecimentos produtores, ou que comercializavam, distribuíam ou armazenavam, e estabeleceu regras para que os rótulos

contivessem as informações nutricionais dos produtos.

Depois dos anos de 1950, outras leis foram surgindo e substituindo a chamada “Lei de Alimentação” como a Lei 1.283/1950, que estabelece normas e dispõe sobre a produção, transporte e comercialização de produtos alimentícios de origem animal.

A Lei 6.437/1977 dispõe sobre as infrações à legislação sanitária federal, as penalidades cabíveis e as atribuições da vigilância sanitária no território nacional. O Código de Defesa do Consumidor foi instituído através da Lei nº 8.078/1990, e não é uma lei exclusivamente voltada ao consumo de produtos alimentícios, porém estabelece normas para proteger os consumidores quanto à qualidade e à segurança dos produtos, incluindo os alimentícios.

Em 1999, foi criada a Lei nº 9.782/1999 para o estabelecimento Anvisa, que tem dentre as suas atribuições a responsabilidade de promover saúde à população através do controle sanitário da produção e comercialização dos produtos e dos serviços, inclusive os produtos alimentícios⁶².

4.4.3 As inovações institucionais de cunho internacional ajudaram o combate à fome no Brasil?

A ONU foi a grande inovação institucional que teve um papel relevante no combate à fome pelo mundo. Esse problema acometia muitos países e, por isso, a ONU foi criada em 24 de outubro de 1945. Além disso, a emergência da fome no mundo provocou a criação da FAO, que antecedeu a ONU e foi criada em 16 de outubro de 1945.

Josué de Castro foi protagonista na criação da FAO e participou ativamente na elaboração da Declaração Universal dos Direitos do Homem em relação à alimentação, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948. Sua obra acadêmica teve grande influência no mundo quanto ao problema e à gravidade da fome e da subnutrição, influenciando as políticas e os programas globais voltados para a segurança alimentar.

A FAO é uma agência da ONU especializada na promoção da agricultura sustentável e na melhora da situação de segurança alimentar e nutricional, objetivando erradicar a fome e erguer o nível de vida das populações rurais.

Além da FAO, outros organismos ligados à ONU também foram criados, como o

⁶² A Anvisa também emitiu, posteriormente, regulamentações específicas como a RDC nº 2016/2004, estabelecendo boas práticas para serviços de alimentação, assim com a RDC nº 275/2002 que estabelece regulamentação técnica para POP, para os serviços de alimentação.

PMA, que foi criado em 1961 com um caráter humanitário. Apóia tanto programas de emergência quanto emergenciais de combate à fome e à insegurança alimentar.

O FIDA é um programa criado em 1977 que tem como objetivo a redução da pobreza rural, promovendo desenvolvimento sustentável, melhorando as condições de vida das populações rurais através de investimentos e em projetos agrícolas.

A OMS é ligada à ONU e é uma agência que foi criada em 1948 e que atenta por questões de saúde global, abrangendo políticas de saúde, controle de doenças, assim como da cooperação internacional para promoção da saúde.

Além dessas instituições criadas no pós-guerra, também foram criados o FMI e o BIRD em 1944 na Conferência de Breton Woods⁶³. É uma instituição muito controversa, pois um dos principais argumentos para a sua criação foi a cooperação financeira internacional, definindo as bases econômicas que contribuiria para o desenvolvimento econômico dos países no pós-guerra. E esta é uma função que se tornou, no mínimo, questionável ao longo do tempo.

4.4.4 Aonde chegou o Brasil: as soluções apontadas por Castro foram implantadas, resolvemos o problema da fome?

O Brasil estava em 1964, na fase final A no Ciclo de Kondratiev, do quarto ciclo longo, e iniciando o primeiro decênio da fase B, ou seja, o Brasil saía de um período de expansão ou prosperidade da economia e entrava em um período de crise. Ignácio Rangel explica o contexto brasileiro no ciclo de Kondratiev:

Embora o Brasil não faça parte do chamado centro dinâmico da economia mundial, isto é, aquela área em que se engendram as flutuações econômicas estudadas como ciclos longos ou ciclos de Kondratiev, visto como se insere conspicuamente na periferia da mesma economia mundial, tem-se mostrado muito sensível e esses movimentos. Mais, talvez, que os próprios países mais avançadas onde se engendra o ciclo longo, que integram aquele centro, É que o dito centro muda a cada novo ciclo, ao passo que o Brasil tem ocupado posição simétrica, em relação ao centro, qualquer que seja este. Podemos dizer, também, que o Brasil tem o tropismo do desenvolvimento. Sucessivamente trocou a hegemonia de Portugal – ponta de lança do capitalismo mercantil europeu – pela da Inglaterra e depois pela dos Estados

⁶³ A Conferência de Bretton Woods foi realizada em New Hampshire nos EUA, que começou no dia 1 e terminou no dia 22 de julho de 1944, com o objetivo de estabelecer um novo sistema financeiro internacional após a Segunda Guerra Mundial. Participaram da conferência 44 países aliados, no intuito de estabelecer as novas bases financeiras e comerciais internacionais.

Unidos. Vale dizer, do capitalismo industrial e do capitalismo financeiro (Rangel, 2012, p. 690).

O Brasil, um país periférico na economia mundial, portanto, entra em um novo estado de coisas das quais precisa se adaptar. A seguir, uma breve retrospectiva contextualizando panoramicamente o caminho para a industrialização brasileira:

Na fase B do primeiro Kondratiev (1815-1848), o Brasil buscou a autossuficiência através das fazendas, no trabalho escravo e mais voltado ao consumo próprio e menos a exportar. No segundo Ciclo, passa para a fase A; a lógica inverteu-se e a fazenda passou a exportar, aumentando a receita do país. Na fase B deste segundo Ciclo (1873-1896) há uma substituição de importações voltada às necessidades das cidades que cresciam, e foi um movimento onde a fabricação era constituída de produção artesanal com algumas unidades pré-industriais, que muitas vezes também utilizou trabalhadores escravos, sendo o prenúncio de um capitalismo mercantil predominante no poder do Estado. O terceiro Ciclo Kondratiev (1896-1921), teve a sua fase A com um crescimento econômico através de uma abertura da economia com maior intercâmbio com o exterior, e as fases recessivas que apareceram após as guerras mundiais apareceram primeiro nas regiões mais desenvolvidas e depois nas menos desenvolvidas do país. Agora, a substituição de importações assumiu uma feição industrial.

O Brasil começou o seu processo de industrialização de modo inverso ao trivial. Iniciou-se primeiro com o Departamento II da economia. A existência de um Departamento I estava alicerçada em uma produção pré-industrial. Isto ocorria pelas restrições brasileiras na sua capacidade de importar e o esforço por substituir importações fez-se necessário.

E o Brasil pré-industrial é exportador de produtos agrícolas e a necessidade de se industrializar se dá na contração da demanda externa dos produtos exportados pelo país, que aconteceu entre os anos de 1921 e 1948. No bojo de uma crise agrária, acontecia uma expulsão de grande contingente de trabalhadores rurais para as cidades.

Debatia-se muito entre os militantes revolucionários da época a necessidade de uma reforma agrária que interrompesse essa debandada de trabalhadores rurais para as cidades, permitindo que pudessem trabalhar a terra e ter qualidade de vida na zona. Mas Rangel atenta para o fato de o Brasil não possuir ainda, naquela época, um Departamento I industrial da economia consistente — o Departamento I, até então, era pré-industrial — e, portanto, um grande contingente de trabalhadores seria, de qualquer forma, necessário para construir as cidades. O próprio Rangel admite que só conseguiu enxergar esse fato tempos depois. À época, ele também fazia coro com os revolucionários da necessidade de reforma agrária para

manter o trabalhador no campo. Portanto, os contingentes do exército industrial de reserva que se deslocaram para as cidades espontaneamente, foram o contingente necessário para desenvolver a indústria no Brasil. Rangel explica desta forma o que ocorreu:

Portanto, a ordem inversa de nossa industrialização nada tinha de acidental. Nossa industrialização fizera-se, até então nas condições paradoxais da criação de estabelecimentos industriais (isto é, capital intensivo, poupador de mão de obra) através do emprego de instalações e equipamentos produzidos, em grande parte, pré-industrializante (isto é, trabalho intensivo e poupador de capital). Noutras palavras, vinhamos criando um D II industrial pelo uso de um D I pré-industrial (Rangel, 2012, p. 693).

Passado pela dinâmica de pré-industrialização, entrando efetivamente na fase de desenvolvimento industrial, a partir dos anos de 1950, o Brasil passou por profundas transformações e se inseriu de uma forma bem mais efetiva e desenvolvida na dinâmica de acumulação capitalista. No entanto, Rangel lembra que:

O desenvolvimento do capitalismo não é um processo idílico, desenrolando-se linearmente, no tempo, como um desses modelos matemáticos usados nas faculdades de economia para familiarizar os estudantes com o conceito de desenvolvimento – ou, como diziam os antigos, inclusive os patriarcas de nossa República, de progresso (Rangel, 2012, p. 700).

E deste modo, de forma não linear e sem se encaixar em modelos predefinidos, o Brasil desenvolveu a sua dinâmica industrializante, o que o colocou no capitalismo industrial “à sombra e em aliança com o latifúndio feudal”. Desse modo, não se formou uma burguesia genuinamente industrial; todo esse processo foi negociado sem um rompimento radical com as bases feudais de poder político. Foi o que Rangel chamou de “latifúndio capitalista” (Rangel, 2012, p. 696).

As conclusões de Josué de Castro trouxeram diagnósticos eticamente adequados, de acordo com os valores humanos da contemporaneidade, mas não avançaram para a concretude do que deve ser feito para superar as dificuldades elencadas. Os problemas que a industrialização traz aparecem como uma “causação circular”, em que as regiões mais ricas do país tenderiam a ficar cada vez mais industrializadas, integradas e prósperas, enquanto as regiões rurais tenderiam a ficar cada vez mais pobres e com mais dificuldades em prover alimentos suficientes às cidades cada vez maiores, mais populosas e com necessidades cada vez mais sofisticadas. Ao não explicitar exatamente o que deve ser feito, abre-se um leque de possibilidades que incluem, inclusive, a teoria da população de Malthus, que pode, até hoje,

ser usada como ferramenta discriminatória para justificar o controle de natalidade para pessoas pobres⁶⁴.

Para além de todas as contradições existentes nos processos de industrialização (proporcionais às transformações realizadas e isso não significa dizer que não existam contradições em outras formas de produzir coisas), é através dela que a humanidade foi capaz de garantir o incremento da produtividade necessária e assegurar o abastecimento alimentar, bem como outras necessidades humanas, sejam elas existentes ou ainda por vir a existir.

Rangel, na sua visão de totalidade, não coloca a agricultura como um contraponto à indústria; ao contrário, para ele, a agricultura deve ser ramo da indústria, e somente uma agricultura altamente produtiva e industrializada é capaz de proporcionar a produtividade necessária ao abastecimento alimentar da nação. Neste sentido, tanto a industrialização, quanto a chamada “Questão Agrária” devem fazer parte do projeto nacional⁶⁵.

Quando Ignácio Rangel coloca a produtividade no centro da discussão, conclui-se que a agricultura, que é o centro de muitas polêmicas acerca das possibilidades de alimentar os povos, só poderá ser incrementada se for produtiva. Mas a agricultura tende a ser o último setor a se desvencilhar da produção natural e do complexo rural, porém é indispensável que isso ocorra. As necessidades de alimentos aumentam e a industrialização da agricultura é, de certa forma, o antídoto concreto e objetivo aos que costumam trazer à sociedade as alternativas racistas neomalthusianas⁶⁶.

⁶⁴ Malthus não defendeu explicitamente o controle de natalidade nos termos necessariamente ou textualmente discriminatórios ou racistas. No entanto, suas ideias se encaixam naqueles que a defendem. Em sua obra “*An Essay of Principle of Population*” de 1798, versão em português: “Princípios de Economia Política e considerações sobre sua aplicação prática: Ensaio sobre a População”, Malthus faz uma análise pessimista do desenvolvimento. Ele argumenta que existe uma tendência de as populações crescerem geometricamente e a produção de alimentos aritmeticamente. Por isso, existe a necessidade de controlar as populações haja vista a escassez de recursos neste descompasso, entre o crescimento populacional e a capacidade que o planeta possui de fornecer recursos naturais (Malthus, 1996).

⁶⁵ Fernando dos Santos Sampaio traz em seu artigo “Questão Agrária e Projeto Nacional: Notas para um debate”, reflexões pertinentes acerca das interpretações da agricultura brasileira e da importância de considerar a questão agrária como de fundamental relevância para um projeto de nação (SAMPAIO, 2014).

⁶⁶ Veja o artigo em: MENDONÇA, M. G. D. Josué de Castro e o Combate ao Neomalthusianismo. **História Econômica & História de Empresas**, v. 17 n. 2, p. 353 - 375, Jul-Dez 2014. ISSN 1519 3314.

CONCLUSÃO

A “Geografia da fome” tem diversos méritos que fazem jus ao seu sucesso e à sua relevância. É importante destacar que as características metabólicas do homem amazônico, do homem do Nordeste, do Centro-Oeste e do Sul possuem diferenças que devem ser analisadas em qualquer que seja o plano para considerar atender às necessidades alimentares desses sujeitos. Tais diferenças apontadas por Castro em sua obra trazem bons exemplos a serem considerados. Deve-se levar em conta uma perspectiva de planejamento e projeto nacional (aos moldes propostos por Ignácio Rangel) para saciar necessidades humanas diferentes em função de características naturais particulares para cada região brasileira, a fim de se adequar a produção e o consumo de alimentos nesses lugares.

Capacidades ociosas também podem e devem ser consideradas neste contexto, e a adequação da força de trabalho pode ser mais bem aproveitada dentro de um planejamento racional mais evoluído. Castro nos leva a pensar que isso não se resolve espontaneamente apenas pela vontade de quem vive nas regiões. Sem participação do Estado brasileiro, não houve mudanças efetivas. É preciso um olhar mais próximo para que sejam feitas medições precisas de características particulares das regiões e dos povos nelas inseridos, a fim de se fazer as devidas adequações. Somente uma nação e um Estado fortes podem ser capazes de tal feito.

Desenvolver as forças produtivas materiais se faz necessário, e isso não acontece sem que existam contradições. A razão, quando elevada ao nível mais elevado possível, deve levar em conta o legado da história humana e as particularidades de cada dinâmica de desenvolvimento experimentada ao longo da história, conforme cada realidade concreta historicamente estabelecida para cada lugar. Castro partiu dos pressupostos racionais possíveis dentro dos limites do seu tempo. A dificuldade de integração das próprias regiões entre si, imposta pelos obstáculos da natureza, estava longe de ser facilmente transponível com as possibilidades da época. A agricultura ainda se dava, mesmo onde se conseguia maior produtividade de alimentos, de forma extensiva e, portanto, havia uma necessidade objetiva de ampliação, cada vez maior, das terras agricultáveis.

Tais problemas nos levam ao entendimento da necessidade de ampliar a população das regiões através de incentivos, de aumentar as terras agricultáveis e de homogeneizar as populações pelo interior das regiões. Entretanto, cada região exigia, devido à complexidade e o valor natural próprio de cada uma, um tipo de planejamento que levasse em conta suas

características particulares, e isso dependia de uma maturidade política ainda não alcançada em um Brasil que ainda não se reconhecia plenamente como nação. Tais contradições estavam em plena dinâmica de desenvolvimento e ainda longe de se resolverem. Portanto, parece acertada a retórica marxista ao afirmar que não se pode exigir dos sujeitos históricos mais do que estes podem dar, ou a resolução de problemas que não estão efetivamente colocados. A prioridade concreta da vida de muitos brasileiros, da época de Josué de Castro, era alimentar-se.

Outra parcela de brasileiros daquele período, que necessitava de meios para a subsistência, pôde vender o seu trabalho e assim comer e adquirir alguma renda. No entanto, o Estado brasileiro ainda priorizava o modo de desenvolvimento das forças produtivas materiais sob muitos pressupostos que partiam de princípios puramente empresariais. Riscos e incertezas, ao serem ignorados nos planos estatais destacados por Castro, foram, na prática, transferidos ao povo brasileiro. Se existiu alguma associação ao Estado que poderia ser caracterizada como “paternalista”, tal forma benevolente só pôde pender para o lado da classe dos dominadores, haja vista que os explorados historicamente sempre viveram ignorados e largados à própria sorte, abaixo da linha da cidadania.

Mas Castro também traz mais um bom exemplo de que naquele momento histórico existiam diversas maneiras de se dominar a natureza, já acumuladas pela ciência da época e que, ao se considerar a racionalidade humana mais avançada até então, havia viabilidade técnica alcançada pela humanidade contemporânea, capaz de transpor os problemas de abastecimento alimentar característicos de cada região do Brasil. Trazemos como um bom exemplo a ser levado em conta, como apontou Castro, o problema técnico da agricultura das zonas equatorial-tropicais as quais estavam na justa medida da aplicação dos métodos específicos adequados, em consonância com as exigências locais. Castro apontou na “Geografia da fome” fracassos estrondos que haviam sido anotados anteriormente na África Equatorial, pela utilização de técnicas agrícolas europeias incompatíveis àqueles tipos de solo e sob as condições do clima reinantes.

No entanto, para além da sua visão econômica, Josué de Castro tinha uma visão ética e moral bem forte com relação às mazelas brasileiras e mundiais. Desse modo, podemos verificar que Josué de Castro trazia, no bojo do seu pensamento, uma responsabilidade atribuída à sociedade de buscar a justiça social e garantir vida digna para todos os indivíduos. Essa ênfase na ética e na moral pode ser observada em todas as suas propostas para solucionar o problema da fome, de modo que as instituições deveriam ser reformadas e melhoradas no

que diz respeito às prioridades na alocação de recursos, e também devem, segundo ele, estar atreladas às necessidades humanas, haja vista haver escassez nos recursos disponíveis. Portanto, para Castro, o bom gerenciamento de recursos escassos, levando-se em conta a ética social e o apreço pela vida humana, deve ser voltado ao atendimento das necessidades básicas dos indivíduos. Esse deveria ser o foco da economia.

A “Geografia da fome”, assim como toda sua obra, conseguiu trazer enormes contribuições e alcançou êxito nesse sentido. Mas a solução do problema ético-científico aqui destacada como condição essencial por alguns autores, não parece ser suficiente para explicar e resolver a fome e a subnutrição. Podemos ver que Castro nos leva a pensar que a industrialização não garante melhores condições de alimentação para o povo. “A indústria traz progresso, mas também traz desigualdade.”

No entanto, o início dos tempos do pós-guerra, inaugurado a partir de 1945, trouxe traumas que afetaram a percepção da ciência. O cuidado ético e a crítica às tecnologias intensificaram-se com o medo de catástrofes mundiais irreversíveis. São preocupações justas e compreensíveis, mas que trouxeram também dificuldades para enxergar o mundo industrializado pela perspectiva histórica e dialética, e a positividade da sua essência, que é a produtividade em níveis inimagináveis até então.

Acompanhando agora o raciocínio de Ignácio Rangel, percebemos que as relações sociais de produção desenvolvem-se de acordo com a modificação das forças produtivas, mas para que isto ocorra é necessário que haja, no interior da sociedade, estímulos à produção. Isso significa que não existe um desenvolvimento das forças produtivas “no automático”, é necessário que no interior da sociedade existam impulsos à utilização das forças produtivas e de todas as técnicas existentes.

Josué de Castro, entretanto, aponta para o combate à fome como o elemento central e primordial ao desenvolvimento. Por sua vez, Rangel aponta para a produtividade como o elemento central para superar o subdesenvolvimento e, incluímos aqui como consequência, a superação da fome. A produtividade do trabalho “invisível” nos afazeres domésticos da produção natural transforma-se em trabalho “visível” na produção indireta da maior divisão social do trabalho diluído por toda a sociedade e, assim, contabilizada.

Por fim, podemos ver que, mesmo com a melhoria da produtividade e as melhores condições que começam a aparecer para a produção de alimentos, a desigualdade é aumentada e a pobreza não deixa de existir. Essa é uma característica do desenvolvimento na industrialização subordinada ao modo de produção capitalista, e assim como aconteceu com

os modos de produção escravistas e feudais, deve ser superada. Mesmo assim, percebe-se que as condições objetivas de alcançar a vitória contra a fome tornam-se mais maduras no capitalismo industrializado, tornando a industrialização um fator essencial, objetivo e concreto, sem o qual não há como mudar tal situação de miséria humana. Sem isso, não é adequado considerar apenas maiores patamares éticos, vontade humana e uma consciência do problema superior como solução para resolver o problema da fome.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. D. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- AMIN, S. **O Capitalismo Senil**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- BARACHO, M. Santo Amaro, dos mocambos aos prédios de luxo. **Diario de Pernambuco**, 2015. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2015/04/santo-amaro-dos-mocambos-aos-predios-de-luxo.html>. Acesso em: 20 ago 2022.
- BAUER, P. T. **Equality, the Third World, and Economic Delusion**. Cambridge: Harvard University Press, 1981.
- BECKER, B. K. E. C. A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 3. ed. [S.l.]: Bertrand Brasil, 1998.
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BIELSCHOWSKY, R. **O pensamento econômico brasileiro, o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BIELSCHOWSKY, R. **O desenvolvimentismo: do pós-guerra até meados dos anos 1960**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o, 2011.
- BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. Introdução. *In*: BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. **Políticas para a retomada do crescimento**. [S.l.]: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), 2002. p. 15 - 28.
- BOITO, A. A nova burguesia nacional no poder. *In*: BOITO Jr., A.; GALVÃO, A. (orgs.) **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda Editorial, 2012. p. 69 - 106.
- BRESSER PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e Crise no Brasil, 1930-1964**. 5. ed. São Paulo: Ed. 34, 2003; Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CALDWELL, B. The Methodology of Scientific Research Programs in Economics: Criticisms and Conjectures. *In*: SHAW, G. K. **Economics, Culture, and Education: Essays in Honour of Mark Blaug**. London: Edward Elgar, 1991. p. 95-107.
- CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995**. 2. ed. Campinas: Unicamp. IE, 1998.
- CARDOSO, J. R. **Estado e Nação no Pensamento Social Brasileiro**. São Paulo: Edusp, 1993.

CASTRO, J. D. **Geografia da Fome**: O dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CASTRO, J. D. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CASTRO, M. H. M. D. Nosso Mestre Ignácio Rangel. *In*: RANGEL, I. **Ignácio Rangel Obras Reunidas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. p. 15-34.

CIMOLI, M. *et al.* Instituições e Políticas Moldando o Desenvolvimento industrial: uma nota introdutória. **Revista Brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro, p. 55-85, 2007.

COLANDER, D. The Death of Neoclassical Economic. **Journal of the history of economic thought**, p. 127-143, 2002.

DURKHEIM, É. **As Regras do método sociológico**. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1996.

ESPÍNDOLA, C. J.; CRUZ, W. L. de M. C.; CUNHA, R. C. da C. A “perifericidade” do Brasil e a dependência tecnológica em Ignácio Rangel. **Princípios**, v. 41, n. 165, p. 76-96, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.165.005>. Acesso em:

EVANGELISTA, A. M. D. C. A gente quer arroz, feijão, livros e discos: o serviço nacional de alimentação da. **Anais do II colóquio do Lahes: Micro História E Os Caminhos Da História Social Previdência Social - SAPS, (1940-1967)**, Juiz de Fora, 2008. ISSN ISBN: 978-85-88532-29-8.

FERNANDES, F. Educação e Socialismo. *In*: SANTIAGO, L. S. E. C. **Um Olhar que Persiste**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1997. p. 227-242.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 6. ed. Curitiba: Kottter Editorial, 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Urbanização vai de 31% em 1940 a 81%. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 setembro 2003.

FREIRE, G. **Casa-grande & senzala - Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global Editora, 2003.

FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e Estagnação da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

GALBRAITH, J. K. **A Era da Incerteza**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1979.

GERMER, C. Marx e o papel determinante das forças produtivas na evolução social. **Crítica Marxista**, v. 29, p. 75-95, 2009.

GILPIN, R. **The Political Economy of International Relations (1987)**. 1. ed. [S.l.]: Princeton University Press, 2016.

GONÇALVES, J. S. A Questão Agrária nos clássicos revisitada: As idéias, seu tempo e seu lugar. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 23, n. 8, p. 1-12, 1993.

GORZ, A. **Ecologia e Liberdade**. Lisboa: Vega, 1978.

GUIMARÃES, A. P. **A questão das etapas da revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Novos Rumos, 1960.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito**. Tradução de Paulo Meneses. Karl-Heinz, José Nogueira Machado, SJ Heins. 2. ed. Petrópolis: Vozes, v. único, 2003.

HEGEL., G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Petropolis: [s.n.], 1997. 31 p.

HEINRICH, M. Crítica Marxista número 43. **Crítica Marxista**, 2016. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo20170603063444.pdf. Acesso em: 26 ago 2022.

HIRATA, H.; ZARIFIAN, P. Força e fragilidade do modelo japonês. **Revista Estudos Avançados**, p. 173-185, 1991.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos - O breve século XX (1914 - 1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, E. **A Era das Revoluções 1789-1848**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HOLANDA, S. B. D. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O. **Estado e Planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IANNI, O. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

IANNI, O. **A Era do Globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IASI, M. L. **As metamorfoses da consciência de classe - O PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

JABBOUR, E. As cidades e a anatomia do macaco. **Fundação Maurício Grabois**, 2011.

Disponível em: https://grabois.org.br/2011/12/06/as-cidades-e-a-anatomia-do-macaco/?author_id=31. Acesso em: 17 jan. 2023.

JABBOUR, E. **China Socialismo e Desenvolvimento Sete décadas depois**. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021.

JABBOUR, E.; GRABRIELE, A. **China: o socialismo do século XXI**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

KANT, I. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2011.

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (1936)**. 1. ed. São Paulo: Saraiva Uni, 2012.

KLEIN, N. **Doutrina de Choque**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LEIJONHUFVUD, A. Life among the Econs. **Western Economic Journal**, v. 3, n.11, p. 327-337, 1973.

LEME, A. S. Josué de Castro e as metamorfoses da fome no Brasil, 1932-1946. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 28, n. 4, p. 1115– 1135, out. 2021.

LÊNIN, V. I. **O Estado E A Revolução: O que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. Tradução de Aristide Lobo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LÊNIN, V. I. U. **Capitalismo e agricultura nos EUA: novos dados sobre as leis do desenvolvimento do capitalismo na agricultura**. São Paulo: Ed. Brasil debates, 1980.

LÊNINE, V. I. **O imperialismo fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2000.

LONDON, J. **Contos**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2009.

LOSURDO, D. **Fuga da História? A Revolução Russa e a Revolução Chinesa Vistas de Hoje**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

MAGDOFF, H. **The Age of Imperialism: The Economics of U.S. Foreign Policy**. New York: Monthly Review Press, 1969.

MALTHUS, T. **Princípios de economia política e Considerações Sobre sua Aplicação Prática: ensaio sobre a população**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo e Antônio Alves Cury Regis de Castro Andrade. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MAMIGONIAN, A.; REGO, M. **O pensamento de Ignácio Rangel**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1998.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARICATO, E. **Brasil Cidades: Alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

- MARINGONI, G. História - Pesquisa aplicada antes do IPEA. **IPEA Desafios do Desenvolvimento**, n. 69, 21 nov. 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2642:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 18 jan 2023
- MARINI, R. M. **Subdesarrollo y Revolución**. México: Siglo XXI Editores, 1973.
- MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARTINS, R. A fome é uma vergonha a menos para o Brasil. **Carta Capital**, 2014. Disponível em: <https://www.ufjf.br/ladem/2014/09/26/a-fome-e-uma-vergonha-a-menos-para-o-brasil/>. Acesso em:
- MARX, K. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MARX, K. **Contribuição À Crítica Da Economia Política**. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. Ivana Jinkings. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política: O Processo de Produção do Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. *In*: (ORG), A. B. **Teoria da organização política**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 83-125.
- MASSEY, D. **Pelo Espaço, uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2008.
- MAZZUCATO, M. **O Estado Empreendedor: Desmascarando o mito do setor público versus setor privado**. [S.l.]: Schwarcz, 2014. 58-108 p.
- MELLO, J. M. C. D. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MELO, L. M. D. Modelos Tradicionais de concorrência. *In*: ORGANIZADORES, D. K. E. L. H. **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas**. São Paulo: Elsevier Editora Ltda, 2013.
- MENDONÇA, M. G. D. Josué de Castro e o Combate ao Neomalthusianismo. **História Econômica & História de Empresas**, v. 17, n. 2, p. 353-375, 2014. ISSN ISSN 1519 3314.
- MYRDAL, G. **An American Dilemma: The Negro Problem and Modern Democracy (1944)**. Abingdon: Routledge, 1995.
- MYRDAL, G. **Aspectos Políticos da Teoria Econômica**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- NELSON, R. **What Enables rapid economic progress? What are the needed institutions?** [S.l.]: [s.n.], 2008. 1-11 p.

OLIVEIRA, F. D. **Crítica a Razão Dualista: O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 1972.

OLIVEIRA, F. D. **Crítica à razão dualista: O ornitorrinco**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

PERKINS, J. **Confissões de um Assassino Econômico**. São Paulo: Cultrix, 2005.

POLONYI, K. **A Grande Transformação (1944)**. Tradução de Fanny Wrabel. 2. ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

PORTAL de periódicos UFPE. **Periódicos UFPE**. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/download/228669/23091>. Acesso em: 10 ago 2022

PORTO-GOLÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. São Paulo: Civilização brasileira, 2006.

POULANTZAS, N. **A Crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha**. Tradução de Lia Zatz. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

PRADO JR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colonia**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

PROJECT, T. M. **Maddison style estimates of the evolution of the world economy**. A new 2020 update. [S.l.]. 2020.

RANGEL, I. A Dualidade básica da economia brasileira (1957). *In*: RANGEL, I. **Ignácio Rangel - Obras Reunidas - Volume 1**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RANGEL, I. Desenvolvimento e Projeto (1956). *In*: RANGEL, I. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RANGEL, I. Dualidade Básica da economia brasileira (1957). *In*: RANGEL, I. **Ignácio Rangel Obras Reunidas Volume 1**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. p. 285-353.

RANGEL, I. Economia: Milagre a anti-milagre (1985). *In*: RANGEL, I. **Obras Reunidas**. [S.l.]: Contraponto, 2012.

RANGEL, I. Elementos de economia do projeto. *In*: BENJAMIN, C. **OBRAS REUNIDAS**. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RANGEL, I. **Ignácio Rangel: Obras Reunidas. Volume 1**. Tradução de Cesar Benjamin. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. 448 p.

RANGEL, I. introdução ao desenvolvimento Econômico Brasileiro (1955). *In*: RANGEL, I. **Obras Reunidas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. p. 129-202.

RANGEL, I. O Desenvolvimento Econômico do Brasil. *In*: RANGEL, I. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RESENDE, L. O ludismo agrícola. **Vermelho**, 2012. Disponível em: <https://vermelho.org.br/coluna/o-ludismo-agricola/>. Acesso em: 10 jan 2023

RIBEIRO, A. C. T. **Desindustrialização no Brasil**: Efeitos Econômicos e Sociais. São Paulo: Unesp, 2016.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAMPAIO, F. D. S. Questão Agrária e Projeto Nacional: notas para um debate. **Geosul**, Florianópolis, v. 29, n. Especial XXXV SEMAGEO, 2014. ISSN ISSN 0103-3964.

SANTOS, M. **Brasil, Território e Sociedade no início do Século XXI**. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização**: do pensamento único ao pensamento universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido**: os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SARTORI, G. **A Teoria da Democracia Revisitada**. São Paulo: Atica, 1994.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia (1942)**. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2017.

SCHWARCZ, L. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEN, A. **Desenvolvimento Como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SERRA, J. Ciclos e Mudanças estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra. **Revista de Economia Política**, v. 2/2, 1982.

SILVA, S. P. D. A trajetória histórica da segurança alimentar na agenda política nacional: projetos, discontinuidades e consolidação. **IPEA**, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, S. P. D. **IPEA**, 2014. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf. Acesso em: 20 jan 2023

SMITH, A. **A Riqueza das Nações Investigaçãõ sobre sua Natureza e suas causas**. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Rio De Janeiro: Bertrand, 1988.

SODRÉ, N. W. **Introdução a revolução brasileira**. 4. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978. 204 p.

SOJA, E. **Geografias Pós-Modernas: A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SZMRECSÁNYI, T. Esboços de história econômica da ciência e da tecnologia. *In*: SOARES, L. C. **Da revolução científica à Big (Business) Science**. [S.l.]: [s.n.], 2001. 155-200 p.

TORRES, A. **As fontes da vida no Brasil**. [S.l.]: [s.n.], 1915. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/server/api/core/bitstreams/90316102-4d1c-4323-9562-34a3a7667ba3/content>. Acesso em: 20 ago 2022

TORRES, A. As fontes de vida no Brasil. **Biblioteca Digital Unesp**, Rio de Janeiro, 1915. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/server/api/core/bitstreams/90316102-4d1c-4323-9562-34a3a7667ba3/content>. Acesso em: 20 ago 2022

WALLERSTEIN, I. **The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. New York: Academic Press, 1974.